



**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE**  
**MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS**  
Autoridade Tributária de Moçambique

**RELATÓRIO**  
**BALANÇO DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA AUTORIDADE**  
**TRIBUTÁRIA EM 2015 E PERSPECTIVAS PARA 2016**



**Março de 2016**

## Índice

ABREVIATURAS .....	IV
I. SUMÁRIO EXECUTIVO .....	VII
II. INTRODUÇÃO .....	1
1. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA COBRANÇA DA RECEITA .....	2
1.1. COBRANÇA DE RECEITAS .....	2
1.2. CONSOLIDAÇÃO DOS PROJECTOS DE MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA .....	6
1.2.1. <i>Projecto e-Tributação</i> .....	6
1.2.1.1. <i>Módulo do NUIT</i> .....	6
1.2.1.2. <i>Incremento de IVA, ISPC e Processos Comuns</i> .....	6
1.2.1.3. <i>Módulo de IRPC, IRPS e Outros Impostos</i> .....	7
1.2.1.4. <i>Pagamento Via Banco</i> .....	7
1.2.1.5. <i>Grau de Realização Orçamental</i> .....	7
1.2.2.1. <i>Formação</i> .....	9
1.2.2.2. <i>Cobrança de Receita</i> .....	9
1.2.2.3. <i>Níveis de Execução dos Novos Módulos</i> .....	9
1.3. PROCESSOS DE CONTENCIOSO FISCAL, EXECUTIVOS E ADUANEIRO .....	10
1.3.1. <i>Processo de Contencioso Fiscal e Processos Executivos</i> .....	10
1.3.2. <i>Processos de Contencioso Aduaneiro</i> .....	13
1.4. GESTÃO DOS REEMBOLSOS .....	14
1.4.1. <i>Análise e Decisão dos Pedidos de Reembolso do IVA</i> .....	14
1.5. MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO DE GESTÃO DE GRANDES CONTRIBUÍNTES .....	18
1.6. MAXIMIZAÇÃO DA TRIBUTAÇÃO PROVENIENTE DOS RECURSOS NATURAIS .....	18
1.7. MODERNIZAÇÃO, UNIFORMIZAÇÃO E AUTOMATIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE NEGÓCIO DA AT .....	19
1.7.1. <i>Funcionamento e disponibilidade dos Sistemas Informáticos</i> .....	19
<i>Sistemas de Controlo e Cobrança de Receitas (SICR, TIMS, entre outros)</i> .....	19
1.7.1.1. <i>Sistema TIMS</i> .....	19
1.7.1.1.1. <i>Sistema SICR</i> .....	19
1.7.1.1.2. <i>Sistema NUIT Web</i> .....	19
1.7.1.1.3. <i>Sistema PHC</i> .....	20
1.7.1.1.4. <i>Outros Sistemas</i> .....	20
1.8. EXPANSÃO DO SISTEMA DE INSPECÇÃO NÃO INTRUSIVA (INI) DE PESSOAS E BENS .....	22
2. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA EXPANSÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO .....	23
2.1. REVISÃO E ACTUALIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO .....	23
2.1.2. <i>Estudos e Pesquisas para o Sustento de Medidas de Política Tributária</i> .....	25
2.1.3. <i>Informações, pareceres e acompanhamento das missões</i> .....	26
2.2. MEDIDAS PARA O ALARGAMENTO DA BASE TRIBUTÁRIA .....	27
2.2.1. <i>Educação Fiscal-Aduaneira e Popularização do Imposto</i> .....	27
2.2.2. <i>Cadastração Fiscal</i> .....	29
2.2.3. <i>Abertura de novos Postos Fiscais e de Cobrança</i> .....	30
2.3. REDIMENSIONAMENTO E FORTALECIMENTO DO SISTEMA DAS AUDITORIAS E FISCALIZAÇÕES DA AT .....	30
2.3.1. <i>Descentralização do Sector das Auditorias</i> .....	31
2.3.2. <i>Fiscalizações e Auditorias Tributárias</i> .....	31
2.3.2.1. <i>Trabalhos externos de Auditoria e Fiscalização Tributária realizados pela DAFT</i> .....	31
2.3.2.2. <i>Trabalhos externos realizados pelas DAF's/UGC's</i> .....	32
2.3.3. <i>Processos de Contas</i> .....	33
2.3.4. <i>Fiscalizações e Auditorias Pós-desembaraço Aduaneiro</i> .....	33
2.3.5. <i>Máquinas Fiscais</i> .....	33
2.4. REFORÇO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL .....	34
2.4.1. <i>Cooperação Bilateral e Multilateral</i> .....	34
• <i>Cooperação Bilateral</i> .....	34
2.4.2. <i>Financiamento às Reformas da AT</i> .....	36
2.4.3. <i>Integração Regional na SADC</i> .....	37
2.5. IMPLEMENTAÇÃO E EXPANSÃO DE POSTOS DE FRONTEIRA DE PARAGEM ÚNICA .....	39
2.6. GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS .....	41

<b>2.6.1. Situação Geral dos Recursos Humanos</b> .....	41
<b>2.6.2. 2.6.2. Assuntos Sociais</b> .....	42
2.7. <b>FORTELECIMENTO DOS MECANISMOS DE PLANIFICAÇÃO E DE PRESTAÇÃO DE CONTAS</b> .....	44
2.8. <b>GESTÃO DO ORÇAMENTO</b> .....	46
2.9. <b>GESTÃO DO PATRIMÓNIO DA AT</b> .....	48
<b>2.9.1. Concursos e Contratos</b> .....	48
<b>2.9.2. Parque Imobiliário e Mobiliário da AT</b> .....	48
2.10. <b>GESTÃO DOCUMENTAL NA AT</b> .....	49
<b>3.    ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA PROMOÇÃO DA ÉTICA E INTEGRIDADE INSTITUCIONAIS</b> .....	<b>50</b>
3.1. <b>IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DA ÉTICA E INTEGRIDADE INSTITUCIONAIS</b> .....	50
INSPECÇÕES ADMINISTRATIVAS .....	50
ACÇÕES DE INSPECÇÕES TÉCNICAS, AUDITORIAS INTERNAS E MONITORIAS .....	51
CONTROLO DO CONTENCIOSO FISCAL .....	51
TRATAMENTO DE DCAT´S .....	51
CONTROLO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS .....	52
CONTROLO DE AUDITORIAS PÓS-DESEMBARAÇO .....	52
WORKSHOPS SOBRE OS PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES .....	53
3.2. <b>IMPLEMENTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO MODELO DE ANÁLISE E GESTÃO SISTEMÁTICA DE RISCO NA AT</b> .....	53
<b>4.    ÓRGÃOS COLEGIAIS</b> .....	<b>55</b>
<b>5.    PERSPECTIVAS PARA 2016:</b> .....	<b>55</b>
<b>6.    ANEXOS</b> .....	<b>56</b>
<b>ANEXO II - REGISTO PERIÓDICO DE NUI TS POR ÁREA OPERATIVA E ACUMULADO DESDE 1999</b> .....	<b>57</b>
<b>ANEXO III - PONTOS COM A JUE INSTALADA</b> .....	<b>58</b>
<b>ANEXO IV PARQUE DE IMÓVEIS</b> .....	<b>59</b>
<b>ANEXO VI - MATRIZ RESUMO DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA COMUNICAÇÃO E IMAGEM</b> .....	<b>60</b>
<b>INDICE DE TABELAS</b> .....	<b>61</b>
<b>INDICE DE GRÁFICOS</b> .....	<b>62</b>

## Abreviaturas

- ACI – Agentes de Controlo Interno;
- AT – Autoridade Tributária de Moçambique;
- ATAF- Fórum Africano das Administrações Tributárias;
- AMEP - Associação Moçambicana de Empresas de Marketing, Publicidade e Relações Internacionais;
- BAC – Balcão de Atendimento ao Contribuinte;
- BAU – Balcão de Atendimento Único;
- BCI –Banco Comercial de Investimentos;
- BCOM – Bancos Comerciais;
- BIM – Banco Internacional de Moçambique;
- BM – Banco de Moçambique;
- BMI – Banco Mercantil e de Investimentos;
- CAE – Classificador de Actividade Económica;
- CAE (CF’s) - Comissões das Áreas Especializadas do Conselho da Fiscalidade;
- CDM – Cervejas de Moçambique;
- CEDIMO - Centro de Documentação e Informação de Moçambique;
- CEDSIF – Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças;
- CF- Conselho da Fiscalidade;
- CI – Comissão Instaladora;
- CPI - Centro de Promoção de Investimentos;
- CST – Conselho Superior Tributário;
- CTA – Confederação das Associações Económicas
- CUT – Conta Única de Tesouro;
- DAI – Direcção de Auditoria, Investigação e Inteligência;
- DAFT – Direcção de Auditoria e Fiscalização Tributária
- DAF – Direcção de Área Fiscal;
- DFID – *Department For International Development*
- DNT – Direcção Nacional de Tesouro;
- DGA- Direcção Geral das Alfândegas
- DGI – Direcção Geral dos Impostos
- DGSC – Direcção Geral dos Serviços Comuns
- DRC – Direcção Regional Centro
- DRN- Direcção Regional Norte
- DRS- Direcção Regional Sul
- DTIC – Direcção de Tecnologias de Informação e Comunicações;
- ESARBICA – Conferência Bi-Anual do Conselho Internacional de Arquivos para a África Austral e Oriental;
- ETPM – *Enterprise Taxation Police Management*;
- FMI – Fundo Monetário Internacional;
- FMI-PSI- Fundo Monetário Internacional – PolicySupportInstrument;
- FNB – First National Bank;
- GARE – Guia de Arrecadação da Receita do Estado;
- GFP - Gestão de Finanças Públicas
- GNL- Gás Natural Liquefeito
- GC – Grandes Contribuintes;
- GCI – Gabinete de Controlo Interno
- GCIm- Gabinete de Comunicação e Imagem;

- GPECI – Gabinete de Planeamento, Estudos e Cooperação Internacional;
- ICE – Imposto Sobre Consumo Específico;
- IEF - Instituto de Estudos Fiscais da Espanha;
- IES – Instituição de Ensino Superior;
- IFPFT – Instituto de Finanças Públicas e Formação Tributária;
- IGF – Inspecção Geral de Finanças
- INATTER –Instituto Nacional dos Transportes Terrestres;
- INE-Instituto Nacional de Estatística;
- INI-Sistema de Inspecção Não Intrusiva
- IR- Imposto Sobre os Rendimentos
- IRPC – Imposto de Rendimento de Pessoas Colectivas;
- IRPS – Impostos de Rendimento de Pessoas Singulares
- ISFET – Instituto Superior de Finanças Públicas e Estudos Tributários;
- ISPC – Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes;
- ITIC - *International Tax and Investment Center*
- ITS - *IntertekTestingService*
- IVA – Imposto sobre Valor Acrescentado;
- JUE – Janela Única Electrónica;
- MDE - Ministério, Direcções e Entidades de Controlo
- MEF-Ministério de Economia e Finanças
- MISAU – Ministério da Saúde;
- MSAN – *Multi-Service Access Node*;
- NTA - AdministraçãoTributária da Noruega
- NUIT – Número Único de Identificação Tributária;
- OMA – Organização Mundial das Alfândegas;
- PAFT- Plano de Auditoria e Fiscalização Tributária;
- PAOA – Plano de Actividades e Orçamento Anual;
- PAT – Presidente da Autoridade Tributária;
- PD – Processo Disciplinar;
- PE- Plano Estratégico;
- PES – Plano Económico e Social;
- PF – Posto Fiscal;
- PFPU – Posto de Fronteira de Paragem Única;
- PHC – África Sistemas e Tecnologias de Informação, Lda (Produtora de Software);
- PIB- Produto Interno Bruto;
- Pinq – Processo de Inquérito;
- PGR/GCCC – Procuradoria Geral da República/ Gabinete Central de Combate a Corrupção;
- PMSC –Projecto de Modernização dos Serviços do Contribuinte;
- PQG – Plano Quinquenal do Governo;
- PRTG - Programa para Monitoria de Rede;
- QAD – Quadro de Avaliação de Desempenho;
- RAS – República da África do Sul;
- RENA - Rede Nacional da AT;
- RGIT - Regime Geral das Infracções Tributárias;
- RM - Rádio Moçambique;
- SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
- SARS – *South Africa Revenue Services*;
- SCI – Supervisores de Controlo Interno;

- SECF – Secretariado Executivo do Conselho da Fiscalidade;
- SICR – Sistema Interino de Cobrança de Receitas;
- SISTAFE – Sistema de Administração Financeira do Estado;
- TA – Tribunal Administrativo;
- TADAT – *Tax Administration Diagnostic Assessment Tool*;
- TDM – Telecomunicações de Moçambique;
- TIAR – Terminal Internacional Aéreo;
- TIMAR – Terminal Inernacional Marítima;
- TIMS –*Trading Information Management System*;
- TVM- Televisão de Moçambique;
- UGC – Unidade de Grandes Contribuintes;
- UGEA – Unidade Gestora de Executora e Aquisições, e
- VPN – *Virtual private network* ou rede privada virtual.

## I. SUMÁRIO EXECUTIVO

Através da Lei nº 2/2015, de 7 de Maio, que aprova o Orçamento do Estado, as receitas para o ano 2015 foram fixadas em 160.707,82 milhões de MT, tendo sido cobrados 159.805,02 milhões de MT, representando, uma realização de 99,44% %. Entretanto, tomando em consideração que a meta foi fixada em termos líquidos relativamente à rubrica do IVA, ao ser expurgado o valor dos reembolsos deste imposto, a cobrança situa-se em 154.638,36%, correspondente à realização de 96,44%. Esta realização considerando o IVA líquido, corresponde a um crescimento de receitas em termos nominais de 8,72% e a um rácio fiscal de 26,87%.

Do total das receitas cobradas em 2015, 66% são provenientes da tributação a nível dos impostos internos, e 34% a nível dos impostos sobre o comércio externo. Ainda do total das cobranças, 151.507,96 milhões de MT, são receitas correntes e 3.130,70 milhões de MT são receitas de capital, representando uma contribuição parcial de 97,98% 2,02%, respectivamente.

O ano em análise foi atípico, uma vez que o orçamento do Estado foi aprovado tardiamente, devido a tomada de posse do novo Governo em Janeiro de 2015 e a entrada em funcionamento de uma nova legislatura (Fevereiro de 2015), tendo influenciado para o referido atraso, e, porque o Estado é o maior contratante de serviços, criou impacto na economia, outrossim, a apreciação do dólar que atingiu valores nunca vistos na história, 63MT/USD, e a subida da inflação acima do previsto, que atingiu a casa dos dois dígitos (10,6), afectou o volume das transacções comerciais, quer nacionais, quer estrangeiras. A diminuição das exportações de carvão, de hidrocarbonetos e de outros minérios em geral resultou na baixa acentuada dos preços dos mesmos impactando na contratação de serviços. Em 2015, mais uma vez o país foi assolado com calamidades naturais que também afectaram o ritmo da economia em algumas regiões do País, associado a este fenómeno a instabilidade, retraindo os investimentos e o desenvolvimento do turismo principalmente nas áreas afectadas

Apesar destes factores, que tiveram impacto na economia e consequentemente na cobrança de receitas, muitas acções foram levados a cabo pela administração fiscal para o alargamento da base tributária, considerando haver ainda sectores que pouco contribuem, ou mesmo, que ainda não contribuem para as receitas do Estado. Estas acções consistiram na sensibilização dos contribuintes, por via de campanhas de educação fiscal e aduaneira e de popularização do imposto, estimulando o pagamento e reduzindo deste modo os focos de fuga ao fisco, e, acções de auditoria e fiscalização tributária que contribuíram no processo de cobrança de receita.

As acções de inspecção, fiscalização e auditorias, resultaram na recuperação de receitas adicionais, no valor global de 1.766,74 milhões de MT, representando um crescimento nominal de 141,80% relativamente ao ano de 2014 como resultado da realização de 1.693 auditorias, das quais 310, na área dos impostos sobre o comércio externo e 1.363 na componente dos impostos internos.

No que respeita aos reembolsos, foram recebidos no período em análise, i) 950 pedidos de reembolso de IVA no montante de 15.349,99 milhões de MT e pagos 734 pedidos (incluídos 188 de anos anteriores) no valor de 5.797,07 milhões de MT e ii) 9.678 pedidos de reembolso de IR no valor de 1.926,79 milhões de MT dos quais foram pagos 7.642 pedidos (incluídos 4.256 de anos anteriores) no valor de 253.404,10 milhões de MT.

Como resultado de acções visando o alargamento da base tributária, de Janeiro à Dezembro de 2015, de uma meta fixada de 660.000 NUIT, foram registados até 31 de Dezembro 846.624 NUIT, que representam um nível de realização de 128,28% face a meta atrás referenciada. Do total de NUIT atribuídos no período em referência 836.166 são de pessoas singulares e 10.458 de pessoas colectivas, que representam uma realização de 129,28% e 79,23% face a meta deste grupo de 646.800 e

13.200, respectivamente. Relativamente ao ISPC de uma meta fixada em 30.000 NUIT, de Janeiro à Dezembro de 2015, foram registados 27.983, o que corresponde a uma realização de 93,28%. Do total de contribuintes registados no período em referência, 6.649 foram da Região Sul, 10.711 da Região Centro e 10.623 da Região Norte, o que representa uma realização de 69,26%, 111,57% e 98,36% face a meta de 9.600, 9.600 e 10.800, respectivamente.

Relativamente ao projecto e-Tributação, até ao final do período em análise foi feita uma expansão gradual, que começou por unidades de cobrança de pequena escala, com um número limitado de contribuintes de modo a minimizar eventuais impactos negativos sobre a receita, caso algo corresse mal durante o processo de implementação, tendo sido abrangidas 26 unidades de cobrança, de um universo de 72 unidades, devido a indisponibilidade orçamental para a deslocação dos técnicos para esses locais com vista a realização de *roll-out* do sistema, bem como para a formação de técnicos de outras unidades, para além de problemas verificados à nível do Centro de Dados do CEDSIF, que afectaram o desempenho do e-Tributação, cuja solução dependia do suporte da Oracle, suspenso devido ao atraso de pagamento de licenças do ETPM, também devido a indisponibilidade orçamental.

No sistema da JUE, foi introduzido o uso do módulo de emissão de licenças designado “MDE - Ministério, Direcções e Entidades de Controlo” destinado a tramitação de processos de desembaraço, tendo sido, para o efeito, seleccionado o Centro de Promoção de Investimentos (CPI) como entidade primária na emissão das listas globais de importação de mercadorias, cujo projecto foi aprovado em 2014, concretizado em Abril de 2015.

No tocante às formações, foram capacitados 3.480 funcionários, contra os 3.171 inicialmente previstos, correspondente a 109,00%, dos quais 2.303 do sexo masculino e 1.177 do sexo feminino. Deste número, 2.731 foram formados nas Áreas Técnicas Aduaneira, Fiscal, Administrativa e de Gestão, 577 formados *on Job training* sobre a Legislação da Livre Circulação de Arte e Artesanato em Moçambique e 172 em matérias das TIC’s, correspondendo a 125,00%, 65,00% e 224,00%, respectivamente. Em termos comparativos, o grau de realização em 2015 foi elevado se considerarmos os níveis alcançados em igual período de 2014, visto que das 50 acções programadas foram realizadas 40 e em 2014, das 43 planificadas foram realizadas 29 acções, representando 80,00% e 67,44%, respectivamente.

Na componente da reforma legislativa foram elaboradas diversas propostas e submetidas à aprovação pelas entidades superiormente competentes, tendo sido aprovados e publicados 2 instrumentos legais, nomeadamente: o Decreto que aprova o Regulamento Específico de Tributação da Actividade Mineira e o Decreto que aprova o Regulamento do Regime Específico de Tributação da Actividade Petrolífera. Foi iniciado durante, o período em análise, o processo de harmonização de propostas de revisão legislativa com os diversos sectores relevantes dentro e fora da AT, prevendo-se a sua aprovação em 2016.

Com vista a promoção da Ética e Integridade na instituição foram realizadas acções de sensibilização destas matérias, nas delegações provinciais de Cabo Delgado, Nampula, Manica e Zambézia. Foi igualmente lançado um inquérito em todas as unidades orgânicas destas delegações, o qual foi respondido por 469 funcionários, incluindo gestores e chefes das respectivas unidades orgânicas, sendo que, uma das questões colocadas foi a avaliação da adequacidade do código de conduta em vigor, tendo em conta os desafios de integridade. Do total dos inquiridos, 96,00% mostraram-se satisfeitos com o instrumento considerando-o adequado e oportuno e 93,60% dos inqueridos consideraram que o código de conduta foi escrito de forma clara e perceptível.



## II. INTRODUÇÃO

O relatório anual da AT é um documento informativo que visa de forma objectiva, fazer o balanço do nível de execução das diversas actividades que a AT assumiu no seu Plano de Actividades, como desafios para ano de 2015. É um informe descritivo e analítico sobre a execução da Política Fiscal e Aduaneira nos seus principais indicadores, alinhados com o Plano Anual de Actividades e o respectivo Plano Estratégico.

Os desafios da AT no ano de 2015, foram prosseguidos num ambiente macroeconómico caracterizado por uma conjuntura económica e financeira adversa, destacando-se o agravamento do nível de inflação anual, depreciação do Metical face ao dólar e outras moedas estrangeiras, abrandamento da ajuda, devido ao atraso no desembolso dos valores prometidos, e do investimento directo estrangeiro, desacelerando a actividade económica e aumentando a despesa pública. A queda dos preços das *commodities* (matérias primas) nos mercados internacionais (principalmente do gás, carvão, areias pesadas e alumínio), afectaram substancialmente o repatriamento de capitais, pela exportação dos produtos nacionais, agudizando assim o desequilíbrio da balança de pagamentos.

No ano de 2015, foi estabelecida através da Lei Orçamental nº 2/2015, de 7 de Maio, a cobrança de uma receita de 160.707,82 milhões de MT para financiar as actividades do Governo. No entanto, o conjunto de factores que afectaram a economia global e do país e, por outro lado, os fenómenos sobrenaturais, seca no sul e cheias no norte do país e a instabilidade política, retraíram significativamente a capacidade contributiva dos agentes, tendo tido impacto no nível de cumprimento das metas estabelecidas.

O montante colectado foi de 159.805,02 milhões de MT, representando, uma realização de 99,44% %, do programado para o ano, e que corresponde a um desempenho de 26,87% do PIB a preços correntes de 2015. Não obstante o cenário menos favorável de desempenho económico observado em 2015, considerado um ano atípico, a economia moçambicana continuou a registar níveis de crescimento superiores à média de crescimento na África Subsahariana.

Contribuíram para a colecta da receita acima referida, o desenvolvimento de várias acções com destaque para as campanhas de educação fiscal e popularização do imposto, que culminaram com atribuição de 836.166 NUIT, a criação de mais 5 postos fiscais e de cobrança, nomeadamente: Chiúre, Macomia, Chitima, Moatize e Ressano Garcia; a intensificação das acções de auditoria e fiscalização nos impostos internos e nos impostos sobre o Comércio Externo; a expansão do sistema da JUE com a introdução de novos módulos; a capacitação de funcionários e, a implementação de acções para a promoção da ética e integridade no seio dos funcionários, entre outras acções que, de forma diferenciada, influenciaram no processo de colecta de receitas.

O presente relatório é composto por oito capítulos, contemplando *i)* Sumário executivo; *ii)* introdução; *iii)* as actividades desenvolvidas no âmbito da cobrança da receita; *iv)* as actividades desenvolvidas no âmbito da expansão do sistema tributário; *v)* as acções desenvolvidas no âmbito da promoção da ética e integridade; *vi)* acções desenvolvidas pelos órgãos colegiais; *xvii)* as perspectivas de acções para 2017 e *xviii)* os anexos que ilustram o desempenho das unidades operativas da AT em 2015; o registo de contribuintes, incluindo do ISPC; o parque informático, de viaturas e imobiliário da AT; e o grau de realização do Fundo Comum, por linhas de acção.

# 1. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA COBRANÇA DA RECEITA

## 1.1. Cobrança de Receitas

### Receita dos Impostos Internos e dos Impostos sobre o Comércio Externo

No ano de 2015, foi programado o montante de 160.707,82 milhões de MT, para ser cobrado pela Autoridade Tributária de Moçambique (AT), com vista a financiar as despesas públicas, tendo sido cobrados 159.805,02 milhões de MT. No entanto, expurgados 5.166,36 milhões de MT, valor referente ao reembolso de IVA, o valor arrecadado ficou em 154.638,66 milhões de MT, correspondentes a 96,22% da receita total e a 26,01% do PIB a preços correntes de 2015, justificável pela conjuntura da economia mundial de uma forma geral e do país em particular, como ilustra a tabela 1 e gráfico 1.

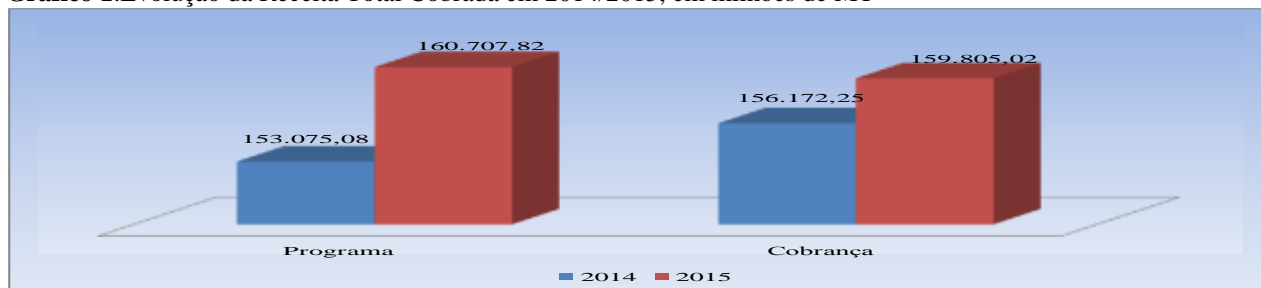
Tabela 1. Evolução da Realização de Receitas em 2014/2015

Unidade: 10<sup>6</sup>MT

Descrição	2014			2015			Cresc. Nominal
	Programa	Cobrança	Grau de Realização	Programa	Cobrança	Grau de Realização	
Impostos Internos	106.433,71	108.308,71	101,76%	107.963,61	109.395,37	101,33%	1,00%
Impostos sobre o Comércio Externo	46.641,38	47.863,54	102,62%	52.744,21	50.409,65	95,57%	5,32%
<b>Total</b>	<b>153.075,09</b>	<b>156.172,25</b>	<b>102,02%</b>	<b>160.707,82</b>	<b>159.805,02</b>	<b>99,44%</b>	<b>2,33%</b>
Excluindo o Reembolso do IVA no valor de 5.166,36 milhões de MT					<b>154.638,66</b>		

Fonte: GPECI

Gráfico 1. Evolução da Receita Total Cobrada em 2014/2015, em milhões de MT



Em termos de peso, os impostos subdividem-se em 4 grupos e distribuem-se conforme a tabela 2, destacando-se as receitas fiscais que representam o maior peso.

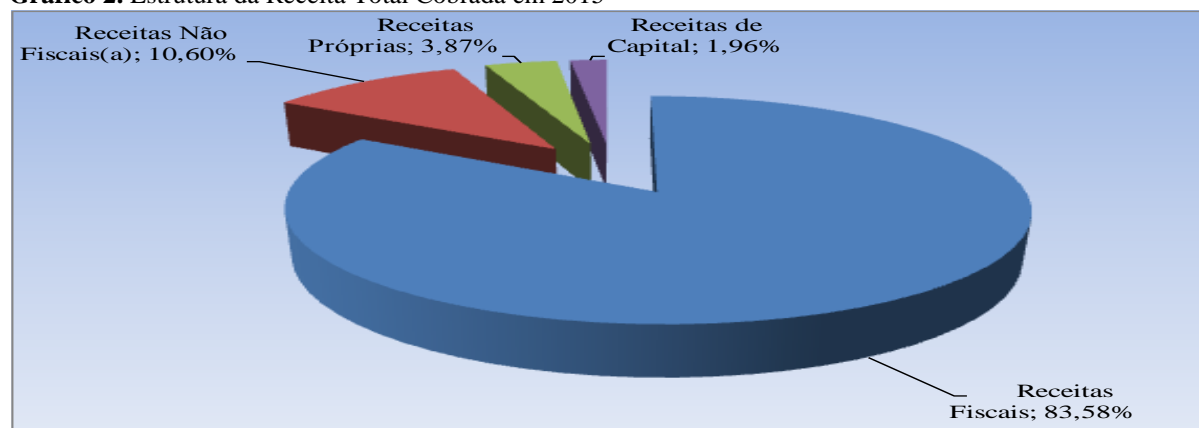
Tabela 2. Execução Global da Receita do Estado em 2014/2015

Unidade: 10<sup>6</sup>MT

Descrição	2014		2015					Cresc. Nominal	Estrutura
	Programa	cobrança	Programa	cobrança	grau de Realização	% do PIB			
Receitas Correntes	149.887,68	153.449,06	157.520,42	156.674,32	99,46%	26,35%	2,10%	98,04%	
Receitas Fiscais	132.261,46	135.084,80	133.009,26	133.562,60	100,42%	22,46%	-1,13%	83,58%	
Receitas Não Fiscais(a)	14.329,27	13.141,50	20.073,76	16.931,80	84,35%	2,85%	28,84%	10,60%	
Receitas Próprias	3.296,95	5.222,76	4.437,40	6.179,92	139,27%	1,04%	18,33%	3,87%	
Receitas de Capital	3.187,40	2.887,04	3.187,40	3.130,70	98,22%	0,53%	8,44%	1,96%	
<b>Total</b>	<b>153.075,08</b>	<b>156.336,10</b>	<b>160.707,82</b>	<b>159.805,02</b>	<b>99,44%</b>	<b>26,87%</b>	<b>2,22%</b>	<b>100,00%</b>	

a) Inclui Receitas Consignadas

Fonte: GPECI

**Gráfico 2.** Estrutura da Receita Total Cobrada em 2015

- **Contribuição dos Grandes Contribuintes**

No que diz respeito a implementação dos Critérios de Classificação de Grandes Contribuintes, procedeu-se, durante o exercício em análise, a mobilidade dos contribuintes das DAF's para UGC's e vice-versa, tendo o número de 1.661 registado em 2014, passado para 1.789 a 31 de Dezembro de 2015, distribuídos em 1.136 Grandes Contribuintes nas UGC's, de acordo com a tabela 3, dos quais: 564 na UGC de Maputo; 161 na UGC da Matola; 183 na UGC da Beira; 150 na UGC de Nampula; e 78<sup>1</sup> na UGC de Pemba e 653 sedeados nas DAF's<sup>2</sup>.

**Tabela 3.** Distribuição dos Grandes Contribuintes

<b>Grandes Contribuintes</b>		
<b>Descrição</b>	<b>Nº</b>	<b>Peso</b>
<b>Nas UGC's</b>		
Maputo	564	31,53%
Matola	161	9,00%
Beira	183	10,23%
Nampula	150	8,38%
Pemba	78	4,36%
<b>Sub Total nas UGC's</b>	<b>1.136</b>	<b>63,50%</b>
Nas DAF's	653	36,50%
<b>Total Geral</b>	<b>1.789</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: DGA-DUGCAT

Relativamente a contribuição dos Grandes Contribuintes na receita total da AT, importa referir que se situou em 104.141,37 milhões de MT, correspondentes a 65,17%, dos quais, 77.749,86 milhões de MT, provenientes dos impostos internos, 60.213,05 milhões de MT dos Grandes Contribuintes sedeados nas UGC's e 17.536,81 milhões de MT, dos contribuintes baseados nas DAF's e 26.391,51 milhões de MT, dos contribuintes dos impostos sobre o Comércio Externo. Fazendo a análise comparativa com o período homólogo anterior corresponde a um incremento de 9,04%, conforme a Tabela 4.

No mesmo período, a contribuição total dos pequenos e médios contribuintes em relação ao total cobrado, representa 34,83%, correspondentes a 55.663,65 milhões de MT.

<sup>1</sup> Inaugurada no dia 10 de Fevereiro de 2015, pelo Exmo. Sr. PAT.

<sup>2</sup> DAF Maputo-1 (320); DAF Maputo-2 (64); Manhiça (03); DAF Xai-Xai (05); DAF Inhambane (03); Vilanculos (08); DAF Manga (16); DAF Chimoio (43); DAF Quelimane (20); DAF Nacala (36); DAF Lichinga (13); e DAF Tete (122).

Tabela 4. Contribuição dos Grandes e Pequenos Contribuintes, 2014/2015

Unidade: 10<sup>6</sup>M

Descrição	2014		2015		Crescimento Nominal
	Cobrança	Peso	Cobrança	Peso	
<b>Total de Cobrança da AT</b>	<b>156.336,11</b>	<b>100,00%</b>	<b>159.805,02</b>	<b>100,00%</b>	<b>2,22%</b>
Grandes Contribuintes (GC) nas UGC's	55.743,37	35,66%	60.213,05	37,68%	8,02%
Maputo	53.127,42	33,98%	54.326,47	34,00%	2,26%
Matola		0,00%	1.985,60	1,24%	0,00%
Beira	1.670,49	1,07%	2.034,45	1,27%	21,79%
Nampula	945,46	0,60%	1.310,98	0,82%	38,66%
Pemba		0,00%	555,55	0,35%	0,00%
Grandes Contribuintes nas DAF's	13.967,76	8,93%	17.536,81	10,97%	25,55%
<b>Total GC de Impostos Internos</b>	<b>69.711,13</b>	<b>44,59%</b>	<b>77.749,86</b>	<b>48,65%</b>	<b>11,53%</b>
<b>Total GC de Impostos sobre o Comércio Externo</b>	<b>25.794,66</b>	<b>16,50%</b>	<b>26.391,51</b>	<b>16,51%</b>	<b>2,31%</b>
<b>Total Geral de Cobrança dos GC</b>	<b>95.505,79</b>	<b>61,09%</b>	<b>104.141,37</b>	<b>65,17%</b>	<b>9,04%</b>
Pequenos Contribuintes dos Impostos Internos	38.534,10	24,65%	31.645,51	19,80%	-17,88%
Pequenos contribuintes dos Impostos sobre o Comércio Externo	22.296,22	14,26%	24.018,14	15,03%	7,72%
<b>Total da Cobrança dos Pequenos e Médios Contribuintes</b>	<b>60.830,32</b>	<b>38,91%</b>	<b>55.663,65</b>	<b>34,83%</b>	<b>-8,49%</b>

Fonte: GPECI/DPAR

- **Contribuição Fiscal dos Mega Projectos;**

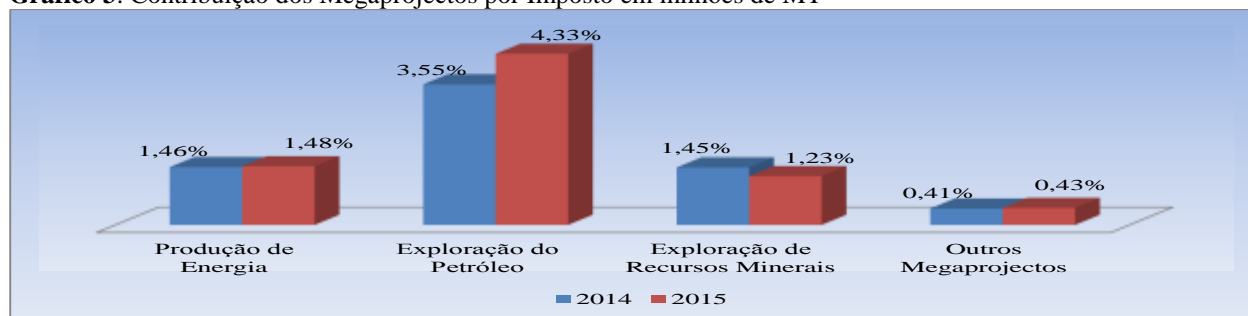
Durante o período em análise, estiveram em operação 9 Megaprojectos, os quais contribuíram para os cofres do Estado com o montante de 11.550,60 milhões de MT contra 10.755,10 milhões de MT cobrados no ano de 2014, o que corresponde a um crescimento em termos nominais de 7,40% e uma contribuição de 7,47% sobre a receita total. Contribuíram mais para este crescimento os sectores de Exploração de Petróleo e de Produção de Energia, cujo peso no grupo foi de 57,91 e 19,84%, respectivamente, conforme a Tabela 5 e o Gráfico 3.

Tabela 5. Contribuição Fiscal dos Megaprojectos

Unidade: 10<sup>6</sup>MT

Descrição	Estrutura					Contribuição na Receita Total	
	2014	Peso	2015	Peso	Crescimento Nominal	2014	2015
Produção de Energia	2.284,02	21,24%	2.291,22	19,84%	0,32%	1,46%	1,48%
Exploração do Petróleo	5.553,98	51,64%	6.689,16	57,91%	20,44%	3,55%	4,33%
Exploração de Recursos Minerais	2.270,96	21,12%	1.905,55	16,50%	-16,09%	1,45%	1,23%
Outros Megaprojectos	646,15	6,01%	664,67	5,75%	2,87%	0,41%	0,43%
<b>Total</b>	<b>10.755,10</b>	<b>100,00%</b>	<b>11.550,60</b>	<b>100,00%</b>	<b>7,40%</b>	<b>6,88%</b>	<b>7,47%</b>

Fonte: DGI-UGC Maputo

**Gráfico 3.** Contribuição dos Megaprojectos por Imposto em milhões de MT

### • Contribuição Fiscal das Instituições Financeiras

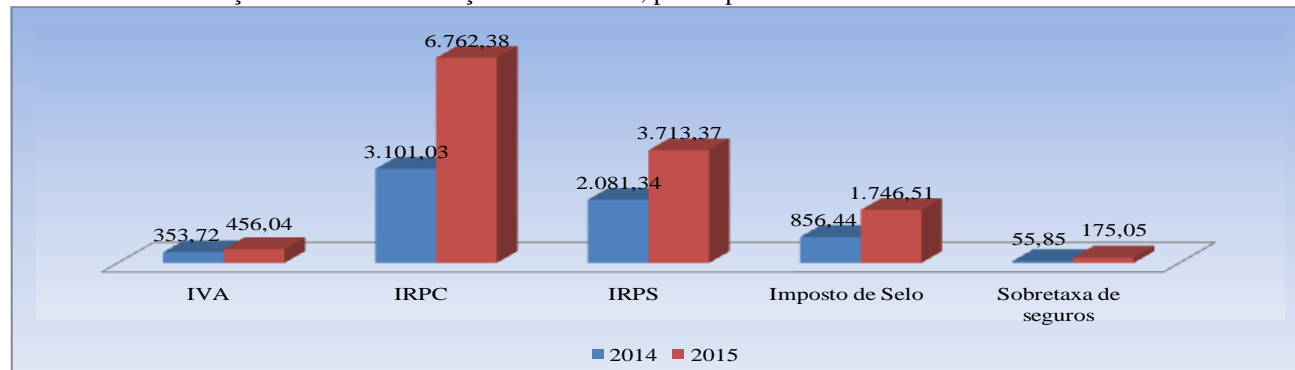
As Instituições Financeiras contribuíram com um total de 12.853,33 milhões de MT, correspondentes a 8,04% da receita total e um crescimento de 99,33%, quando comparado com igual período de 2014, que foi de 6.448,38 milhões de MT.

Nesta área, o destaque vai para o sector das Seguradoras que registou um crescimento nominal significativo de 194,99%, seguido das Sociedades de Locação Financeira com 93,83% e por último as Instituições Financeiras com 93,58%, quando comparados com igual período de 2014. Estas realizações foram influenciadas pelas rubricas de IRPC e IRPS registando-se uma cobrança na ordem de 6.762,38 milhões de MT e 3.713,37 milhões de MT, respectivamente, conforme a Tabela 6 e Gráfico 4.

**Tabela 6.** Contribuição Fiscal das Instituições FinanceirasUnidade: 10<sup>6</sup>MT

Descrição	IVA			IRPC			IRPS			Imposto de Selo			Sobre Taxas de Seguro			Total		
	2014	2015	Cresc Nominal	2014	2015	Cresc Nominal	2014	2015	Cresc Nominal	2014	2015	Cresc Nominal	2014	2015	Cresc Nominal	2014	2015	Cresc Nominal
Instituições Financeiras	303,95	415,42	36,67%	2.972,79	6.218,74	109,19%	1.996,59	3.566,06	78,61%	747,73	1.455,05	94,60%	0,00	0,00		6.021,06	11.655,27	93,58%
Seguradoras	15,99	31,26	95,50%	121,42	458,35	277,49%	63,61	122,29	92,25%	108,71	291,46	168,11%	55,85	175,05	213,43%	365,58	1.078,41	194,99%
Soc. De Locação Financeira	33,78	9,36	-72,29%	6,82	85,29	1150,59%	21,14	25,02	18,35%	0,00	0,00		0,00	0,00		61,74	119,67	93,83%
Total	353,72	456,04	28,93%	3.101,03	6.762,38	118,07%	2.081,34	3.713,37	78,41%	856,44	1.746,51	103,93%	55,85	175,05	213,43%	6.448,38	12.853,35	99,33%

Fonte: DGI-UGC Maputo

**Gráfico 4.** Contribuição Fiscal das Instituições Financeiras, por Imposto em milhões de MT

## 1.2. Consolidação dos Projectos de Modernização Tecnológica

### 1.2.1. Projecto e-Tributação

Como resultado da revisão da estratégia de implementação do e-Tributação e com vista a conferir maior celeridade no processo de desenvolvimento para o alcance dos resultados previstos, foi feito o lançamento a 26 de Fevereiro de 2015, o concurso público pela UGEA para a contratação de um novo implementador em substituição da Oracle, empresa que desenvolveu o sistema até 2015. O concurso em referência, compreendeu duas fases, sendo a primeira de manifestação de interesse e a segunda da entrega das propostas técnicas e financeiras pelas empresas seleccionadas para o efeito. A fase de manifestação de interesse incluindo a prorrogação dada por solicitação dos concorrentes, culminou com a divulgação dos resultados ao 11 de Maio de 2015, onde foram apuradas 4 empresas dentre as 9 que submeteram as suas propostas. A fase de elaboração das propostas técnica e financeira terminou no dia 6 de Julho de 2015, data em que foram abertas para avaliação apenas as propostas técnicas. Com a mudança da presidência na AT, o processo foi submetido para aprovação da Exma. Sra. Presidente da AT, acabando por observar algum tempo para discussão e esclarecimento dos aspectos julgados pertinentes processo concluído a 28 de Novembro de 2015. Até ao final do período, aguardava-se pela assinatura do contrato, facto previsto para o primeiro trimestre de 2016.

A proposta do contrato com o novo implementador, consórcio Nova Base e Intrasoft, inclui, para além da avaliação e optimização das funcionalidades desenvolvidas, o desenvolvimento de todas as funcionalidades remanescentes, nomeadamente: Funcionalidades complementares do IVA, ISPC e Processos Comuns, IRPC, IRPS, outros impostos, pagamento via banco e a integração com outros sistemas (Portal e JUE). Prevê-se a conclusão do desenvolvimento de todos os tipos de impostos em 18 meses (substituição integral do SICR), acrescidos de mais 6 meses de eventuais desenvolvimentos adicionais e suporte pós implementação.

#### **Módulo do NUIT**

Este módulo que comporta elementos fundamentais para o enquadramento dos contribuintes nos diferentes domicílios fiscais (através do Classificador Territorial), Impostos, Regimes de Tributação e Actividades Económicas (através do Classificador de Actividade Económica - CAE), foi implementado e consolidado em oito locais, dentre os quais, 6 Postos de Cobrança, UGC da Matola e no Gabinete Central - DGI, cobrindo o universo de 76 Unidades de Cobrança Fixas, dentre as quais 25 DAFs, 5 UGCs e 46 Postos de Cobrança, contendo as seguintes funcionalidades de:

- Registo, actualização e alteração dos modelos: M01S (Pessoa Singular); M01C (Pessoa Colectiva); M02 (Actividade); e M02 Sucursal;
- Registo e alteração do modelo: M03 (cessação de actividade); e
- Gestão a acessos de utilizadores.

Ainda relacionado a esta actividade, foram actualizados 1.136 Grandes Contribuintes das UGCs, o que correspondente a 100% da realização.

#### **Incremento de IVA, ISPC e Processos Comuns**

Este incremento constitui parte integrante dos Módulos de Receita do Estado, Rede de Cobrança e Apoio a Gestão e é composto por onze processos, nomeadamente, Gestão da Liquidação (Modelos MA, MB, MC e M30), Gestão da Conta Corrente, Gestão da GARE (Guia de Arrecadação da Receita do Estado), Gestão de Juros e Multas, Gestão de Pagamentos, Gestão de Reembolsos de IVA, Gestão de Contencioso, Gestão de Contabilização da Receita, Gestão de Acessos, Gestão de Juízo de Execuções Fiscais e Relatórios Críticos.

No entanto, até ao final do período em análise, tinha sido feita uma expansão gradual que começou por unidades de cobrança de pequena escala, com um número limitado de contribuintes de modo a minimizar eventuais impactos negativos sobre a receita, caso algo corresse mal durante o processo de implementação,

tendo abrangido 26 unidades de cobrança, dum universo de 72 unidades, devido a indisponibilidade orçamental para a deslocação dos técnicos para esses locais com vista a realização de *roll-out* do sistema, bem como para a formação de técnicos de outras unidades, para além de problemas verificados à nível do Centro de Dados do CEDSIF, que afectaram o desempenho do e-Tributação cuja solução dependia do suporte da Oracle, suspenso devido ao atraso de pagamento de licenças do ETPM, também devido a indisponibilidade orçamental. Por estes motivos não foi possível o cumprimento das metas previstas no PAOA - 2015 tendo ficado em 12,72% para o módulo do IVA e em 17,40% para o do ISPC. Ainda relacionado a esta actividade, estava prevista, e não concretizada, a impressão de novos formulários de IVA e ISPC, cuja proposta aguarda a aprovação pela Assembleia da República, estando as Unidades de Cobrança, neste momento a usar os antigos formulários orientados por um procedimento de mapeamento para o e-Tributação.

### **Módulo de IRPC, IRPS e Outros Impostos**

Os Módulos acima referidos foram finalizados, encontrando-se prontos para serem apreciados e usados na definição de requisitos do sistema pelo novo implementador logo após celebração do contrato.

### **Pagamento Via Banco**

A solução de pagamento via banco esteve disponibilizada, e ocorreu em regime piloto a nível das Unidades de Grandes Contribuintes de Maputo e Matola, com o Moza Banco e BCI, tendo-se observado para a sua materialização, o seguinte:

- Assinatura dos acordos de adesão com 13 Bancos Comerciais a 27 de Julho de 2015, dos quais 9<sup>3</sup> assinaram apenas Adenda e 4<sup>4</sup> assinaram o Acordo de adesão e a respectiva adenda.
- Foram partilhados os procedimentos com as entidades intervenientes no processo, nomeadamente, Direcção Nacional de Tesouro (DNT), Tribunal Administrativo (TA), Banco de Moçambique (BM) e Bancos Comerciais (BCOMs); e
- Foram criadas as condições tecnológicas necessárias para o acesso ao e-Declaração e disponibilizado aos contribuintes nas unidades de cobrança e Central de Controle da Receita, através do endereço <https://edeclaracao.at.gov.mz> pela Internet e através da rede interna.

### **Grau de Realização Orçamental**

Para a implementação das actividades do projecto e-Tributação foi programado o montante de 238,55 milhões de MT, dos quais:

- 218,55 Milhões de MT são recursos externos subdivididos em:
  - 110,20 Milhões de MT do Fundo Comum destinados às actividades de consolidação do módulo do NUIT e expansão para as novas Unidades de Cobrança e Distritos com e-SISTAFE, actualização de dados de registo de NUIT no sistema e-Tributação, consolidação do módulo do IVA/ISPC, produção de novos formulários de Registo do IVA e ISPC, desenvolvimento e implementação do módulo do IRPS/ IRPC, realização das actividades de comunicação interna e externa e realização de assistência técnica ao Projecto, avaliadas em 5,00 milhões de MT, 14,21 milhões de MT, 40,68 milhões de MT, 7,54 milhões de MT, 8,75 milhões de MT e 12,46 milhões de MT, respectivamente.
  - 108,35 Milhões de MT que representam as necessidades financeiras do CEDSIF e, destinam-se a custear despesas relacionadas com às actividades de consultoria ORACLE, capacitação de colaboradores incluindo *workshop*, ajudas de custo e passagens aéreas para fora do país.

<sup>3</sup>Banc ABC, Barclays, BCI, Ecobank, FNB, Millennium BIM, Moza Banco, Standard Bank e Banco Único.

<sup>4</sup>Capital Bank, Banco Terra, BMI e Banco Mais.

- 20,00 Milhões MT de recursos internos, que se destinam a custear despesas inerentes a consolidação do Módulo IVA e ISPC e garantia de assistência técnica ao Projecto, nos montantes de 18,50 milhões de MT e 1,50 milhões de MT, respectivamente, cujo orçamento não foi executado no período em análise, devido a inexistência dum contrato, derivado de não lançamento do concurso público.

No que diz respeito a realização orçamental de 110,20 milhões de MT, alocados ao e-Tributação, foi executado pela AT um total de 49,21 milhões de MT, correspondente a um grau de realização de 45% face ao global, nas actividades de destaque de *Roll-Out* do IVA e ISPC, formações de Técnicos e utilizadores do e-Tributação, serviços de digitação do NUIT, consultoria da HEC, pagamentos de comunicações de Rede e dados das DAFs, cablagens de rede e dados nas DAFs. Para o CEDSIF, do total previsto de 108,35 milhões de MT, foi executado 2,17 milhões de MT, correspondentes a 2% do previsto nas actividades de pagamentos de Consultoria da ORACLE referente ao exercício de 2014.

Importa todavia salientar que, várias foram as razões que contribuíram para o baixo nível de execução, com destaque para as seguintes:

- Morosidade na atribuição de vistos aos contratos pelo Tribunal Administrativo;
- Indisponibilidade orçamental para pagamento de despesas; e,
- Não realização de despesas no CEDSIF por falta de fundos.

### **Projecto de Modernização dos Serviços do Contribuinte (PMSC)**

Foram finalizados todos os procedimentos administrativos referentes ao concurso do Portal do Contribuinte, tendo-se assinado o contrato com a Novabase, empresa implementadora do projecto e que até ao final do período já se encontrava a trabalhar. Foram finalizadas as actividades de desenvolvimento e integração para a demonstração da 1ª release (versão) do Portal, que se encontra disponível pelo endereço [uat.portaldocontribuinte.at.gov.mz](http://uat.portaldocontribuinte.at.gov.mz). Relativamente a Central de Atendimento, que constitui a fase I do PMSC, durante o ano de 2015, realizou-se a transferência de toda a solução deste serviço, desde a infraestrutura tecnológica até as aplicações, do Centro de Dados do CEDSIF para o Centro de Dados da AT.

Foram recebidas um total de 2.077 solicitações, das quais 109 denúncias, 297 questões sobre impostos provenientes do comércio internacional e 1.671 questões sobre impostos internos. Destas solicitações, 78 denúncias foram processadas e finalizadas e 31 não processadas, 207 questões sobre os impostos provenientes do comércio internacional foram processadas e finalizadas e 90 não processadas e 1.197 questões sobre impostos internos foram processadas e finalizadas e 474 não processadas. As solicitações não processadas deveram-se a problemas inerentes a diversas questões técnicas de comunicação com destaque para a queda de linha no momento do contacto.

Relativamente à fase II do PMSC, foram desenvolvidas funcionalidades correspondentes ao escopo inicial, nomeadamente, pedido de adesão, activação da conta do contribuinte, pedido de quitação, declaração dos modelos A e B do IVA e 30 do ISPC, funcionando integrado ao e-Tributação, acessível através do Link: [www.portaldocontribuinte.gov.mz](http://www.portaldocontribuinte.gov.mz).

#### **1.2.2. Janela Única Electrónica (JUE)**

No âmbito da implementação da JUE, foram realizadas diversas actividades, com destaque para as áreas de expansão, formação e cobranças de receitas.

### **Expansão de Novos Módulos e Expansão da JUE**

Relativamente a expansão de novos módulos, foi introduzido o uso do módulo de emissão de licenças designado “MDE - Ministério, Direcções e Entidades de Controlo” destinado a tramitação de processos de desembaraço, tendo sido, para tal, seleccionado o Centro de Promoção de Investimentos (CPI) como entidade



primária na emissão das listas globais de importação de mercadorias, cujo projecto foi aprovado em 2014 e concretizado em Abril de 2015. A fase piloto teve início em Maio e consistiu na submissão das licenças de importação de medicamentos designados BIEF, que não teve avanços, devido às dificuldades que o MISAU enfrentava na largura da banda para suportar as especificações técnicas da JUE.

No que diz respeito a expansão da JUE, foi reactivado o processo de desenvolvimento da interconectividade com o INATTER, visando a submissão de certificados de inspecção pré-embarque pela Intertek.

## Formação

Com a intenção de acautelar a introdução de novos Módulos na JUE, tendo em vista a garantia da sua assimilação, foram capacitados 1.689 utilizadores, dos quais, 771 da área de actuação “CMS” e 918 da “TradeNet”, conforme o anexo V. Este número, quando comparado com o de igual período de 2014, representa um decréscimo de 24,90% resultante da redução do volume dos Módulos a serem implementados.

## Cobrança de Receita

Em relação à cobrança de receita via JUE, o Estado colectou 37.776,00 milhões de MT, incluindo 6.865,46 milhões de MT correspondentes a taxa de radiodifusão

## Níveis de Execução dos Novos Módulos

### Declarações Processadas por Regime

De Janeiro a Dezembro de 2015 foram processadas via JUE 308.311 contra 325.918 de 2014, demonstrando uma redução em 17.607 devido a redução de Importações (A1), tendo este Regime contribuído para a receita do Estado em 72,04%, Regime de Trânsito com 13,75% e 14,21% para os restantes sete Regimes de acordo com informação constante da Tabela 7.

**Tabela 7. Declarações Processadas por Regime em 2015**

Ano	Mes	Armazéns	Exportação	Exportação Temporária	Importação	Importação Temporária	Re-Exportação	Re-Importação	Trânsito	ZFI; ZEE e Lojas Francas	Total
2015	Janeiro	477	1.467	157	17.032	276	56	9	3.313	1.685	24.472
	Fevereiro	493	1.504	164	16.697	253	169	120	3.110	970	23.480
	Marco	555	1.442	181	20.357	204	230	47	3.601	797	27.414
	Abril	517	1.529	144	19.056	134	164	126	3.200	1.006	25.876
	Mai	481	1.484	155	17.782	104	336	29	3.298	828	24.497
	Junho	347	1.680	161	18.655	126	438	50	3.870	776	26.103
	Julho	505	1.978	197	19.790	122	196	112	3.997	1.035	27.932
	Agosto	662	1.629	172	19.464	91	261	72	3.627	863	26.841
	Setembro	428	1.507	157	18.405	210	184	128	3.776	672	25.467
	Outubro	670	1.665	195	19.065	92	224	75	3.918	648	26.552
	Novembro	484	1.596	180	18.145	149	205	132	3.202	711	24.804
	Dezembro	270	1.475	167	17.651	103	348	193	3.482	1.184	24.873
<b>Total</b>		<b>5.889</b>	<b>18.956</b>	<b>2.030</b>	<b>222.099</b>	<b>1.864</b>	<b>2.811</b>	<b>1.093</b>	<b>42.394</b>	<b>11.175</b>	<b>308.311</b>
Total de declarações processadas em 2014											325.918
Crescimento Nominal											-5,40%

Fonte: DGA

A implementação de novos Módulos, particularmente os que envolvem outras entidades enfrentou algum atraso devido a obrigatoriedade das outras entidades de se adequarem às especificidades da interconectividade com a JUE. Assim, continuam em carteira:

- **Emissão de Certificado Pré-Embarque** - este módulo visa permitir o carregamento automático dos dados relativos às inspecções pré-embarque, a fim de facilitar o comércio legítimo e minimizar a tendência ao uso de certificados falsificados que têm um impacto negativo sobre a arrecadação de receitas.
- **Atribuição Automática de Matrículas (INATTER)** - com a criação de conectividade com o INATTER pretendeu-se ver melhorado o controlo e fluidez no desembaraço de viaturas;

- **Validação Automática de termo de Compromisso Bancário** - automatização na aprovação e regularização dos Termos de Compromisso submetidos, a partir da interação dos sistemas dos bancos comerciais com a JUE, aumentando o grau de fiscalização de entrada e saída de divisas, baseado em relatórios fidedignos (gerados pelo sistema);
- **Leitura de código de barras (Fase I) e confirmação de autenticidade dos documentos gerados na JUE via SMS** - leitura de código de barras e o uso de chaves criptografadas em documentos da JUE para superar as dificuldades que os utentes enfrentam na validação da informação impressa na JUE;
- **Melhoria na Gestão de Garantia no Trânsito** - visava eliminar o uso não autorizado de garantias no sistema através da criação de um mecanismo de monitoria e indicação prévia das entidades com privilégios para usar.
- **Fusão ou Cisão de Empresas de Despachante** - com a dinâmica do mercado, há uma maior tendência de formação de sociedades de despachantes, assim, surgiu a necessidade de possibilitar a associação ou desassociação de empresas.

Quanto ao cumprimento das metas do PAOA importa referir o seguinte:

- O módulo de Isenção esteve 100% funcional em todas instituições intervenientes
- O módulo de avaliação de mercadorias esteve temporariamente descontinuado devido aos elevados custos para implementação;
- O módulo das licenças – (MISAU, Agricultura, INATTER, PESCA) - até ao final do período em análise aguardava pela criação de infraestrutura por parte das instituições em causa, dentre os quais a instalação da internet com banda suficiente;
- O módulo das licenças de importação temporária esteve funcional em 100%;
- O módulo de interconectividade foi concluído aguardando a implementação por parte da congénere sul-africana; e
- Módulo de Leilões - funcional em 100% e até ao final do período aguardando a execução do piloto

### 1.3. Processos de Contencioso Fiscal, Executivos e Aduaneiro

#### Processo de Contencioso Fiscal e Processos Executivos

O saldo dos processos de Contencioso Fiscal a 31 de Dezembro de 2014, foi de 9.828, correspondentes a 2.633,23 milhões de MT, e que, durante o período de Janeiro a 31 de Dezembro de 2015, registou-se o seguinte movimento:

- Foram instaurados e acrescidos ao saldo supra mencionado (2014), um total de 3.807 processos, no valor de 816,81 milhões de MT, contra 2.907 processos, no valor de 1.193,34 milhões de MT, representando, em termos quantitativos, um crescimento em 30,96% e um decréscimo de 31,55% do respectivo valor, se comparado com o ano anterior;
- Foram cobrados 1.992 processos no valor de 99,48 milhões de MT, contra 1.543, no valor de 106,07 milhões de MT, do ano transacto, o que representa um crescimento da quantidade de processos e um decréscimo do valor de processos cobrados, na ordem de 29,10% e 6,22%, respectivamente.

A redução dos valores cobrados nos processos em 2015, foi influenciada pelas fiscalizações realizadas em 2014, no caso concreto pela Unidade de Grandes Contribuintes de Maputo, às gasoleneiras e que culminaram com a instauração e cobrança de processos com valores relativamente elevados.

Em termos de relaxes, registou-se uma relativa melhoria no desempenho, uma vez que foram relaxados para os diversos Juízos das Execuções Fiscais, 347 processos no valor de 17,87 milhões de MT, contra 253

processos no valor de 13,16 milhões de MT do ano anterior, representando, respectivamente, um crescimento em 37,15% e 35,73%, em termos de quantidade e valor de processos relaxados. A movimentação acima descrita, bem como o saldo dos processos de Contencioso Fiscal até ao final do período, encontram-se ilustrados de forma resumida na Tabela 8 e Gráfico 5.

**Tabela 8.** Resumo de Processos de Contencioso Fiscal

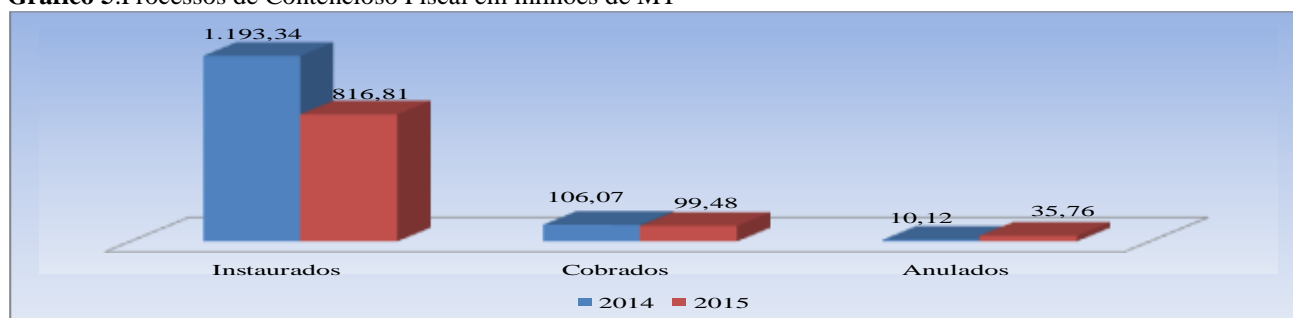
Unidade: 10<sup>6</sup>MT

Ord.	Descrição	Jan. a Dez. de 2014		Jan. a Dez. de 2015		Cresc. Nominal %	
		Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
1	Saldo em 1 de Janeiro	8.741	1.569,25	9.828	2.633,23	12,44%	67,80%
2	Inausturados	2.907	1.193,34	3.807	816,81	30,96%	-31,55%
3	Cobrados	1.543	106,07	1.992	99,48	29,10%	-6,22%
4	Anulados	24	10,12	53	35,76	120,83%	253,25%
5	Virtualizados	253	13,16	347	17,87	37,15%	35,73%
6	Contestados*	244	123,56	210	112,71	-13,93%	-8,78%
7	Rec. TA	0	0,00	5	9,40	0,00%	0,00%
8=1+2-3-4-5	Saldo em 31 de Dezembro 2015	9.828	2.633,23	11.243	3.296,93	14,40%	25,20%

\*Contestados a nível das DAFs

Fonte: DGI-DCT

**Gráfico 5.** Processos de Contencioso Fiscal em milhões de MT



### • Processos de Contencioso Fiscal nos Tribunais Fiscais

Foram recorridos junto aos Tribunais Fiscais 978 processos no valor de 58,43 milhões de MT, durante o período em análise e adicionados aos 637 processos no valor de 1.930,66 milhões de MT, transitados de 2014, totalizando 1.615 correspondentes a 1.989,09 milhões de MT, tendo sido proferidas 276 sentenças, das quais 247 foram a favor do Estado e resultaram na cobrança de 13,08 milhões de MT, transitando para o ano de 2016, 1.339 processos no montante de 581,06 milhões de MT, conforme a Tabela 9.

**Tabela 9.** Processos de Contencioso Fiscal nos Tribunais Fiscais

Unidade: 10<sup>6</sup>MT

N/O	Descrição	Processos	
		Qtd	Valor
1	Saldo em 1 de Janeiro	637	1.930,66
2	Recorridos durante o período	978	58,43
<b>Total</b>	<b>(Soma 1+2)</b>	<b>1.615</b>	<b>1.989,09</b>
3	Tramitados durante o período	276	1.408,03
5	Cobrados	247	13,08
6=1+2-3	Saldo em 31 de Dezembro	1.339	581,06

Fonte: DGI- DCT

### • Processos de Contencioso no Tribunal Administrativo

Conforme a Tabela 10, dos 148 processos no valor de 240,28 milhões de MT que se encontravam no Tribunal Administrativo, foram tramitados 17 processos no valor de 0,18 milhões de MT, tendo sido cobrados 16 no valor de 180,83 milhões de MT, transitando em 31 de Dezembro de 2015, 131 processos, correspondentes a 240,10 milhões de MT.

Os processos em referência pertencem às diversas Unidades de Cobrança, nomeadamente: as UGC's de Nampula, Beira e Maputo, como também as DAF's de Pemba, Nampula, Nacala, Quelimane, Chimoio, 1º e 2º Bairro da Beira, Inhambane, Quissico, Vilankulos, Chokwé, Xai-Xai, 1º e 2º Bairro de Maputo e Matola.

**Tabela 10.** Processos de Contencioso Fiscal nos Tribunais Administrativos

Unidade: 10<sup>6</sup>MT

N/O	Descrição	Processos	
		Qtd	Valor
1	Saldo em 1 de Janeiro	143	230,89
2	Recorridos durante o período	5	9,40
<b>Total</b>	<b>(Soma 1+2)</b>	<b>148</b>	<b>240,28</b>
3	Tramitados durante o período	17	0,18
5	Cobrados	16	0,18
<b>6=1+2-3</b>	<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>131</b>	<b>240,10</b>

Fonte: DGI-DCT

### • Processo Executivos

Relativamente aos processos em Execução Fiscal, o saldo final em 2014 era de 118.101 processos correspondentes a 2.639,58 milhões de MT, tendo-se verificado, durante o período em análise, o seguinte movimento, conforme a Tabela 11 e Gráfico 6:

- Instaurados 1997 processos, no valor de 9.152,14 milhões de MT, contra 1.599 processos, no valor de 320,12 milhões de MT, de 2014, o que significa um crescimento em 24,89% e 2.759,02%, em termos de quantidade e valor, respectivamente.
- Registou-se, ainda, a cobrança de 953 processos, no valor de 163,64 milhões de MT, representando um incremento em 13,86% e 2,03% da quantidade e valor, respectivamente, em comparação com o ano de 2014, onde foram cobrados 837 processos no valor de 160,39 milhões de MT.

Transitam para o ano de 2016, 112.855 processos no valor de 11.510,71 milhões de MT, conforme a Tabela 11.

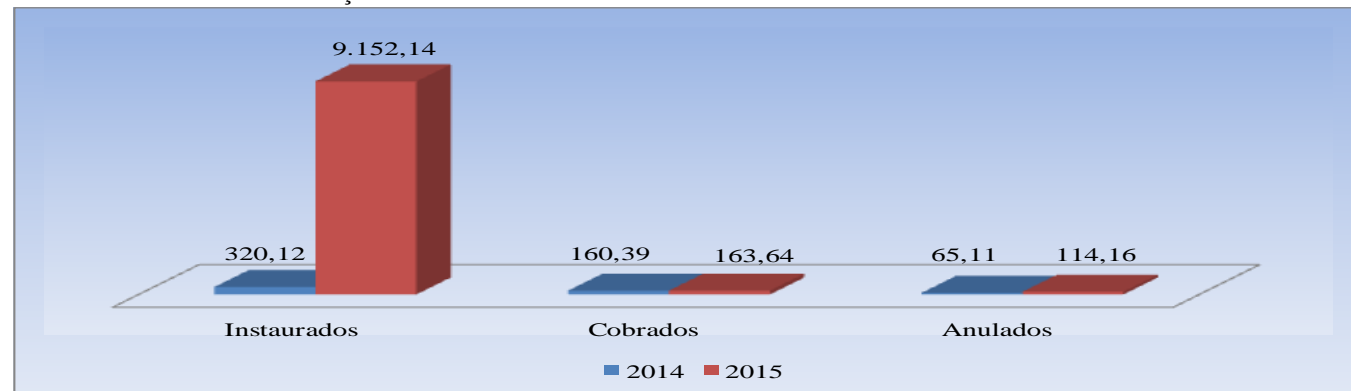
**Tabela 11.** Resumo de Processos Executivos

Unidade: 10<sup>6</sup>MT

Ord.	Descrição	Jan. a Dez de 2014		Jan. a Dez de 2015		Cresc. Nominal %	
		Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
1	Saldo em 1 de Janeiro	121.636	2.544,97	118.101	2.639,58	-2,91%	3,72%
2	Instaurados	1.599	320,12	1.997	9.152,14	24,89%	2759,02%
<b>Total1</b>	<b>(soma 1+2)</b>	<b>123.235</b>	<b>2.865,08</b>	<b>120.098</b>	<b>11.791,72</b>	<b>-2,55%</b>	<b>311,57%</b>
3	Cobrados	837	160,39	953	163,64	13,86%	2,03%
4	Anulados	4.297	65,11	6.290	114,16	46,38%	75,32%
<b>Total2</b>	<b>(soma 3+4)</b>	<b>5.134</b>	<b>225,50</b>	<b>7.243</b>	<b>281,01</b>	<b>41,08%</b>	<b>24,61%</b>
<b>5=1+2-3-4</b>	<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>118.101</b>	<b>2.639,58</b>	<b>112.855</b>	<b>11.510,71</b>	<b>-4,44%</b>	<b>336,08%</b>

Fonte: DGI-DCT

**Gráfico 6.** Processos de Execuções Fiscais em milhões de MT



Conforme a Tabela acima apresentada, a quantidade de Processos Executivos reduziu em 1,99%, no entanto, vislumbra-se um significativo aumento do respectivo valor da dívida tributária que é justificado pelo relaxe de um processo de IRPC no montante de 8.617,48 milhões de MT efectuado pela Unidade de Grandes Contribuintes de Maputo para o Juízo Privativo das Execuções Fiscais de Maputo.

A cobrança global de Janeiro à Dezembro de 2015 foi de 250,83 milhões de MT, dos quais, 87,19 milhões de MT dos processos de contencioso fiscal e 163,64 milhões de MT de Processos Executivos.

- **Processos Executivos no Tribunal Administrativo**

Relativamente aos Processos Executivos em litígio no Tribunal Administrativo, autuados pelos Juízos Privativos das Execuções Fiscais de Maputo e Beira, durante o período em análise, registou-se a recuperação de 15,57 milhões de MT, resultantes da cobrança de 15 processos, entre findos e pagamentos em prestações, decididos por aquele órgão a favor do Estado, tendo transitado para o ano de 2016, 49 processos no valor de 225,14 milhões de MT, sendo 39 no valor de 143,08 milhões no Juízo Privativo das Execuções Fiscais de Maputo e 10 processos no Juízo Privativo das Execuções Fiscais da Beira.

- **Idade dos Processos Executivos por Faixa Etária em 2015**

O saldo dos processos Executivos encontra-se segmentado em 3 grupos de longevidade, como se ilustra na Tabela 12, sendo o 1º grupo, cuja faixa etária é de mais de 3 anos, constituído por 92.180 processos no valor de 9.757,46 milhões de MT, representando 81,68% e 84,77% do total, em termos de quantidade e valor, respectivamente, estando em curso esforços no sentido de conferir maior celeridade no seu tratamento devido ao risco de prescrição.

No entanto, a maior dificuldade de cobrança tem a ver com a difícil localização dos respectivos devedores cuja mobilidade ocorre sem a prévia comunicação à Administração Fiscal.

O 2º grupo compreende 18.153 processos no valor de 1.281,42 milhões de MT, pertencentes ao intervalo de tempo de 1 à 3 anos e por fim o 1º grupo com 2.522 processos, no valor de 471,83 milhões de MT, com menos de 1 ano, conforme a Tabela 12.

**Tabela 12.** Idade dos Processos Executivos por Faixa Etária- 2015

Unidade: 10<sup>6</sup>MT

IDADE	Nº DE PROCESSOS E VALOR		PESO ( %)	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor
Menos de 1 ano	2.522	471,83	2,23%	4,10%
Entre 1 a 3 anos	18.153	1.281,42	16,09%	11,13%
Mais de 3 anos	92.180	9.757,46	81,68%	84,77%
<b>TOTAL</b>	<b>112.855</b>	<b>11.510,71</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: DGI-DCT

### 1.3.2. Processos de Contencioso Aduaneiro

No período em análise, foram tramitados diversos processos de pagamento voluntário de contencioso técnico, relativos a despachos de indicição, de vendas em leilão, participações e outros cujo valor aduaneiro totalizou 535,02 milhões de MT dos quais 184,94 milhões de MT correspondem a imposições aduaneiras. Os processos de leilão levaram a uma arrecadação de 46,22 milhões de MT, conforme a Tabela 13.

Tabela 13. Processos de Contencioso Aduaneiro

Unidade: 10<sup>6</sup>MT

Acções	Qt	Valor Aduaneiro	Direitos Imposições	Leilões
Pareceres/Informações técnicas	502			
Notas e ofícios	944			
Relatórios finais	280	152,64	76,52	
Pgt's voluntários	38	26,3	7,84	
Recursos	2			
Comunicação de despacho	189			
Vendas a leilão	78			46,22
Impugnações	12			
Apreensões Registadas	60			
Processos Fiscais/Recebidos	93	60,56	26,59	
Notificações do despacho de indicição	103	295,52	73,99	
Ordem de Serviço	20			
<b>Total de Processos</b>		<b>535,02</b>	<b>184,94</b>	<b>46,22</b>

Fonte: DGA

## 1.4. Gestão dos Reembolsos

### 1.4.1. Análise e Decisão dos Pedidos de Reembolso do IVA

Durante o período em análise foram recebidos 950 pedidos de reembolso do IVA no valor de 15.349,99 milhões de MT, dos quais, 515 pedidos no valor de 15.255,13 milhões de MT referentes ao Regime Normal e 435 correspondentes a 94,86 milhões de MT referentes ao Regime dos Diplomatas.

Comparativamente ao período de 2014, o volume de processos recebidos registou um incremento na ordem de 79,01% em valor devido fundamentalmente ao volume de investimentos realizados pelas empresas que operam nos sectores mineiro e petrolífero, bem como na construção da ferrovia de Nacala e do respectivo Porto, conforme a Tabela 14.

Neste período, foram pagos 734 processos no valor de 5.797,07 milhões de MT, dos quais 546 no montante de 3.742,20 milhões de MT e 188 referentes a períodos anteriores.

Relativamente aos pagamentos, registou-se um crescimento de 29,25% em termos de valor, conforme a Tabela 14, condicionados por um lado pela transição do modelo orçamental para o mecanismo do IVA Líquido cuja maturação e enquadramento no e-SISTAFE ocorreu nos finais do mês de Março e por outro lado, devido ao facto de parte dos processos terem sido pagos via titularização.

Tabela 14. Pedidos de Reembolso de IVA em 2015

Unidade: 10<sup>6</sup>MT

Descrição	Recebidos de Jan/Dez				Cresc Nominal	Pagos de Janeiro a Dezembro				Cresc Nominal	Titularizados de Janeiro a			
	2014		2015			2014		2015			2014		2015	
	Qtd	Valores	Qtd	Valores	Qtd	Valores	Qtd	Valores	Valor	Qtd	Valores	Qtd	Valores	
<b>Processos do Período corrente</b>														
Regime Normal	491	8.490,20	515	15.255,13	79,68%	254	2.463,68	251	3.695,12	49,98%		5	2.028,29	
Diplomatas	547	84,67	435	94,86	12,03%	436	59,68	295	47,08	-21,11%		0	0,00	
<b>Sub Total 1</b>	<b>1.038</b>	<b>8.575</b>	<b>950</b>	<b>15.349,99</b>	<b>79,01%</b>	<b>690</b>	<b>2.523,36</b>	<b>546</b>	<b>3.742,20</b>	<b>48,30%</b>		<b>5</b>	<b>2.028,29</b>	
<b>Processos de Período anteriores</b>														
Regime Normal						198	1.955,56	140	2.047,56	4,70%		38	6.142,47	
Diplomatas						36	6,33	48	7,31	15,48%		0	0,00	
<b>Sub Total 2</b>						<b>234</b>	<b>1.961,89</b>	<b>188</b>	<b>2.054,87</b>	<b>4,74%</b>		<b>38</b>	<b>6.142,47</b>	
<b>Total</b>	<b>1.038</b>	<b>8.574,87</b>	<b>950</b>	<b>15.349,99</b>	<b>79,01%</b>	<b>924</b>	<b>4.485,25</b>	<b>734</b>	<b>5.797,07</b>	<b>29,25%</b>		<b>43</b>	<b>8.170,76</b>	

Fonte: DGI- DRIR

## Regime Normal

No que diz respeito ao Regime Normal, foram tramitados 592 processos no valor de 16.549,11 milhões de MT correspondentes a 69,81%, dos quais 303 provenientes de períodos anteriores e 289 pedidos do período

corrente, conforme se ilustra na Tabela 15.

Dos processos tratados, 391 pedidos no valor de 5.742,68 milhões de MT, foram pagos 43 no valor de 8.170,75 milhões de MT, titularizados e os restantes foram indeferidos, suspensos ou anulados por diversas irregularidades. Até ao final do período em análise aguardavam pelo pagamento, 70 processos no valor de 3.285,68 milhões de MT, segundo ilustra a Tabela 15.

Tabela 15. Reembolso do Regime Normal 2015

Unidade: 10<sup>6</sup>MT

Descrição	Processos Recebidos e tratados em 2015		Valor es em USD	% Prestação de 2015		Processos de períodos anteriores e tratados em 2015		Total de prestação em 2015		Percentagem da Prestação de 1999 a 2015		Prestação Acumulada 1999 a 2015		% Total da prestação Acumulada
	Qtd	valores		Qtd	valores	Qtd	valores	Qtd	valores	Qtd	valores	Qtd	valores	Qtd
Solicitado e transitados	515	15.255,13	341	100,00%	100,00%			848	24.766,20	100,00%	100,00%	6.668	53.309,78	100,00%
<b>Total tratado</b>	<b>289</b>	<b>7.038,04</b>	<b>228</b>	<b>56,12%</b>	<b>46,14%</b>	<b>303</b>	<b>9.511,07</b>	<b>592</b>	<b>16.549,11</b>	<b>69,81%</b>	<b>66,82%</b>	<b>6.377</b>	<b>43.230,69</b>	<b>95,64%</b>
<b>Pagos</b>	<b>251</b>	<b>3.695,12</b>	<b>82,5</b>	<b>48,74%</b>	<b>24,22%</b>	<b>140</b>	<b>2.047,56</b>	<b>391</b>	<b>5.742,68</b>	<b>46,11%</b>	<b>23,19%</b>	<b>5.124</b>	<b>26.094,70</b>	<b>76,84%</b>
indeferidos	7	145,08	3,24	1,36%	0,95%	119	1.254,02	126	1.399,11	14,86%	5,65%	1.119	3.180,57	16,78%
Irregularidades		731,70	16,3	0,00%	4,80%		19,30	0	751,00	0,00%	3,03%		5.158,16	0,00%
Suspensos	25	436,90	9,76	4,85%	2,86%	3	41,79	28	478,68	3,30%	1,93%	28	478,68	0,42%
Anulados	1	0,96	0,02	0,19%	0,01%	3	5,92	4	6,88	0,47%	0,03%	63	147,82	0,94%
Autorizados por pagar	66	3.179,50	71	12,82%	20,84%	4	106,18	70	3.285,68	8,25%	13,27%	105	4.807,53	1,57%
Titularizados	5	2.028,29	45,3	0,97%	13,30%	38	6.142,47	43	8.170,75	5,07%	32,99%	43	8.170,75	0,64%
Em análise	160	5.037,59	113	31,07%	33,02%	6	152,48	166	5.190,07	19,58%	20,96%	186	5.271,56	2,79%
<b>Dívida potencial</b>	<b>251</b>	<b>8.653,99</b>	<b>193</b>			<b>13</b>	<b>300,45</b>	<b>264</b>	<b>8.954,43</b>			<b>319</b>	<b>10.557,77</b>	

Fonte: DGI-DRIVA

## Regime dos Diplomatas

Relativamente aos pedidos de restituição do IVA dos Diplomatas, a Tabela 16 mostra que foram tramitados 398 processos de reembolsos no valor de 78,66 milhões de MT correspondentes a 76,25%, em termos de quantidades, dos quais 80 provenientes de períodos anteriores e 318 do período corrente, tendo sido pagos 343 no valor de 54,39 milhões de MT. Até ao final do período aguardavam pelos pagamentos, 51 processos no valor de 6,29 milhões de MT.

Tabela 16. Reembolso de Diplomatas 2015

Unidade: 10<sup>6</sup>MT

Descrição	Processos Recebidos e tratados em 2015		Valor es em USD	% Prestação de 2015		Processos de períodos anteriores e tratados em 2015		Total de prestação em 2015		Percentagem da Prestação de 1999 a 2015		
	Qtd	valores		Qtd	valores	Qtd	valores	Qtd	valores	Qtd	valores	
Solicitado	435	94,86	2,12	100,00%	100,00%				522	106,08	100,00%	100,00%
<b>Total tratado</b>	<b>318</b>	<b>68,83</b>	<b>1,54</b>	<b>73,10%</b>	<b>72,56%</b>	<b>80</b>	<b>9,83</b>	<b>398</b>	<b>78,66</b>	<b>76,25%</b>	<b>74,15%</b>	
<b>Pagos</b>	<b>295</b>	<b>47,08</b>	<b>1,05</b>	<b>67,82%</b>	<b>49,63%</b>	<b>48</b>	<b>7,31</b>	<b>343</b>	<b>54,39</b>	<b>65,71%</b>	<b>51,27%</b>	
indeferidos	23	1,97	0,04	5,29%	2,08%	32	2,23	55	4,20	10,54%	3,96%	
Irregularidades		19,78	0,44	0,00%	20,85%		0,29	0	20,07	0,00%	18,92%	
Suspensos	0	0,00	0	0,00%	0,00%	0	0,00	0	0,00	0,00%	0,00%	
Anulados	0	0,00	0	0,00%	0,00%	0	0,00	0	0,00	0,00%	0,00%	
Em Análise	69	20,40	0,46	15,86%	21,51%	4	0,73	73	21,13	13,98%	19,92%	
Autorizados por pagar	48	5,63	0,13	11,03%	5,94%	3	0,66	51	6,29	9,77%	5,93%	
<b>Dívida potencial</b>	<b>117</b>	<b>26,03</b>	<b>0,58</b>			<b>7</b>	<b>1,39</b>	<b>124</b>	<b>27,42</b>			

Fonte: DGI-DRIVA

### 2.1.1. Análise e Decisão dos Pedidos de Reembolso dos Impostos sobre os Rendimentos - IR (IRPS e IRPC)

No período em análise, foram recebidos 4.138 pedidos de Reembolso de IR no valor de 801,75 milhões de MT, conforme a Tabela 17.

No mesmo período foram tratados 8.800 pedidos no valor de 516,64 milhões de MT, dos 3.532 pedidos de reembolso no valor de 193,30 milhões de MT referentes ao exercício de 2015 e 5.269 pedidos no montante de 323,34 milhões de MT respeitantes a períodos anteriores.

**Tabela 17.** Pedidos de Reembolso de IR recebidos no ano de 2015 e acumulado desde 2005Unidade:10<sup>6</sup>MT

Descrição	Prestação dos reembolsos obtida no exercício de						Prestação acumulada					
	Pedidos Recebidos em 2014		Pedidos de Exercícios anteriores (2005 a 2014)		Total da Prestação de 2015		Prestação Global de Pedidos em 2015		Acumulada de 2005 a 31 de Dez de 2015		Prestação Acumulada (2005 a 31 de Dez de 2015)	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
<b>Solicitado</b>	<b>4.138</b>	<b>801,75</b>	5.540	1.125,04	<b>9.678</b>	<b>1.926,79</b>			112.987	<b>4.754,88</b>		
<b>Tratados</b>	<b>3.532</b>	<b>193,30</b>	<b>5.269</b>	<b>323,34</b>	<b>8.801</b>	<b>516,64</b>	<b>90,94%</b>	<b>26,81%</b>	<b>109.779</b>	<b>2.105,45</b>	<b>97,16%</b>	<b>44,28%</b>
<b>Pagos</b>	<b>3.386</b>	<b>191,34</b>	<b>4.256</b>	<b>253,40</b>	<b>7.642</b>	<b>444,74</b>	<b>78,96%</b>	<b>23,08%</b>	<b>95.866</b>	<b>1.835,01</b>	<b>84,85%</b>	<b>38,59%</b>
Indeferidos	79	1,18	143	31,21	222	32,39	2,29%	1,68%	6.951	113,82	6,15%	2,39%
Anulados	2	0,01	3	0,02	5	0,03	0,05%	0,00%	6.043	209,42	5,35%	4,40%
Autorizados p/ pagar	65	0,77	867	38,71	932	39,48	9,63%	2,05%	932	39,48	0,82%	0,83%
Suspensos	349	3,14	669	5,62	1.018	8,76	10,52%	0,45%	1.018	8,77	0,90%	0,18%
Em Análise	257	229,75	262	775,43	519	1.005,18	5,36%	52,17%	519	1.005,18	0,46%	21,14%
Divida potencial	671	233,67	1.798	819,76	2.469	1.053,43	25,51%	54,67%	2.469	1.053,43	2,19%	22,15%

Fonte: DGI-DRIR

O volume de processos solicitados registou um decréscimo de 81,41% e 21,09% em quantidades e valor, (vide a Tabela 18). A redução dos processos solicitados deveu-se à aprovação da Lei n.º 20/2013, de 23 de Setembro, que estabelece a sujeição dos rendimentos da primeira categoria à retenção na fonte a título definitivo.

Os pedidos de Reembolsos do IR pagos registaram um decréscimo de 59,29% em quantidade, contrariamente aos valores que apresentam um incremento na ordem de 54,81%, conforme a Tabela 18.

O incremento em valor está associado ao facto dos processos pagos terem sido influenciados em grande medida pelos processos de reembolso de IRPC, com valores significativos contrariamente ao ano anterior em que houve maior concentração dos pagamentos dos IRPS.

**Tabela 18.** Análise Comparativa 2014/2015Unidade:10<sup>6</sup>MT

Descrição	2014				2015				Crescimento Nominal			
	Solicitados		Pagos		Solicitados		Pagos		Solicitados		Pagos	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
<b>1.1 IRPS</b>	16.092	240,69	14.313	163,92	4.097	72,27	3.370	83,59	-74,54%	-69,97%	-76,45%	-49,01%
<b>1.2 IRPC</b>	50	681,41	7	46,63	41	655,36	16	140,13	-18,00%	-3,82%	128,57%	200,51%
<b>Sub-total 1</b>	<b>16.142</b>	<b>922,10</b>	<b>14.320</b>	<b>210,55</b>	<b>4.138</b>	<b>727,63</b>	<b>3.386</b>	<b>223,72</b>	<b>-74,37%</b>	<b>-21,09%</b>	<b>-76,35%</b>	<b>6,26%</b>
<b>Pedidos anteriores</b>												
<b>1.1 IRPS</b>			4.447	52,14			4.237	46,86			-4,72%	-10,13%
<b>1.2 IRPC</b>			5	45,58			19	206,55			280,00%	353,16%
<b>2 Sub-total</b>			4.452	97,72			4.256	253,41			-4,40%	159,32%
<b>Total</b>	<b>16.142</b>	<b>922,10</b>	<b>18.772</b>	<b>308,27</b>	<b>4.138</b>	<b>727,63</b>	<b>7.642</b>	<b>477,13</b>			<b>-59,29%</b>	<b>54,78%</b>

Fonte: DGI-DRIR

- **Reembolsos de IRPS**

Em relação ao IRPS, foram tramitados 8.760 pedidos no montante de 112,03 milhões de MT, dos quais 5.244 são de períodos anteriores à 2015 no valor de 58,86 milhões de MT e 3.516 processos do exercício de 2015, no valor de 53,17 milhões de MT, conforme a tabela 19.

Relativamente aos processos tramitados e respeitantes ao período em análise foram pagos 3.370 pedidos correspondentes a 51,21 milhões de MT, autorizados por pagar 65 processos no valor de 0,77 milhões de MT; e 349 processos suspensos no montante de 3,14 milhões de MT, por falta de confirmação de dados, e que serão remetidos às respectivas DAFs para efeitos de notificação dos contribuintes, conforme a tabela 19.



Dos processos relativos a períodos anteriores a 2015, foram pagos 4.237 processos no valor de 46,86 milhões, indeferidos 141 pedidos no valor de 1,75 milhões de MT, anulados 3 pedidos no valor de 0,02 milhões de MT, autorizados por pagar 863 processos no valor de 10,24 milhões de MT, e suspensos 669 pedidos no valor de 5,62 milhões de MT, conforme a tabela 19.

Transitaram para o período seguinte 394 pedidos de reembolso no montante de 21,93 milhões de MT, dos quais, 257 processos no valor de 9,35 milhões de MT foram recebidos em 2015 e os remanescentes 137 no valor de 12,58 milhões de MT de períodos anteriores, segundo ilustra a tabela 19.

**Tabela 19.** Reembolso do IRPS no ano de 2015

Unidade: 10<sup>6</sup>MT

Descrição	Prestação dos reembolsos obtida no exercício de 2015						Prestação acumulada					
	Pedidos Recebidos em 2014		Pedidos de Exercícios anteriores (2005 a 2014)		Total da Prestação de 2015		Prestação Global de Pedidos em 2015		Acumulada de 2005 a 31 de Dez de 2015		Prestação Acumulada (2005 a 31 de Dez de 2015)	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
<b>Solicitado</b>	<b>4.097</b>	<b>83,59</b>	<b>5.390</b>	<b>97,72</b>	<b>9.487</b>	<b>181,30</b>			<b>112.455</b>	<b>1.427,42</b>		
<b>Tratados</b>	<b>3.516</b>	<b>53,17</b>	<b>5.244</b>	<b>58,86</b>	<b>8.760</b>	<b>112,03</b>	<b>92,34%</b>	<b>61,79%</b>	<b>109.547</b>	<b>1.251,18</b>	<b>97,41%</b>	<b>87,65%</b>
<b>Pagos</b>	<b>3.370</b>	<b>51,21</b>	<b>4.237</b>	<b>46,86</b>	<b>7.607</b>	<b>98,06</b>	<b>80,18%</b>	<b>54,09%</b>	<b>95.683</b>	<b>1.047,52</b>	<b>85,09%</b>	<b>73,39%</b>
Indeferidos	79	1,18	141	1,75	220	2,93	2,32%	1,61%	6.936	65,73	6,17%	4,60%
Anulados	2	0,01	3	0,02	5	0,03	0,05%	0,01%	6.000	126,92	5,34%	8,89%
Autorizados p/ pagar	65	0,77	863	10,24	928	11,01	9,78%	6,07%	928	11,02	0,83%	0,77%
Suspensos	349	3,14	669	5,62	1.018	8,76	10,73%	4,83%	1.018	8,77	0,91%	0,61%
Em Análise	257	9,35	137	12,58	394	21,93	4,15%	12,09%	369	21,93	0,33%	1,54%
Divida potencial	646	13,26	1.669	28,45	2.315	41,71	24,40%	23,01%	2.315	41,71	2,06%	2,92%

Fonte: DGI-DRIR

- **Reembolsos de IRPC**

No tocante ao IRPC, foram tramitados 41 pedidos de reembolsos no montante de 404,61 milhões de MT, dos quais, 16 no valor de 140,13 milhões de MT deram entrada no período em análise e 25 no valor de 264,48 milhões de MT, são de períodos anteriores a 2015. No mesmo período, foram pagos 35 processos no valor de 346,68 milhões de MT, segundo ilustra a Tabela 20.

Transitaram para o período seguinte, 150 pedidos de reembolso no montante de 983,25 milhões de MT. Vide a Tabela 20.

**Tabela 20.** Reembolso de IRPC

Unidade: 10<sup>6</sup>MT

Descrição	Prestação dos reembolsos obtida no exercício de 2015						Prestação acumulada					
	Pedidos Recebidos em 2014		Pedidos de Exercícios anteriores (2005 a 2014)		Total da Prestação de 2015		Prestação Global de Pedidos em 2015		Acumulada de 2005 a 31 de Dez de 2015		Prestação Acumulada (2005 a 31 de Dez de 2015)	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
<b>Solicitado</b>	<b>41</b>	<b>718,16</b>	<b>150</b>	<b>1.027,32</b>	<b>191</b>	<b>1.745,48</b>			<b>532</b>	<b>3.327,46</b>		
<b>Tratados</b>	<b>16</b>	<b>140,13</b>	<b>25</b>	<b>264,48</b>	<b>41</b>	<b>404,61</b>	<b>0,43%</b>	<b>223,17%</b>	<b>232</b>	<b>854,26</b>	<b>43,61%</b>	<b>25,67%</b>
<b>Pagos</b>	<b>16</b>	<b>140,13</b>	<b>19</b>	<b>206,55</b>	<b>35</b>	<b>346,68</b>	<b>0,37%</b>	<b>191,22%</b>	<b>183</b>	<b>787,49</b>	<b>34,40%</b>	<b>23,67%</b>
Indeferidos	0	0,00	2	29,47	2	29,47	0,02%	16,25%	15	48,09	2,82%	1,45%
Anulados	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00%	0,00%	43	82,50	8,08%	2,48%
Autorizados p/ pagar	0	0,00	4	28,47	4	28,47	0,04%	15,70%	4	28,47	0,75%	0,86%
Suspensos	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00%	0,00%	0	0,00	0,00%	0,00%
Em Análise	25	220,41	125	762,84	150	983,25	1,58%	542,34%	150	983,25	28,20%	29,55%
Divida potencial	25	220,41	129	791,31	154	1.011,72	1,62%	558,04%	154	1.011,72	28,95%	30,41%

Fonte: DRIR

## 1.5. Modernização do Sistema de Controlo de Gestão de Grandes Contribuintes

Com vista a modernização do Sistema de Controlo de Gestão de Grandes Contribuintes, foi solicitado o apoio técnico à DTIC<sup>5</sup>, para actualização da base de dados, tendo estado em curso, até ao final do período, o processo da harmonização dos requisitos funcionais.

### ▪ Implementação da Figura do Gestor de Contribuintes

No que diz respeito à implementação da figura de Gestor de Contribuinte a nível nacional, no período em análise, foi consolidada a sua implementação a nível das novas UGC's (Matola e Pemba), sendo que, através do processo de mobilidade de contribuintes das DAF's para as UGC's e vice-versa ocorrido em 2015, foi actualizada a carteira fiscal de cada Gestor de todas UGCs, conforme a Tabela 21.

**Tabela 21.** Relação dos Gestores de Contribuintes nas UGC's

UGC's	Número de Gestores	Número de Contribuintes
Maputo	20	564
Beira	17	183
Nampula	8	150
Matola	6	161
Pemba	6	78

Fonte: DGI

## 1.6. Maximização da Tributação proveniente dos Recursos Naturais

No âmbito do processo de maximização da tributação proveniente dos recursos naturais, a AT participou em 3 leilões, tendo resultado na arrecadação global de 7,42 milhões de dólares americanos em Impostos sobre a Produção Mineira, dos quais, 1,61 milhões de dólares resultou de 1 leilão realizado na Índia e 5,81 milhões de dólares americanos de 2 leilões efectuados em Singapura.

No período em análise, foi feito o acompanhamento de processos em carteira de transacção de acções e auditoria, das empresas Petronas CarigaliMoz. Ltd, *BuziHydrocarbonofSingapore* (Gás), *RiversdaleMining, Limited*, Rio Tinto e Matilde Mines, com vista a proceder a reavaliação dos activos e respectivo enquadramento para efeitos de apuramento do imposto devido e mais-valias.

No mesmo período, foi feita a sistematização dos contratos e outras formas de autorização de investimento na área de Recursos Naturais, bem como a negociação de contratos, que consistiram na:

- Análise da proposta de Contrato de Concessão de Direitos de Prospecção e Pesquisa e Direitos de Mineração, da sociedade “*CapitolResources, Limitada*” e respectiva emissão de parecer sobre o regime fiscal aplicável; e,
- Implementação do Projecto de GNL na Bacia do Rovuma.

Foram ainda avaliadas as necessidades de formação na área de recursos naturais, com vista a fortalecer a capacidade técnica em matérias de gestão, produção, comercialização e marketing dos produtos de origem natural, que culminaram com a identificação de quadros, matérias, e instituições capacitadas para efeitos de elaboração de Planos de Formação, com os respectivos termos de referência. De referir que até ao final do período estava-se na fase final da elaboração da Proposta do Plano de Formação sobre matérias de Petróleo, Gás e Minas para 2016, que inclui também funcionários das áreas operativas, de todos os pontos do país onde se explore ou se exporta recursos mineiros e hidrocarbonetos.

<sup>5</sup>Através da Nota n.º 4/Gab-DGIAjunta/229/2015, de 27 de Maio

## **1.7. Modernização, Uniformização e Automatização dos Processos de Negócio da AT**

No âmbito do Contrato nº 16/AT/15, a AT iniciou em Março de 2015, os trabalhos de implementação do projecto de consultoria para a análise e melhoria de Processos de Negócio a nível da Direcção Geral dos Serviços Comuns (DGSC), baseado nas normas NM ISO 9001:2008 e NP ISO/IEC 27001:2013, que estão a cargo do consórcio *Ambisig e Accenture*.

Após a execução da fase de diagnóstico, foi elaborado o relatório de *Gap Analysis*, que foi objecto de análise por cada uma das Direcções de Serviços abrangidas pelo Projecto e posteriormente validado pelo colectivo da DGSC. Até o final do período, aguardava-se pela aprovação pelo CD da AT do relatório que viabilizará o início do desenho e implementação das soluções propostas.

### **1.7.1. Funcionamento e disponibilidade dos Sistemas Informáticos**

#### **Sistemas de Controlo e Cobrança de Receitas (SICR, TIMS, entre outros)**

##### **1.7.1.1. Sistema TIMS**

O sistema manteve-se operacional e sem sobressaltos, tendo através do mesmo, sido possível fazer o acompanhamento de despachos sobre os regimes A1 e W7 de combustível, A2, E5, pelo facto, da sua operacionalização ainda não ter sido efectiva no sistema JUE, regularização de processos pendentes que ainda se encontravam no sistema TIMS, nomeadamente, despachos dos regimes A1, W7, A2, E5, cuja implementação ainda não estava efectiva no sistema JUE. Os processos de importação que deram entrada por via dos Postos Fiscais de Negomano e Namoto foram tramitados na sede da Alfândega de Cabo Delgado e Nampula pelo facto destes postos, ainda não terem sido abrangidos pelo sistema JUE.

##### **Sistema SICR**

Este sistema esteve operacional em todos os *sites*, sendo de destacar alguma indisponibilidade nas DAF's de Nampula, Nacala, Quelimane, Chimoio e Jardim devido a avarias dos Servidores. Não tendo sido possível uma solução local, os mesmos foram reparados na DTIC, com a excepção de Nampula que ainda encontrava-se em reparação, até ao final do período em análise.

No entanto, durante o exercício de 2015, foi garantida assistência técnica em todos os *sites* existentes e disponibilizados os serviços no que tange a operacionalização dos mesmos bem como no fornecimento de dados. Neste âmbito de assistência ao SICR, maior atenção foi direccionada aos aspectos referidos pela Lei n.º 20/2013, de 23 de Setembro do IRPS para rendimentos referentes a 2014 no SICR, bem como na elaboração de procedimentos do tratamento das Declarações no SICR e o processo de sincronização de NUIT as DAF's e UGC's.

##### **Sistema NUIT Web**

Relativamente a este sistema, porque a atribuição de NUIT era apenas feita a nível da DTIC e as restantes unidades orgânicas tinham acesso apenas para pesquisas, com vista a dinamizar o sistema de registo de contribuintes, a AT celebrou um memorando de entendimento com o BCI que prevê a atribuição de NUIT aos seus clientes tendo o processo decorrido sem sobressaltos, e foram atribuídos durante o período em análise, 66.291 novos NUIT.

## **Sistema PHC**

Este sistema esteve operacional e os administradores do mesmo foram submetidos a uma formação para dar resposta aos novos desafios, para além, de ter sido configurado o sistema na Delegação Provincial de Tete.

## **Outros Sistemas**

### **▪ Sistema de vídeo vigilância**

Os sistemas de Vídeo Vigilância, intrusão e controle de acesso encontravam-se, até o final de 2015, em pleno funcionamento na DGA, B6 e no Edifício Sede. Neste local procedeu-se à activação e operacionalização de 30 das 45 câmaras existentes, tendo sido iniciado o processo de articulação com o empreiteiro, com vista a operacionalização das restantes 15.

#### **• Expansão e consolidação do sistema de vídeo-conferência**

O sistema central encontrava-se instalado e configurado, para efeitos de realização de testes. Numa primeira fase foi possível testar o sistema com sucesso na Delegação Provincial da AT- Tete. Para as outras Delegações, nomeadamente Sofala e Nampula (Nacala), não foi possível fazer o teste em virtude de problemas nas linhas de comunicação, contudo, foi iniciado o processo para a operacionalização das mesmas.

#### **• Preparação do ambiente de migração de sistemas**

Fez-se a transformação do actual ambiente RENA do físico para o virtual, como forma de preparação para a migração dos actuais sistemas. Por outro lado, foi desenvolvido e aprovado o projecto de Reengenharia da Infra-estrutura Tecnológica da AT, que contempla a Migração das Redes, Serviços e Aplicações para o novo Centro de Dados da AT, bem como aquisição de licenças.

#### **• Implementação da reengenharia de processo**

Relativamente à implementação do projecto de reengenharia de Processos registou-se a produção do documento do *Gap Analysis*; apresentação deste aos Colectivos das Direcções-Gerais e divulgação do mesmo às Direcções-Gerais.

#### **• Sistema de comunicações**

Durante o período em análise foram realizadas actividades relativas a reposição de comunicações em consequência de avaria registada no sistema de fornecimento de energia eléctrica na sala de servidores do Edifício 33 Andares e na sala de servidores do edifício DGA, foi restabelecido o normal acesso à RENA por parte dos usuários afectos ao IFPFT, cujo acesso era feito através do *webmail*, restabelecimento do circuito para a Delegação Provincial de Gaza, em Xai-Xai e a configuração com sucesso para o acesso ao SISTAFE na DGA bem como a activação e configuração dos pontos de rede de dados e a transferência de linhas telefónicas do edifício 33 andares para as novas instalações do Gabinete do Presidente, no edifício sede.

No âmbito de migração da tecnologia *multibit* para MSAN, foram migrados 14 *sites* do total de 30 existentes. Portanto, em coordenação com os técnicos das TDM, foi efectuada a migração para a tecnologia MSAN (Multi-Service Access Node), tendo sido abrangidos nos seguintes locais: DGA, Prédio 33 Andares, Prédio 1008, DRS-sede e DAII. Foi concluída a transferência do circuito de internet da Gov Net e a instalação do circuito do sistema SICR para o Edifício-Sede da AT, instalado no Edifício dos Correios de dois links, um do e-SISTAFE e outro da RENA. Configurou-se o sinal do e-SISTAFE, permitindo o seu acesso aos usuários da

Direcção de Finanças e Recursos Humanos no Edifício Sede e do sinal do SICR, para o acesso dos usuários da UGC de Maputo e DGI-Central.

Na região Norte, foi concluída a instalação do sinal de internet da Movitel, com vista a dar maior capacidade de resposta ao processo de atribuição do NUIT via VPN (virtual private network ou rede privada virtual) nos Postos de Cobrança de Macomia e Chiúre, foi feita a transferência e migração da plataforma *multi bit* para MSAN da Alfândega de Pemba do circuito que permite acesso a RENA para a Delegação Provincial de Cabo Delgado de modo a garantir o acesso ao sistema PHC naquela Delegação, e, estabilizado o sinal de comunicações para a Direcção de Auditoria, Investigação e Inteligência, como resultado de trabalho feito em coordenação com a empresa TDM.

Na região Centro, devido a constantes cortes por parte da Movitel, foram registadas constantes quedas na comunicação na DAF do 2º Bairro da Beira, DAF de Mocuba, PF Gurué, na Delegação Provincial da AT de Zambézia e PF de Manica. Por outro lado, houve problemas relacionados com avaria de fibra óptica que afectaram as comunicações na Delegação Provincial da AT de Manica.

- **Comunicações de Voz no Edifício-Sede**

No que se refere às comunicações de voz, foram desenvolvidas as actividades de configuração de acesso à internet aos utilizadores nos seus postos de trabalho e a elaboração de uma proposta que visa trazer uma solução de voz para colmatar o défice de telefones no edifício e alargar a solução às outras Unidades Orgânicas. A mesma, terá dois grandes ganhos, nomeadamente, criar maior disponibilidade de meios de telefonia e a redução de custos.

- **Implementação do Software para Gestão Arquivística e Documental**

No âmbito da implementação deste projecto foram desenvolvidas as seguintes actividades: i) Revisão de fluxos das Direcções de Serviço; ii) Replicar os fluxos certos para todas as outras direcções; iii) Revisão dos fluxos das DGI e DGCS, iv) Backups, v) Replicar ambientes, e vi) Manutenção correctiva do formulário de multa da biblioteca.

- **Sistema de Gestão de expediente**

Relativamente a esta actividade, foram desenvolvidas as seguintes acções:

- Identificação e formação de utilizadores chaves;
- Identificação e formação de utilizadores finais;
- Configuração de computadores; e,
- Cadastro de utilizadores.

- **Gestão do equipamento informático**

Relativamente a execução do Contrato nº 55/AT/2015, de 12 de Junho com a *Centavo Software* referente ao fornecimento de acessórios informáticos e softwares, foram recebidos 20 *mouses*, 2 leitores externos de CD/DVD, 10 discos duros externos, 20 memórias RAM (10 de 2Gb e 10 de 4GB), 6 kits de ferramentas de rede, 1 carregador para laptop, 20 cabos USB para impressoras, 20 cabos VGA, 2 aspiradores de poeiras, 2 discos duros internos para PC, 2 licenças de PRTG (programa para monitoria de rede) e 1 licença de Win 2012 *Server*. No mesmo período, a DTIC distribuiu 308 computadores, 322 UPS e 39 impressoras, 25 *WirelessRouter*, 7 Placas *wireless*. Este material informático foi fornecido em 2014, no âmbito da execução do contrato nº 69/AT/2014, celebrado com a *No LimitLda* e encontrava-se no armazém da instituição.

- **Manutenção profilática do equipamento e sistemas**

Durante o período em alusão, fez-se o monitoramento do *antivírus KasperskySecurityCenter e KasperskyEndpointSecurity* em funcionamento durante o período em análise, no edifício-Sede da AT, prédio 33, prédio 1008, DGA, Correios, Direcção de Investigação e nas regiões Sul, Centro e Norte.

Registou-se também a montagem e configuração do equipamento informático alojado nas 3 viaturas para o cadastro móvel que até ao final do período encontrava-se em pleno funcionamento, a instalação dos circuitos telefónicos que dão acesso à internet no Posto de Cobrança de Chiúre, a configuração do *modem* da Movitel no Posto de Cobrança de Macomia, a instalação de internet da Movitel na Delegação Provincial de Cabo Delgado e na Unidade de Grandes Contribuintes de Pemba.

Na região Centro, foram realizadas obras de cablagem nas novas instalações da UGC da Beira, no Posto Fiscal de Dondo, Posto Fiscal de Moatize, Laboratório de Línguas de Manica, TIRO de Machipanda, DAF de Mocuba, DAF de Chimoio e DAF de Quelimane, sendo que até final do período em análise estavam em curso acções para a cablagem nas instalações da UGC de Tete. Importa referenciar que devido aos frequentes cortes de energia da rede pública, a equipa de gestão do centro de dados foi obrigada a restringir a operação do equipamento ali instalado.

- **Montagem e/ ou reabilitação de estruturas de cablagem em alguns locais**

Neste domínio, no exercício em análise a nível da região sul foram realizadas actividades de reestruturação em alguns locais que necessitavam de intervenção e foi feito o levantamento e encaminhamento à Administração do Edifício-sede das necessidades para a expansão de pontos de rede de dados e corrente no 10º andar do edifício Sede (Secretariado Executivo do Conselho de Fiscalidade) e no Rés-do-Chão (GCIm).

Na região centro foram realizadas obras de cablagens nas novas instalações da UGC da Beira, no Posto Fiscal de Dondo, Posto Fiscal de Moatize, Laboratório de Línguas de Manica, TIRO de Machipanda, DAF de Mocuba, DAF de Chimoio e DAF de Quelimane que até ao final do período estavam em curso acções para a realização da cablagem nas instalações da UGC de Tete. Importa referenciar que devido aos cortes frequentes de energia da rede pública, a equipa de gestão do centro de dados foi obrigada restringir a operação do equipamento ali instalado.

- **Projecto de sistema de frio automatizado para sala de servidores dos 33 andares**

Procedeu-se a instalação de um sistema de frio automatizado constituído por 4 aparelhos de ar condicionado, 3 sensores de frio e humidade, e um sistema de monitorização do sistema. Devido à ocorrência constante de avarias nos vários sistemas (comunicação, hardware, eléctrico, sistema de frio entre outros), o sistema de frio convencional mostrou-se incapaz de manter o resfriamento necessário de forma duradoura e confiável.

- **Apoio ao Utente**

Durante o ano de 2015, foram registados 641 pedidos de intervenção ao *ServiceDesk*, sendo de destacar 121 reparações de equipamentos informáticos na DTIC, 109 solicitações de dados estatísticos, 104 pedidos de anulação de NUIT e 62 pedidos diversos de apoio técnico.

## **1.8. Expansão do Sistema de Inspeção Não Intrusiva (INI) de Pessoas e Bens**

No âmbito da expansão, da meta planificada de 07 pontos, foi instalado o sistema de INI em 6 estâncias de desembarço aduaneiro, dentre os quais: 3 na região sul, designadamente: Scanner fixo em Ressano Garcia no eixo km 4, Scanner de Carga no TIAR de Maputo sector de Carga - Armazém da DHL, Scanners de Bagagem

no TIAR de Inhambane; 1 na região centro: TIAR de Chimoio e 2 na região norte: Scanners de Bagagens e Carga no TIAR de Nacala e Scanner de Carga no TIAR de Pemba.

Do trabalho de monitoria efectuado aferiu-se que todos os Sites de INI, onde foram instalados equipamentos, os mesmos se encontram em óptimo estado de funcionamento, pese embora persista em alguns pontos (Sites Portuários de Maputo e Nacala), a ocorrência de oscilação de energia que resulta na paralisação da máquina e o conseqüente atraso no restabelecimento, criando congestionamento de camiões no recinto do SITE, mas até ao final do período o cenário era satisfatório no tocante ao desempenho funcional das máquinas.

Com vista a garantir uma melhor operacionalização dos sites de INI, durante o exercício em análise foram formados cerca de 161 funcionários para Operadores de INI, afectos Chimoio 23; Inhambane 27; Nampula 10, Maputo 88; Tete 7; Pemba 7; Beira 3; e Nacala 6.

- **Contribuição dos Scanners para a realização da receita**

Sob ponto de vista de incremento de receita, durante o ano de 2015 e em resultado do uso da inspecção não intrusiva de mercadorias foi arrecadada receita na seguinte ordem:

- **TIMAR Maputo:** dos 71.725 despachos que deram entrada no site, foram scanados 26.995, e seleccionados ao “exame” (verificação efectiva), 1.058 foram solicitados pela Verificação/Inteligência/ITS, devido ao perfil de risco e depois encaminhados ao Sector de Verificação por se ter constatado ocorrência de casos de subfacturação, incorrecta classificação pautal e ainda por falsas declarações, tendo resultado em 477 despachos de correcção, no valor total de 96,76 milhões de MT. Realçar ainda que dos processos devolvidos durante o período em análise 153 ainda aguardavam pelo desfecho no Sector de verificação e DVA.
- **TIMAR Beira:** dos 113.334 despachos que deram entrada no site, foram scanados 33.240 e 8.141 seleccionados ao “exame” (verificação efectiva), 834 foram solicitados pela Verificação/Inteligência/ITS, devido ao perfil de risco. Dos Scanners efectuados, 16.525 tiveram resultado “satisfatório” e, os 8.141 que foram ao “exame”, 270 foram sujeitos a correcções que resultaram na cobrança de 39,94 milhões de MT.

Com os dados acima apresentados, fica demonstrado que a expansão dos sistemas de INI, tem contribuído para a redução dos tempos de desembarço aduaneiro e conseqüentemente diminuição das examinações físicas de mercadorias, conforme a recomendação da OMA.

## **2. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA EXPANSÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO**

### **2.1. Revisão e Actualização da Legislação**

#### **2.1.1. Revisão e Actualização da Legislação e dos Procedimentos**

Durante o ano de 2015, realizaram-se várias actividades, com enfoque:

- Na emissão de pareceres sobre matérias relativas à legislação fiscal e aduaneira;
- No esclarecimento de dúvidas e questões decorrentes da aplicação das leis fiscais e aduaneiras;
- No desenvolvimento de actividades atinentes a actualizar a página Web; e
- Na elaboração da Colectânea de Legislação Fiscal e Aduaneira.

### **Relativamente a Revisão de Legislação Fiscal e Aduaneira, destacaram-se:**

- Proposta de alteração da Lei n.º 32/2007, de 31 de Dezembro, que aprova o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA) que foi submetido à Assembleia da República para aprovação;
- Proposta de alteração da Lei n.º 6/2009, de 10 de Março, que aprova o texto da Pauta Aduaneira e as respectivas Instruções Preliminares. Submetido à Assembleia da República para aprovação;
- Proposta de alteração da Lei n.º 17/2009, de 10 de Setembro, que aprova o Código do Imposto sobre Consumo Específico (ICE). Submetido ao Conselho Consultivo do Ministério da Economia e Finanças, para aprovação e submissão ao Conselho de Ministros;
- Proposta de alteração da Lei n.º 15/2002, de 26 de Janeiro, que estabelece os princípios de organização do Sistema Tributário da República de Moçambique, que até ao final do período estava em processo de elaboração;
- Proposta de alteração da Lei n.º 2/2006, de 22 de Março, que estabelece os princípios e normas gerais do Ordenamento Jurídico Tributário Moçambicano a ser aplicado a todos os tributos nacionais autárquicos e que até ao final do período estava em processo de elaboração;
- Proposta de alteração do Decreto n.º 46/2002, de 26 de Dezembro, que aprova o Regime Geral das Infracções Tributárias, que até ao final do período estava em processo de elaboração;
- Proposta de alteração do Decreto n.º 18/2011 de 26 de Maio, que aprova o Regulamento para o Exercício da Actividade de Despacho Aduaneiro de Mercadorias, que até ao final do período estava em processo de harmonização com a DGA.
- Proposta de alteração do Diploma Ministerial n.º 4/2014, de 10 de Janeiro, que aprova as Instruções Específicas sobre o Uso do Incentivo da Taxa Incidente sobre o Gasóleo, que até ao final do período estava em processo de harmonização com a CTA.
- Proposta de alteração ao Diploma Ministerial n.º 25/2008, de 2 de Abril, que aprova o Regulamento de Selagem de Bebidas Alcoólicas e Tabaco Manufacturado, que até ao final do período estava em processo de harmonização relativamente aos preços com a OPSEC.
- Proposta de Decreto que aprova o Regulamento do Regime Específico de Benefícios Fiscais para Actividade Mineira que até ao final do período aguardavam pela publicação; e
- Proposta de Decreto que aprova o Regulamento do Regime Específico de Benefícios Fiscais das Operações Petrolíferas, que até ao final do período aguardavam pela publicação.

### **• Quanto a harmonização de Legislação de outros Ministérios/Sectores evidenciaram-se:**

- A proposta do Código de Publicidade, da Associação Moçambicana de Empresas de Marketing, Publicidade e Relações Internacionais – AMEP; enviada pelo Ministério da Economia e Finanças;
- A proposta do projecto do Acordo de Coordenação dos Serviços de Busca e Salvamento entre os Governos da República de Moçambique e do Reino da Suazilândia, enviada pelo Ministério dos Transportes;
- Proposta de Acordo de Cooperação e ajuda entre os Governos da República de Moçambique e da Coreia do Sul, enviada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação;
- Proposta de Lei que aprova Incentivos Fiscais para o Sector de Habitação, enviada pelo Fundo de Fomento para Habitação;
- Proposta de introdução da Taxa de Desenvolvimento do Turismo, enviada pelo Ministério da Economia e Finanças;
- Proposta de Lei de Interdição de Exportação de Madeira em Toros de Espécies Nativas, enviada pelo Ministério da Economia e Finanças;
- Proposta de alteração do Decreto que aprova os Critérios de Importação de Veículos Usados, enviada pelo INATER;
- Proposta de Decreto que define normas de organização e funcionamento dos Serviços de Apoio aos Tribunais Fiscais, enviada pelo Tribunal Fiscal;



- Proposta de Decreto que aprova o respectivo quadro de pessoal, enviada pelo Tribunal Fiscal;
- Proposta de Decreto que aprova o Regulamento Interno dos Tribunais Fiscais, enviada pelo Tribunal Fiscal;
- Proposta de Resolução que cria as novas Funções e Carreiras dos Tribunais Fiscais, enviada pelo Tribunal Fiscal; e,
- Proposta de acordo de Cooperação Técnica/Financiamento entre Moçambique e Alemanha.

### **2.1.2. Estudos e Pesquisas para o Sustento de Medidas de Política Tributária**

No âmbito dos trabalhos de investigação, domínio fiscal e aduaneiro e matérias afins, emissão de pareceres, promoção de acções com vista a avaliação periódica do sistema tributário e a realização das demais actividades integradas foram desenvolvidas diversas actividades, com destaque para:

- Conclusão do estudo sobre a pertinência da manutenção do Imposto Simplificado para os Pequenos Contribuintes (ISPC), tendo sido emitidas recomendações que apontam para a efectivação de alterações pontuais à Lei.
- Em coordenação com a Direcção de Estudos e Análise Económica do Ministério de Economia e Finanças (MEF) foi feita uma reflexão sobre o impacto do desarmamento tarifário que foi apresentado no Conselho Técnico do Consultivo do Ministério de Economia e Finanças e foram deixadas várias recomendações que serão devidamente incorporadas. Também foi apresentado no CST da Autoridade Tributária.
- Participação na reflexão sobre o impacto dos subsídios de combustíveis e da farinha de trigo, realizado com os Ministérios da Economia e Finanças e da Energia, na qual constatou-se a necessidade de repensar no modelo, pois é uma despesa elevada para o Estado.
- Realização do estudo sobre o papel da Auditoria e Fiscalização Tributária na AT, que visa avaliar o processo de gestão da auditoria e fiscalização, o qual concluiu que a contribuição da auditoria é bastante diminuta;
- Foi concluído e apresentado o estudo preliminar sobre o impacto da tributação nos transportes público semi - colectivo, apresentado no Conselho Directivo, tendo-se recomendado não prosseguir por constituir um campo de conflito com as atribuições da AT;
- Foi igualmente, efectuada reflexão sobre o Estudo do Banco Africano de Desenvolvimento sobre mobilização de recursos internos, tendo-se concluído que o seu conteúdo não se afasta das medidas que a Administração Tributária tem tomado com vista a maior eficiência e eficácia na gestão tributária;
- Foi elaborada uma reflexão sobre o Princípio de Territorialidade em sede do IVA, e propôs-se a revisão do nº 2, do artigo nº 1, do respectivo Código, a estabelecer o sentido e alcance do mesmo.
- Foram elaboradas reflexões em torno das tarifas ou preços aplicados nos terminais internacionais Aduaneiros, em face do pedido da TIRTE para actualização das tarifas propostas aquando do concurso. Foi proposto um estudo dos encargos de desembarço aduaneiro em todo o território para aferição de hipótese de aplicação de tarifas equiparadas;
- Reflexão sobre a pertinência ou não da transferência da competência da cobrança do IRPS proveniente dos Rendimentos da Quarta Categoria para os Municípios, na qual se concluiu que sendo o IRPS um imposto único e indivisível, e não se prevendo nele a consignação para os Municípios e, tratando-se de matéria de reserva parlamentar, só ao nível da Assembleia deve acontecer a revisão.
- Reflexão sobre o estudo realizado pela CDM, atinente ao possível impacto da subida das taxas sobre tributação em sede do ICE, especificamente sobre as cervejas e bebidas espirituosas produzidas naquela empresa.
- Foi igualmente, efectuada reflexão sobre o Estudo do Banco Africano de Desenvolvimento sobre mobilização de recursos internos, tendo-se concluído que o seu conteúdo não se afasta das medidas que a Administração Tributária tem tomado com vista a maior eficiência e eficácia na gestão tributária;
- Foi elaborada uma reflexão sobre o Princípio de Territorialidade em sede do IVA, e propôs-se a revisão do nº 2, do artigo nº 1, do respectivo Código, a estabelecer o sentido e alcance do mesmo.

- Foram elaboradas reflexões em torno das tarifas ou preços aplicados nos terminais internacionais Aduaneiros, em face do pedido da TIRTE para actualização das tarifas propostas aquando do concurso. Foi proposto um estudo dos encargos de desembaraço aduaneiro em todo o território para aferição de hipótese de aplicação de tarifas equiparadas;
- Reflexão sobre a pertinência ou não da transferência da competência da cobrança do IRPS proveniente dos Rendimentos da Quarta Categoria para os Municípios, na qual se concluiu que sendo o IRPS um imposto único e indivisível, e não se prevendo nele a consignação para os Municípios e, tratando-se de matéria de reserva parlamentar, só ao nível da Assembleia deve acontecer a revisão.
- Reflexão sobre o estudo realizado pela CDM, atinente ao possível impacto da subida das taxas sobre tributação em sede do ICE, especificamente sobre as cervejas e bebidas espirituosas produzidas naquela empresa.

### 2.1.3. Informações, pareceres e acompanhamento das missões

- Foi apresentado o relatório da Price Waterhouse and Coopers, sobre a avaliação e análise funcional da AT no domínio da administração das receitas provenientes do sector dos recursos naturais, donde resultou que em coordenação com a Direcção de Formação e o projecto MAGTAP, deveriam ser elaborados termos de referência para a formação nas áreas que exercem influência para a percepção e tributação sobre os Recursos Minerais, nomeadamente, Inglês, noções sobre petróleo, gás e minas. O curso de inglês iniciou com 12 funcionários, frequentando diferentes níveis.
- Foi efectuada a recolha de informação pertinente da AT e enviada para a Missão Fitch Rating em Abril, destinada a avaliação do desempenho do Governo, cujo os dados serão reconfirmados em Outubro;
- Foi também produzida informação para análise e avaliação da estratégia e política comercial e enviada ao Ministério da Economia e Finanças, nos termos em que foi solicitada;
- Foi efectuada a avaliação da reclamação de alguns produtores que sustentam a tese da isenção do IVA ao frango em toda a cadeia de valor e concluiu-se que o sentido e alcance do Código é isentar a tributação nas vendas efectuadas directamente pelos produtores, na primeira transmissão. Neste sentido propôs-se a alteração da redacção do artigo 10 do código do IVA que permitiria uma interpretação acessível e perceptível a todos os níveis.
- Acompanhamento e participação de parte da equipa da Direcção de Política Tributária na avaliação anual de políticas económicas e financeiras entre a equipa do FMI e técnicos seniores de órgãos do Estado moçambicano que lidam com o sistema financeiro;
- Participação no estudo sobre os impactos e a pertinência da redução de taxas na importação de equipamentos informáticos, onde se constatou que representa uma perda significativa de receitas aduaneiras. A este respeito, os técnicos das áreas das tecnologias de informação e comunicações e membros da coligação iniciaram a realização de estudos mais aprofundados que possam demonstrar os possíveis ganhos a longo prazo, resultante do acesso por grande parte da população;
- Acompanhamento da Missão do Fundo Monetário Internacional – Policy Support Instrument (FMI-PSI). Os principais desafios desta missão eram a avaliação e percepção de ganhos para a receita e reembolsos em face dos actuais mecanismos em curso para a colecta do IVA, na vertente do IVA líquido;
- Acompanhamento da avaliação do sistema de Gestão de Finanças Públicas (GFP) com base na metodologia de avaliação do desempenho da Despesa Pública e Responsabilidade Financeira (conhecida pelo seu acrónimo inglês PEFA), tendo sido avaliado os indicadores sobre a transparência no cumprimento das obrigações fiscais e responsabilidades dos contribuintes; assim como a eficácia das medidas de registo de contribuintes e avaliação tributária e eficácia na cobrança de impostos. Desta avaliação obteve-se pontuação baixa, principalmente devido ao não exercício do contraditório.
- Trabalho com a Task Force na discussão e análise de matérias relacionadas com a tributação das mais-valias, com destaque para a transacção efectuada pelas empresas *Riversdale e Mining Ltd* e Rio Tinto,

participação no Fórum de Diálogo Africano sobre a tributação, com o tema: Analisando e administrando os Sistemas Fiscais Africanos;

- Participação como painelistas, na Conferência da Plataforma Moçambicana da Água “Plama 2015”, Incentivos fiscais para as pequenas e médias empresas;
- Participação no Seminário de Harmonização de Metodologias do Cenário Fiscal de Médio Prazo 2017/2019.

## **2.2. Medidas para o alargamento da base tributária**

### **2.2.1. Educação Fiscal-Aduaneira e Popularização do Imposto**

Foram realizadas acções com vista à promoção da cidadania fiscal para impulsionar o cumprimento voluntário e atempado das obrigações fiscais, que contribuíram em cerca de 100.000 mil novos cadastros a nível nacional, tanto no ISPC como na atribuição do NUIT, numa contribuição de cerca de 11% do número de cadastrados, destacando-se:

- Participação em 22 torneios desportivos nas várias modalidades dentro e fora do País, tendo, em alguns destes se realizado, em paralelo, feiras de saúde com testagens voluntárias e ginástica aeróbica, atraindo maior número de cidadãos, permitindo a cadastração de cerca de 10 000 NUIT. Estas acções, para além de incrementarem o número de novos e potenciais contribuintes, elevam a imagem institucional, tanto a nível nacional, como internacional.
- Participação em 13 feiras nacionais e 5 internacionais (incluindo a FACIM).
- Realização de 161 palestras, a nível nacional, para os membros do Governo, estudantes, professores, comerciantes, jovens empreendedores e fazedores de arte, chefes de quarteirões, líderes comunitários e religiosos, associações juvenis, vereadores, chefes dos mercados e aglomerados populacionais, para a sensibilização e capacitação em matérias fiscais e aduaneiras, no que se refere as boas práticas do pagamento voluntário do imposto, o desincentivo a práticas de corrupção, e explicação do funcionamento dos projectos de modernização da AT que encurta a distância ao cidadão.
- Realização de acções de formação de disseminadores de matérias de Educação Fiscal e Aduaneira, que culminou com a formação de 18.291 disseminadores, representando uma realização de 114%, dos quais 2.131 na DRN, 10.029 na DRC e 6.131 na DRS numa realização de 45%, 158% e 125%, respectivamente. Estes disseminadores, para além de fazerem a difusão e a massificação do imposto nas suas áreas de acção como bairros, igrejas, local de trabalho, de diversão, entre outros, também operam como braços da AT, funcionando como núcleos de cadastração fiscal que fazem atribuição de NUIT, organização de palestras, debates e acções de popularização de impostos e cadastração em massa.
- Realização de 35 eventos culturais e recreativos em vários acontecimentos da AT, entre festivais e *road-shows* (caravana), tendo este último partido de Maputo, com paragem em todas as províncias da região Sul e Centro e tinha como finalidade a popularização do imposto abrangendo mais de 150.000 pessoas com a atribuição de cerca de 90.000 NUIT e a divulgação da importância do pagamento dos impostos.
- Produção e fixação de painéis publicitários, sendo: 4 na DRS: 2 em Inhambane (Maxixe e Município de Inhambane), 2 na Província de Maputo (Município da Matola - Machava e Infulene) e 8 na DRC: 2 em Sofala (Rotunda de Xipangara e Praça da Independência), 2 em Manica (Cidade de Chimoio e Distrito de Manica), 2 na Zambézia (Mocuba e Cidade de Quelimane) e 2 em Tete (Av. Eduardo Mondlane e Av. 24 de Julho, Cruzamento de Matema).

## **Campanhas com Recurso aos Órgãos de Comunicação Social**

Foram produzidos e enviados aos Órgãos de Comunicação Social 210 comunicados de imprensa, sobre os acontecimentos da instituição para cobertura, avisos, anúncios necrológicos, anúncios publicitários entre outros, nos jornais, rádios e televisões nacionais

À luz dos contratos celebrados com a imprensa, na componente de divulgação e popularização do imposto e várias outras actividades da instituição foram veiculadas 27 reportagens televisivas, efectuadas 80 coberturas de eventos, dentro e fora da AT, que contribuíram para a divulgação e popularização do imposto, veiculados 22 spots sobre o Modelo 10 do IRPS na TVM, 660 inserções do minuto fiscal na RM, 242 inserções do spot de NUIT, 56 spots sobre as matérias fiscais e ainda veiculados anúncios, notícias e reportagens com recurso à imprensa escrita, para além de 192 recortes de jornais sobre diversos assuntos da AT.

De referir que em relação ao ano anterior, em 2015, verificou-se um decréscimo, visto que, foram veiculadas informações concernentes as actividades desenvolvidas, tendo sido feitas 80 coberturas, contra 125 coberturas efectuadas em 2014. No que refere à aparição na imprensa escrita, avaliada a partir dos recortes feitos, nota-se que em 2015 houve menos aparições em relação a 2014, tendo sido feitos e arquivados 192 recortes contra 297 recortes de 2014. Verificou-se também um aumento de notícias desabonatórias em relação ao ano de 2014 que foram no número de 9 notícias desabonatórias, contra as 8 de 2015.

## **Assistência ao Contribuinte**

Na componente de assistência aos agentes económicos e demais contribuintes, incluindo os potenciais, estão em pleno funcionamento 11 BAC's (Balcões de Atendimento ao Contribuinte), a operar junto das DAF das capitais provinciais, a excepção do BAC da cidade de Maputo que funciona no edifício "33 andares", onde foi atendido um universo de 7.200 contribuintes dos quais 1.134 através de atendimento presencial e atribuídos cerca de 2.400 NUIT's e foram impressos 3.497 cartões de NUIT dos quais 10 são de pessoas colectivas.

## **Solução das Filas de Espera**

No âmbito da implementação do projecto de gestão de filas de espera, foi feito o levantamento de necessidades, concepção de *Layout* de divulgação do projecto na Região Norte, nas províncias de Nampula e Cabo Delgado. Foram ainda elaborados os documentos contendo a estratégia e a política de atendimento, realizadas acções com vista à aquisição de um sistema para a gestão de filas de espera e controlo do atendimento, que irá melhorar a qualidade de serviços bem como controlar o tempo de espera do contribuinte.

Foi finalizada a instalação, configuração, montagem e formações destes sistemas na região Sul, concretamente no BAC-33Andares, DAF do 1º e 2º Bairros Fiscais de Maputo e DAF Matola, tendo iniciado os preparativos para a instalação nas regiões Centro e Norte.

Por forma a cumprir com as recomendações do FMI e ao alinhamento com as boas práticas internacionais em prol da comodidade dos contribuintes, foram elaborados, os *layouts* para a reformulação dos Balcões de Assistência ao Contribuinte – BAC's, tendo sido concluído o BAC dos 33 Andares e Posto Fiscal de Tsalala.

No entanto, o Posto Fiscal de Tsalala foi apurado como sendo o local ideal para montagem do sistema de gestão de filas, devendo para o efeito ser remodelado de modo a acomodar o *layout* proposto e deste modo rentabilizar o uso do próprio posto, dado que seria também realizada a actividade de esclarecimento de dúvidas tributárias. Foi iniciada a elaboração dos *layouts* para o BAC de Pemba, que até ao final do período, estava sendo trabalhado pelo arquitecto da DRN.

### 2.2.2. Cadastração Fiscal

De uma meta fixada em 660.000 NUIT, foram registados até 31 de Dezembro 846.624 NUIT, que representam um nível de realização de 128,28% face a meta supracitada. Do total de NUIT atribuídos no período em referência 836.166 são de pessoas singulares e 10.458 de pessoas colectivas, que representam uma realização de 129,28% e 79,23% face a meta de 646.800 e 13.200 respectivamente. Comparativamente ao desempenho em igual período do ano transacto, no qual registou-se 625.529 NUIT's, houve um crescimento na ordem de 35,35%, conforme a tabela 22. Quanto ao grau de desempenho por regiões, destacou-se a Região Norte com 160,06%, seguida da Região Sul com 136,03% e por último a Região Centro com 93,78%.

**Tabela 22** Evolução do Registo de Contribuintes

Região	Janeiro a Dezembro														
	Realização 2014			2015											
				Programa			Realização			Grau de Realização			Crescimento Nominal		
	Sing.	Colec.	Total	Sing.	Colec.	Total	Sing.	Colec.	Total	Sing.	Colec.	Total	Sing.	Colec.	Total
Norte	147.873	1.705	149.578	142.837	2.915	145.752	231.535	1.751	233.286	162,10%	60,07%	160,06%	56,58%	2,70%	55,96%
Centro	151.909	2.813	154.722	199.913	4.080	203.993	188.881	2.423	191.304	94,48%	59,39%	93,78%	24,34%	-13,86%	23,64%
Sul	314.529	6.700	321.229	304.050	6.205	310.255	415.750	6.284	422.034	136,74%	101,27%	136,03%	32,18%	-6,21%	31,38%
<b>Total</b>	<b>614.311</b>	<b>11.218</b>	<b>625.529</b>	<b>646.800</b>	<b>13.200</b>	<b>660.000</b>	<b>836.166</b>	<b>10.458</b>	<b>846.624</b>	<b>129,28%</b>	<b>79,23%</b>	<b>128,28%</b>	<b>36,11%</b>	<b>-6,77%</b>	<b>35,35%</b>

Fonte: DGI

Dos 846.624 NUITs registados no período em análise, 32.866 são contribuintes com actividade económica, sendo 4.883 do Regime Geral de Tributação, 1.901 do Regime Normal do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), 704 do Regime Simplificado do IVA e 2.278 do Regime de Isenção do IVA, 27.983 do ISPC.

Cumulativamente, de 1999 até 31 de Dezembro de 2015 foram registados 4.097.955 NUIT's, sendo 4.019.796 de pessoas singulares, correspondentes a 15,62% da população projectada para 2015 situada em cerca de 25.727.911 habitantes, segundo as projecções do Instituto Nacional de Estatística (INE) e 78.159 de pessoas colectivas.

De referir que do acumulado de 4.097.955 NUITs, 312.535 têm actividade económica, sendo 123.743 do Regime Geral de Tributação e 188.792 do ISPC. Dos 123.743 contribuintes do Regime Geral de Tributação, 49.356 são do Regime Normal do IVA, 37.025 do Regime Simplificado do IVA e 37.362 do Regime de Isenção do IVA.

#### Registo em sede do ISPC

Da meta de Janeiro à Dezembro de 2015, fixada em 30.000 registos de contribuintes em sede de ISPC, foram registados até 31 de Dezembro 27.983, o que corresponde a uma realização de 93,28% da meta. Do total de contribuintes registados no período em referência, 6.649 foram registados na Região Sul, 10.711 na Região Centro e 10.623 na Região Norte, o que representa uma realização de 69,26%, 111,57% e 98,36% face a meta deste grupo de 9.600, 9.600 e 10.800, respectivamente.

Comparativamente ao desempenho de igual período do ano de 2014, no qual registou-se 20.196 contribuintes, houve um crescimento na ordem de 38,56%. Em relação ao acumulado de 2009 a 31 de Dezembro de 2015, foram registados 188.792 contribuintes em sede de ISPC, dos quais 71.949 foram registados na Região Sul, 68.050 na Região Centro e 48.793 na Região Norte.

Concorreram para o incumprimento da meta de registo em sede de ISPC os seguintes factores:

- ✓ Exiguidade de recursos humanos a nível das DAFs e Postos de Cobrança, para fazer face as actividades de sensibilização, mobilização e registo de novos contribuintes em sede de ISPC; e

- ✓ Demora no desembolso de ajudas de custo por parte da Direcção de Finanças para garantir a sustentabilidade e mobilidade dos técnicos nos trabalhos de campo em tempo útil, justificado pela indisponibilidade financeira do fundo comum.

## **Impressão de Cartões**

Para o período em análise foi programada a impressão de 870.965 cartões, tendo sido impressos até 31 de Dezembro 827.447 cartões de NUIT, que representam um nível de realização de 95,00% face a meta supracitada, destacando-se a Região Centro com 237.148 cartões impressos, sendo que a realização é de 103,65%, face a meta prevista de 228.800 cartões. A Região Norte imprimiu 246.520 cartões correspondendo a uma realização de 96,20%, face à meta de 256.256 e por último a Região Sul com 343.779 cartões, o que representou uma realização de 89,08%, face a meta de 385.909 cartões.

Quando comparado ao igual período de 2014, no qual foram impressos 294.100 cartões, esta realização corresponde a um crescimento de 181,35%.

Em relação ao acumulado, cujo processo reiniciou em Setembro de 2010, foram impressos até 31 de Dezembro de 2015, 2.323.923 cartões de NUIT, dos quais 1.228.505 foram impressos na Região Sul, 517.254 na Região Centro e 578.164 na Região Norte.

### **2.2.3. Abertura de novos Postos Fiscais e de Cobrança**

O redimensionamento das Áreas Fiscais tem como base os seguintes critérios: importância e dimensão da actividade económica desenvolvida; densidade populacional, em particular o número de potenciais contribuintes existentes e a facilidade de acesso entre os vários distritos abrangidos. Este redimensionamento tem como objectivos proceder o descongestionamento de DAF's com elevado número de contribuintes e reduzir os custos operacionais do contribuinte no cumprimento de obrigações fiscais.

No decorrer deste processo que iniciou em 2008, foi possível identificar até 31 de Dezembro de 2015, 113 locais a nível das três regiões do país para abertura e funcionamento de novos Postos de Cobrança, dos quais 75 estão em funcionamento sendo, 49 fixos e 26 móveis.

Para 2015 estava prevista a abertura e operacionalização de 6 Postos de Cobrança, a nível das três regiões do país, sendo: Norte, Macomia e Chiúre (fixos) adstritos à DAF de Pemba, e Nacala-à-velha, adstrito à DAF de Nacala; Centro, Moatize (fixo) adstrito à DAF de Tete; e Sul, Ressano Garcia e Polana Cimento (fixo) adstritos à DAF de Matola e 1º Bairro de Maputo respectivamente.

De referir que dos 6 novos Postos de Cobrança planificados foi possível a abertura até o período em alusão, de 5 Postos, nomeadamente, Chiúre, Macomia, Moatize, Catandica e Ressano Garcia.

Com estas acções desenvolvidas na área de Impostos internos, a DGI conta com 75 Postos de Cobrança, 25 Direcções de Áreas Fiscais, 5 Unidades de Grandes Contribuintes e 2 Juízos Privativos das Execuções Fiscais, totalizando 107 Unidades de Cobrança.

## **2.3. Redimensionamento e fortalecimento do sistema das Auditorias e fiscalizações da AT**

- **Auditorias e Fiscalizações dos Impostos Internos e dos Impostos sobre o Comércio Externo**

Com vista a fortalecer o cumprimento das obrigações fiscais e aduaneiras, foram realizadas diversas acções, que culminaram com a recuperação de 1.766,75 milhões de MT, dos quais, 1.110,64 milhões de MT provenientes dos impostos internos e 656,11 milhões de MT dos impostos sobre o comércio externo. Esta

recuperação, corresponde a 1,14% da receita total cobrada (excluindo o reembolso do IVA) e de 141,80% de incremento anual quando comparados com a receita cobrada em igual período de 2014, situada em 730,65 milhões de MT.

### 2.3.1. Descentralização do Sector das Auditorias

O maior desafio continua sendo a descentralização da função de auditoria para o nível provincial, por forma a imprimir uma nova dinâmica neste sector e massificar a presença fiscal no terreno. No período em análise, foi criado e operacionalizado o Núcleo Provincial de Maputo, com instalações em Mahlampsene, no Município da Matola, que tem dado resposta valiosa à DAF e UGC da Matola.

### 2.3.2. Fiscalizações e Auditorias Tributárias

#### Trabalhos externos de Auditoria e Fiscalização Tributária realizados pela DAFT

A nível dos impostos internos, foi programada a realização de 250 visitas a empresas, tendo sido realizadas 369 a nível de todo o país, o que representa uma cifra de 147,60%. Destes trabalhos, foram apurados 18.175,29 milhões de MT de matéria colectável e 2.746,81 milhões de impostos devidos, conforme a tabela 23 e Gráfico 7.

Relativamente a matéria colectável, registou-se um decréscimo em 23,47%, comparativamente ao período homólogo do ano transacto, o que influenciou o imposto apurado, decrescendo em 52,32% quando comparado com igual período de 2014, conforme a tabela 23 e gráfico 7. Esta situação é justificada pelo facto de no período homólogo, terem sido auditadas empresas da área de perfuração, exploração mineira e de construção.

Estão igualmente incluídos neste mapa os impostos apurados pela DAFT nas províncias cujo montante global ascende os 184,25 milhões de MT.

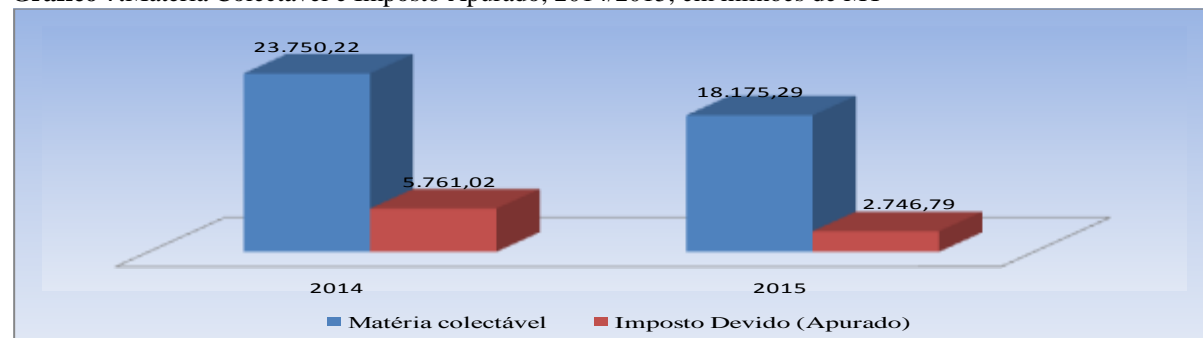
Tabela 23. Matérias Colectáveis e Impostos Apurados

Und: 10<sup>6</sup> MT

Descrição	Matéria colectável			Imposto Devido (Apurado)		
	2014	2015	cresc. Nominal	2014	2015	cresc. Nominal
IVA-Vendas Sonegadas	13.061,41	2.528,40	-80,64%	2.099,66	412,19	-80,37%
Dedução Indevida do IVA	0,00	0,00	0,00%	80,67	13,80	-82,89%
IVA das Mercadorias sem Factura	0,00	0,00	0,00%	16,95	8,10	-52,21%
IRPS (Trabalho Dependente)	1,07	53,21	4872,90%	0,47	11,23	2289,36%
IRPS (Outros)	277,30	160,81	-42,01%	131,98	33,01	-74,99%
IRPC (Tributação Autónoma)	245,89	138,52	-43,67%	90,80	49,39	-45,61%
IRPC (Pagamento a não Residentes)	391,60	22,62	-94,22%	19,58	5,24	-73,24%
IRPC (Matéria Colectável Adicional)	9.635,77	15.271,73	58,49%	3.293,47	2.179,46	-33,82%
Outros	137,18	0,00	-100,00%	27,44	34,37	25,26%
<b>Total</b>	<b>23.750,22</b>	<b>18.175,29</b>	<b>-23,47%</b>	<b>5.761,02</b>	<b>2.746,79</b>	<b>-52,32%</b>

Fonte: DGI- DAFT

Gráfico 7. Matéria Colectável e Imposto Apurado, 2014/2015, em milhões de MT



Das visitas de fiscalização feitas 165 foram auditorias efectuadas nas províncias de Niassa, Nampula, Cabo Delgado, Sofala, Tete, Inhambane e Gaza, de forma pontual por força de denúncias recebidas a nível central e por indicação das unidades de cobrança, onde se destacam trabalhos de confirmação de dados e cruzamento de facturas, exame a escrita por conta da análise interna, pedidos de reembolso em IVA e IR, empresas seleccionadas no âmbito do PAFT (2015) e visitas face às denúncias.

### Trabalhos externos realizados pelas DAF's/UGC's

A nível das DAF's e UGC's, foram realizadas 994 auditorias correspondentes a um grau de desempenho de 116,94% em relação a meta programada de 850 empresas.

Conforme a tabela 24, a nível das DAFs/UGC's, foram apurados 1.802,53 milhões de MT, de imposto apurado, contra 1.530,59 milhões de MT do ano anterior, o que representa um crescimento em 17,77%, destacando-se o IRPC que atingiu a cifra de 1.042,10 milhões de MT, seguido do IVA com 664,47 milhões de MT.

Tabela 24. Impostos Apurados pelas DAFs/UGC's

Und: 10<sup>6</sup> MT

Descrição	Apuramentos 2014	Apuramentos 2015	Cresc. Nominal
IVA	227,66	664,47	191,87%
IRPS	19,06	87,04	356,66%
IRPC	1.165,68	1.042,10	-10,60%
Outros	118,19	8,92	-92,45%
<b>Total</b>	<b>1.530,59</b>	<b>1.802,53</b>	<b>17,77%</b>

Fonte: DGI- DAFT

Em termos globais foi apurado o valor de 4.549,34 milhões de MT como resultado dos trabalhos de auditoria, realizados pela DAFT, DAF e UGC, contra os 7.295,57 milhões de MT apurados em 2014, o que representa um decréscimo em 37,64%, conforme a tabela 25.

Tabela 25 Resumo global dos impostos apurados nas auditorias

Und: 10<sup>6</sup> MT

Descrição	Nº de Empresas visitadas		Cresc. Nominal	Imposto Apurado		Cresc. Nominal
	2014	2015		2014	2015	
DAFT-Central	185	199	7,57%	5.761,02	2.562,56	-55,52%
DAFT - nas Províncias	50	165	230,00%	3,96	184,25	4552,78%
DAFs/UGC's	866	994	14,78%	1.530,59	1.802,53	17,77%
<b>Total</b>	<b>1.101</b>	<b>1.358</b>	<b>23,34%</b>	<b>7.295,57</b>	<b>4.549,34</b>	<b>-37,64%</b>

Fonte: DGI- DAFT

- Cobranças

Dos trabalhos de auditoria e fiscalização realizados, foi cobrado de impostos adicionais o montante global de 1.110,64 milhões de MT contra os 1.045,57 milhões de MT de igual período de 2014, que corresponde a um crescimento de 6,22%, conforme a tabela 26.

Tabela 26. Cobranças resultantes das Auditorias em 2015

Und: 10<sup>6</sup> MT

Descrição	IVA	IRPC	IRPS	Imposto de Selo	ISPC	Multas	Taxa Liberatória	Total
Região sul	106,83	142,91	7,15	0,00	0,00	10,02	0,00	266,91
Região Centro	369,40	303,52	5,26	0,00	0,00	8,24	0,05	686,47
região Norte	88,26	59,52	8,04	0,00	0,00	1,44	0,00	157,26
<b>Total Cobrado em 2015</b>	<b>564,49</b>	<b>505,95</b>	<b>20,45</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>19,70</b>	<b>0,05</b>	<b>1.110,64</b>
Total Cobrado em 2014	149,87	779,69	7,27	8,76	0,07	88,84	11,07	1.045,57
<b>Crescimento Nominal</b>	<b>276,65%</b>	<b>-35,11%</b>	<b>181,29%</b>	<b>-100,00%</b>	<b>-100,00%</b>	<b>-77,83%</b>	<b>-99,55%</b>	<b>6,22%</b>

Fonte: DGI-DAFT



### 2.3.3. Processos de Contas

Para efeitos de confirmação de dados foi fixada uma meta de 2.500 declarações de informação contabilística e de rendimentos de sujeitos passivos singulares e colectivos, tendo sido confirmadas durante o período em análise 2.741 declarações, o que representa um grau de realização de 109,64%. Este desempenho, quando comparado com o de 2014, corresponde a um incremento de 8,34% em relação aos processos confirmados e a decréscimos de 74,25% e 31,38%, em relação a matéria colectável e imposto apurado, respectivamente, conforme a tabela 27.

**Tabela 27** Processos analisados e impostos apurados

Unidade: 10<sup>6</sup> MT

Anos	Nº de Processos analisados		Cresc. Nominal	Matéria Colectável		Cresc. Nominal	Impostos apurados		Cresc. Nominal
	2014	2015		2014	2015		2014	2015	
2009	1.838	0	-100,00%	2.428,48	0,00	-100,00%	145,68	0,00	-100,00%
2010	427	1.762	312,65%	260,41	544,95	109,27%	49,35	96,39	95,32%
2011	205	848	313,66%	42,10	167,04	296,77%	4,28	47,86	1018,22%
2012	8	83	937,50%	41,82	1,98	-95,27%	11,83	0,63	-94,67%
2013	0	15	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
2014	0	0	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
Pro. De Exame	52	33	-36,54%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
<b>Total</b>	<b>2.530</b>	<b>2.741</b>	<b>8,34%</b>	<b>2.772,81</b>	<b>713,97</b>	<b>-74,25%</b>	<b>211,14</b>	<b>144,88</b>	<b>-31,38%</b>

Fonte: DGI-DAFT

### 2.3.4. Fiscalizações e Auditorias Pós-desembaraço Aduaneiro

Como forma de estancar a fuga do cumprimento das obrigações aduaneiras, durante o exercício de 2015 foram realizadas 432 auditorias pós-desembaraço às empresas, correspondente a um grau de realização de 44,14%, da meta de 560 auditorias anuais, sendo que destas, 168 foram concluídas. Estes trabalhos resultaram em 694 apreensões de mercadoria diversa, com destaque para produtos de mercearia, viaturas, electrodomésticos, drogas, cigarros, e bebidas alcólicas.

Os trabalhos realizados permitiram a recuperação da receita adicional do montante de 777,19 milhões de MT, que representa um incremento de 76,64%, quando comparado com igual período de 2014, conforme a tabela 28.

**Tabela 28** Análise Comparativa da Receita da DAI – 2014/2015

Unidade: 10<sup>6</sup>MT

Divisão/ Receita	Investigação	BRT	DAPD	Informações	Total
2014	76,68	1,93	117,52	243,82	439,98
2015	279,96	43,31	212,01	241,91	777,19
<b>Crescimento Nominal</b>	<b>265,10%</b>	<b>2148,15%</b>	<b>80,40%</b>	<b>-0,78%</b>	<b>76,64%</b>

Fonte: DGA-DAII

### 2.3.5. Máquinas Fiscais

Relativamente ao processo de instalação de máquinas fiscais, foram empreendidos esforços que culminaram com a conclusão do processo de adjudicação de consultoria para Desenho e Implementação do Projecto a empresa Queniana SAFARITECH. Contudo, esta empresa mostrou incapacidade de cumprir com a maioria dos termos contratuais, consequentemente, deu-se início ao processo de rescisão contratual, que foi concluído em Dezembro de 2015.

Perante os factos, a gestão do projecto avançou a nível interno com a elaboração do Plano Inicial do Projecto (PID), a proposta de Regulamento do Comité Técnico do projecto nos termos do artigo 21, do Decreto 92/2014, de 31 de Dezembro e várias propostas de documentação relativa ao Concurso Internacional para Fornecimento do Sistema Informático de Gestão das Máquinas Fiscais, cujo processo está condicionado pela aprovação das Especificações em Diploma Ministerial nos termos dos artigos 4 e 5 do supramencionado Decreto.

Por força das mudanças na Direcção da Autoridade Tributária, o projecto foi novamente reconfigurado, tendo como base as seguintes metas:

- Formalização da equipa do projecto Máquinas Fiscais e nomeação do seu coordenador e orçamento;
- Atribuição de instalações de trabalho para a equipa do projecto;
- Transferência dos funcionários da AT seleccionados para a equipa do projecto;
- Aprovação do Comité Técnico pelo Ministro da Economia e Finanças enviado em Agosto;
- Acordo de Assistência Técnica com a ATAF para a certificação de qualidade do projecto, cujo pedido formal foi enviado em Dezembro de 2015;
- Envio para aprovação do Diploma Ministerial sobre especificações técnicas das máquinas fiscais e sistemas de suporte e gestão, para os devidos efeitos.

As acções do projecto Máquinas Fiscais, serão realizadas conforme o Anexo 6.

## **2.4. Reforço da Cooperação Internacional**

### **2.4.1. Cooperação Bilateral e Multilateral**

Foram levadas a cabo várias acções inseridas no Plano de Actividades da AT em torno da cooperação, como se segue:

- **Cooperação Bilateral**

Em coordenação com a Administração Tributária da Noruega (NTA) e a AT, foi elaborado e harmonizado o plano de acção para a Cooperação Institucional entre a AT e NTA para o período de 2015 - 2018, que abrange as auditorias a indústria pesqueira e extractiva, bem como a elaboração do respectivo manual de procedimentos.

Com vista a reforçar as relações de cooperação e troca de experiências, a AT recebeu em Maio de 2015, a visita do Exmo. Comissário Geral da SARS, que teve oportunidade de visitar o Posto de Fronteira de Paragem Única em Ressano Garcia, bem como as obras em curso para a edificação do futuro Instituto Superior de Finanças Públicas e Estudos Tributárias. No seguimento desta visita, a SARS enviou a Maputo, peritos visando avaliar as condições técnicas para o estabelecimento de uma unidade canina a nível das Alfândegas, no âmbito do trabalho coordenado de controlo de tráfico de produtos proibidos.

No âmbito da cooperação com o Reino da Espanha, foi realizado pelo Instituto de Estudos Fiscais da Espanha (IEF), um estudo sobre o impacto da distribuição de rendas no sistema fiscal moçambicano, incluindo a apresentação dos resultados do referido estudo, num seminário realizado em Maputo, tendo-se reunido vários quadros da AT a nível nacional. Importa referir que foi renovada a cooperação entre a AT e Embaixada do Reino da Espanha.

Por forma a garantir a participação da equipa de Voleibol da Autoridade Tributária no Campeonato Africano de Clubes de Voleibol, que teve lugar de 07 a 16 de Março de 2015 na Cidade de Soussé - Tunísia, foram realizados todos os contactos junto dos diversos organismos nacionais e internacionais que culminaram com a

participação da equipa na referida competição, tendo-se qualificado na 15ª posição, num universo de 24 equipas que participaram no referido evento.

Em coordenação com a *Global Finance Integrity*, garantiu-se a realização do Seminário sobre Fuga de Capitais, financiado pela Embaixada do Reino da Dinamarca, que contou com a participação de quadros de diversos sectores que lidam com matéria de combate da fuga ilícita de capitais.

## **Organizações Internacionais Tributárias**

### **Organização Mundial das Alfândegas -OMA**

A AT no âmbito do cumprimento das acções de capacitação institucional, facilitação do comércio, colecta de receitas, protecção da sociedade e segurança nacional e internacional, garantiu a organização, realização e participação em diversas actividades com particular destaque para:

- Operação WESTERLIES III, relativa ao tráfico de metanfetaminas e na respectiva acção de formação que teve lugar de 23 a 27 de Fevereiro de 2015, em Dakar-Senegal, tendo sido realizadas 125 operações incluindo apreensão de 1.426 Kgs de narcóticos comuns no valor estimado de 40 milhões de euros, de 6 a 15 de Março de 2015;
- Operação PANGUEA VIII, relativa ao tráfico de medicamentos contrafeitos de 19 de Maio a 16 de Junho de 2015, antecedida pela acção de formação respectiva, que teve lugar de 10 a 11 de Março de 2015, em Paris-França;
- Projecto INAMA, Curso Básico sobre Inteligência, financiado pela OMA, que teve lugar de 13 a 24 de Abril de 2015, em Maputo e que contou com os dez Países membros da OMA-ESA;
- Assinatura do Acordo sobre a utilização do aplicativo nCEN (Rede Nacional de Execução Aduaneira) em Moçambique, no dia 29 de Julho de 2015, entre a DGA e a OMA. Nesse âmbito, foi realizado de 19 a 28 de Outubro de 2015 em Maputo no IFPFT um Workshop de Capacitação que contou com a presença de 17 participantes, dos quais dois (2) formadores da OMA e quinze (15) formandos da AT;
- Operação SKYNET II, relativa ao tráfico ilícito de drogas e produtos químicos através dos correios e do correio expresso que teve lugar entre Novembro e Dezembro de 2015, entre outros.

No âmbito da OMA, OMA/ESA e CPLP, a AT, participou igualmente em diversos eventos, destacando-se entre outros os seguintes: Diálogo Ministerial sobre os CITES, Genebra-Suíça, de 11 a 14 de Fevereiro de 2015; 6ª Sessão do Comité de Capacitação Institucional e 14ª Sessão do Sub-Comité sobre a Ética, Bruxelas-Bélgica, de 23 a 27 de Fevereiro de 2015; 10ª Reunião do Grupo de Trabalho da CPLP sobre a Convenção de Quioto Revista, Cidade de Bissau-Guiné-Bissau de 16 a 20 de Março de 2015; 22ª Reunião do Grupo de Trabalho Regional e 20ª Reunião do Conselho Directivo da OMA-ESA, que teve lugar em Luanda-Angola de 6 a 10 de Abril de 2015; 10ª Reunião do Grupo de Trabalho de Alto Nível (GTAN) da CPLP que teve lugar em Lisboa-Portugal, de 5 a 08 de Maio de 2015; Workshop Regional sobre Iniciativas Estratégicas para a Facilitação do Comércio na Região Oriental e Austral de África, Joanesburgo-RSA, de 15 a 17 de Setembro de 2015; e Dialogo Bilateral e Multilateral sobre a Cooperação para a Prevenção do Crime Transnacional da Fauna e Flora, Hanói-Vietname, de 2 a 5 de Novembro de 2015. Importa destacar ainda nesta matéria participação da AT no Workshop Internacional dos serviços de Migração e Fiscalização Aduaneira, em CrystalCity, Virgínia, EUA, organizado pela Organização Mundial do Comércio (OMC), de 19 a 25 de Maio de 2015; e a participação na 18ª Reunião do Comité Ministerial do Comércio do Grupo África Caraíbas e Pacífico, Julho de 2015.

- **Fórum das Administrações Fiscais Tributárias – ATAF**

No contexto do ATAF, a AT participou de vários seminários técnicos nas diversas áreas de tributação, tais como Auditoria Fiscal, Tecnologias de Comunicação e Informação nas Administrações Tributárias, Serviços

de Apoio aos Contribuintes, Tributação dos Recursos Minerais, Preços de Transferência, Dupla Tributação, Assistência mútua entre as administrações fiscais, IVA no sector Financeiro entre outros, eventos que contribuíram para munir os funcionários da AT de ferramentas essenciais para o exercício das suas tarefas.

Moçambique aderiu ao Acordo do ATAF sobre Assistência Mútua em Matéria Fiscal, instrumento jurídico importante no combate à evasão fiscal internacional e ao fluxo financeiro internacional ilícito, cuja finalidade é reforçar a capacidade de arrecadação de receitas fiscais pelos Estados. Este instrumento aguarda a ratificação pelo Conselho de Ministros e posterior publicação no BR.

No mesmo contexto, acolheu em Maputo, nos dias 16 a 18 de Novembro, no Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano, a 7ª Edição do “Diálogo Africano sobre Tributação”, evento co-organizado em parceria com o International Tax and Investment Center (ITIC), uma entidade americana de educação, investigação e pesquisa em matéria tributária e outras relacionadas, evento que contou com a participação de mais de 250 delegados, entre nacionais e estrangeiros. O encontro discutiu aspectos que constituem desafios para a fiscalidade em África.

#### **2.4.2. Financiamento às Reformas da AT**

No âmbito da mobilização de Parceiros de Cooperação para o apoio ao Programa de Reforma Tributária através do financiamento ao Fundo Comum da AT, realizou-se a XX e XXI Reunião de Comissão de Parceria do Fundo Comum da AT onde foram analisados documentos inerentes a gestão da AT.

No âmbito da mobilização dos parceiros de cooperação para o apoio a reforma tributária, durante o período em causa, o Reino da Dinamarca aderiu ao Fundo Comum, e apresentou igualmente compromissos para o desembolso de 30 milhões de coroas dinamarquesas num período de 3 anos, correspondentes a cerca de 170 milhões de meticais. Foram também efectivados desembolsos no valor correspondente a 750.000,00 Libras Esterlinas do DFID e 15.000.000,00 de Coroas Norueguesas, respectivamente. Em cumprimento do Memorando de Entendimento (MdE) assinado no dia 25 de Abril de 2012 entre a Autoridade Tributária e os Parceiros de Cooperação sobre o financiamento da reforma tributária foi realizada a assistência técnica a Auditoria Externa às Contas do Fundo Comum referente ao ano de 2014, pela firma Delloite, tendo sido adoptado pelos parceiros de cooperação aquando da realização da XX Comissão de Parceria do Fundo.

#### **Outros Financiamentos**

##### **Fundo Monetário Internacional**

No âmbito da Avaliação e Assistência Técnica do Fundo Monetário Internacional, através do Departamento de Assuntos Fiscais (FMI-FAD), tiveram lugar as seguintes missões:

- **Missão sobre a Actualização do Modelo FARI**, de 05 à 11 de Março de 2015, com objectivo de actualizar o modelo FARI com os novos *inputs*, provenientes das companhias da indústria extractiva e estudar outras necessidades da AT em termos de capacitação institucional;
- **Missão sobre o Diagnóstico do TADAT**, realizada de 09 à 25 de Março de 2015, visando estabelecer um objectivo e padronizar a avaliação do diagnóstico da Administração do sistema moçambicano de imposto através do TADAT e identificar as necessidades da assistência técnica na área da administração de impostos a serem financiadas pelo novo projecto da DANIDA;
- Preparação e coordenação de encontros enquadrados na missão do FMI sobre Recursos Naturais.
- Mobilização de assistência técnica da USAID-SPEED no âmbito da iniciativa “Trade África”, que beneficia a operacionalização do conceito de Operador Económico Autorizado.

### 2.4.3. Integração Regional na SADC

#### Importações

O valor total das importações efectuadas de Janeiro a Dezembro de 2015, incluindo as importações feitas no contexto da implementação de grandes projectos foi de 321.446,04 milhões de MT, das quais 31,92% tiveram como proveniência países membros da SADC e 68,08% o resto do mundo.

#### Importações Provenientes da SADC

Os resultados da avaliação feita indicam que para o ano de 2015, Moçambique importou dos países da SADC mercadorias no valor total de 102.602,72 milhões de MT, com pico no mês de Novembro, com importação de mercadorias no valor de 10.898,97 milhões de MT e o valor mais baixo nos meses de Janeiro e Fevereiro, com montantes de 5.396,20 milhões de MT e 6.136,81 milhões de MT, respectivamente. Os dados sobre importações revelam uma média mensal de 8.550,23 milhões de MT, o que representa um incremento de 20,96% em relação a média geral das importações para Moçambique provenientes dos Estados Membros da SADC verificada em 2014, situada em 7.784,81 milhões de MT.

As importações moçambicanas provêm na sua maioria da África do Sul, sendo que em 2015 atingiram o valor de 93.417,78 milhões de MT CIF, cujo impacto na região é de cerca de 91,05% das importações de Moçambique. Importa salientar que a par da RAS, os outros Estados Membros da SADC tiveram o mês de Novembro como mês de maior afluxo de mercadorias exportadas para Moçambique no valor de 9.875,35 milhões de MT e 1.023,61 milhões de MT, respectivamente.

Do valor de 102.602,72 milhões de MT que é, em termos absolutos, o total de importações provenientes da região da SADC, de Janeiro a Dezembro de 2015, 29.679,87 milhões de MT correspondentes a 28,93%, é que se beneficiaram do tratamento preferencial da SADC.

Estes dados revelam que verificou-se neste período um aumento do peso do volume de importações que beneficiaram do Sistema Preferencial em relação ao ano transacto, no qual o uso deste sistema situou-se em 15,16%, o que significa um aumento de 13,77 pp.

O aumento das importações da SADC para Moçambique, em comparação com o Resto do Mundo, demonstra ser um resultado bastante positivo para o comércio intra-regional, pois as reservas são mantidas nos países da região.

**Tabela 29** Total das Importações Realizadas em 2015

*Unidades 10<sup>6</sup>MT*

Mês	RSA			Outros Membros SADC			Total SADC				Resto do Mundo		Total CIF
	CIF	%Região	%Total	CIF	%Região	%Total	CIF	%Total	CIF Pref.	%CIF Pref/SADC	CIF	% Total	
Janeiro	4.787,29	88,72%	27,52%	608,91	11,28%	3,50%	5.396,20	31,02%	2.221,46	41,17%	11.997,35	68,98%	17.393,55
Fevereiro	5.633,77	91,80%	29,63%	503,04	8,20%	2,65%	6.136,81	32,27%	2.557,13	41,67%	12.878,94	67,73%	19.015,74
Março	7.131,34	92,35%	25,67%	590,60	7,65%	2,13%	7.721,94	27,80%	2.739,96	35,48%	20.054,45	72,20%	27.776,39
Abril	7.795,08	89,51%	17,75%	913,73	10,49%	2,08%	8.708,81	19,83%	2.418,20	27,77%	35.198,57	80,17%	43.907,38
Mai	7.002,67	90,53%	27,64%	732,24	9,47%	2,89%	7.734,92	30,54%	2.483,36	32,11%	17.596,03	69,46%	25.330,94
Junho	9.707,31	93,60%	39,02%	663,35	6,40%	2,67%	10.370,67	41,69%	2.750,69	26,52%	14.507,28	58,31%	24.877,95
Julho	9.351,78	89,10%	31,64%	1.143,50	10,90%	3,87%	10.495,29	35,51%	2.999,54	28,58%	19.059,81	64,49%	29.555,10
Agosto	7.197,69	91,67%	34,31%	654,40	8,33%	3,12%	7.852,09	37,43%	2.864,95	36,49%	13.124,66	62,57%	20.976,75
Setembro	8.390,30	92,13%	27,54%	716,64	7,87%	2,35%	9.106,93	29,89%	2.928,85	32,16%	21.362,32	70,11%	30.469,25
Outubro	9.691,22	91,18%	37,43%	937,57	8,82%	3,62%	10.628,79	41,05%	3.496,14	32,89%	15.261,93	58,95%	25.890,72
Novembro	9.875,35	90,61%	29,52%	1.023,61	9,39%	3,06%	10.898,97	32,58%	3.586,38	32,91%	22.553,70	67,42%	33.452,66
Dezembro	6.853,97	90,77%	30,06%	697,34	9,23%	3,06%	7.551,31	33,12%	3.063,71	40,57%	15.248,28	66,88%	22.799,59
<b>Total</b>	<b>93.417,78</b>	<b>91,05%</b>	<b>29,06%</b>	<b>9.184,94</b>	<b>8,95%</b>	<b>2,86%</b>	<b>102.602,72</b>	<b>31,92%</b>	<b>29.679,87</b>	<b>28,93%</b>	<b>218.843,32</b>	<b>68,08%</b>	<b>321.446,04</b>

Fonte: GPECI

**Tabela 30** Importações Provenientes da SADC, Janeiro a Dezembro de 2015Unidades 10<sup>6</sup>MT

Origem	Valor CIF (a)	CIF Preferencial ( b)	Peso Valor CIF	Peso CIF Pref.
Africa do Sul	93.417,78	31.022,79	91,05%	33,21%
Angola	73,50	0,00	0,07%	0,00%
Botswana	95,59	11,32	0,09%	11,85%
Congo	9,80	0,00	0,01%	0,00%
Lesoto	1,19	0,35	0,00%	29,11%
Madagáscar	17,29	11,95	0,02%	69,11%
Malawi	888,22	90,93	0,87%	10,24%
Mauritius	1.682,01	92,18	1,64%	5,48%
Namíbia	1.574,51	226,65	1,53%	14,39%
Seychelles	14,90	0,00	0,01%	0,00%
Suazilândia	2.088,61	1.104,40	2,04%	52,88%
Tanzânia	661,93	346,72	0,65%	52,38%
Zambia	701,30	189,08	0,68%	26,96%
Zimbabue	1.376,08	309,71	1,34%	22,51%
<b>Total</b>	<b>102.602,72</b>	<b>33.406,07</b>	<b>100,00%</b>	<b>32,56%</b>

Fonte: GPECI

**Mercadorias mais importadas com Certificado de Origem na SADC.**

Das mercadorias mais importadas com certificado de origem destaca-se o cimento de construção, cervejas de malte, construções e suas partes, portas, janelas e seus caixilhos, energia eléctrica, tubos e semelhantes de ferro fundido ou de aço.

**Exportações**

No período em apreço, o volume de exportações de mercadorias alcançou o valor de 106.432,23 milhões de MT. Os dados constantes da tabela 31 indicam que 67,11% das exportações de Moçambique, foram para países fora da região da SADC. Não obstante este facto, e comparados os dados com os do ano transacto, verifica-se que há uma redução na dependência de Moçambique face aos mercados Europeus e Asiáticos, dado que no ano transacto os mesmos atingiram o montante de 97.290,55 milhões de MT, correspondentes a um peso de 77,84%.

**Exportação para a SADC**

Em termos absolutos, o valor das exportações de Moçambique para os países da SADC, Janeiro a Dezembro de 2015, foi de 35.010,12 milhões de MT, representando 32,89% das exportações totais. Do valor de 35.010,12 milhões de MT, 1.411,78 milhões de MT que representam 4,03% foram tramitados usando o Certificado de Origem. Comparado o valor das exportações de Moçambique para os Estados Membros da SADC, pode se concluir que registou-se um aumento do comércio intra-regional entre Moçambique e outros membros da SADC, pois em 2014 situou-se em 21.563,38 milhões de MT. Das exportações com destino a SADC, 49,85% foram para RSA e 50,15% para os restantes Estados Membros.

**Mercadorias mais exportadas com Certificado de Origem na SADC;**

Das mercadorias mais exportadas, destacam-se os adubos, açúcar de cana, sêmea de milho, frutas de casca rija, tabaco, sementes de algodão, banana e camarão.

**Tabela 31** Total das Exportações de Moçambique, de Janeiro a Dezembro de 2015

Unidades 10<sup>6</sup>MT

Mês	RSA			Outros			Total		FOB Pref.		Resto do		Total FOB
	FOB	% Região	% Total	FOB	% Região	% Total	FOB	% Total	FOB Pref.	% FOB Pref/SADC	FOB	% Total	
Janeiro	421,25	16,19%	8,32%	2.181,25	83,81%	43,08%	2.602,50	51,40%	117,24	4,50%	2.460,39	48,60%	5.062,89
Fevereiro	1.799,31	82,52%	33,16%	381,12	17,48%	7,02%	2.180,43	40,19%	161,74	7,42%	3.245,49	59,81%	5.425,92
Março	1.694,93	82,23%	12,56%	366,15	17,77%	2,71%	2.061,08	15,28%	151,22	7,34%	11.432,05	84,72%	13.493,13
Abril	1.792,86	88,91%	14,66%	223,72	11,09%	1,83%	2.016,58	16,49%	104,85	5,20%	10.213,38	83,51%	12.229,96
Mai	497,69	62,27%	9,57%	301,59	37,73%	5,80%	799,28	15,37%	81,73	10,23%	4.401,81	84,63%	5.201,09
Junho	2.643,52	28,54%	17,29%	6.620,19	71,46%	43,30%	9.263,71	60,59%	88,52	0,96%	6.025,96	39,41%	15.289,67
Julho	762,11	66,34%	9,99%	386,63	33,66%	5,07%	1.148,75	15,06%	115,00	10,01%	6.477,77	84,94%	7.626,52
Agosto	2.412,58	66,80%	29,67%	1.199,25	33,20%	14,75%	3.611,83	44,43%	86,96	2,41%	4.518,21	55,57%	8.130,04
Setembro	1.494,43	59,28%	17,03%	1.026,56	40,72%	11,70%	2.520,99	28,72%	75,85	3,01%	6.256,36	71,28%	8.777,35
Outubro	1.523,59	52,43%	14,92%	1.382,58	47,57%	13,54%	2.906,17	28,47%	151,70	5,22%	7.302,57	71,53%	10.208,74
Novembro	1.801,19	50,69%	17,82%	1.752,40	49,31%	17,34%	3.553,60	35,16%	93,27	2,62%	6.553,91	64,84%	10.107,51
Dezembro	610,50	26,03%	12,51%	1.734,70	73,97%	35,55%	2.345,20	48,06%	183,71	7,83%	2.534,21	51,94%	4.879,42
<b>Total</b>	<b>17.453,97</b>	<b>49,85%</b>	<b>16,40%</b>	<b>17.556,15</b>	<b>50,15%</b>	<b>16,50%</b>	<b>35.010,12</b>	<b>32,89%</b>	<b>1.411,78</b>	<b>4,03%</b>	<b>71.422,11</b>	<b>67,11%</b>	<b>106.432,23</b>

Fonte: GPECI

## Impacto Fiscal

Da receita total de 159.805,02 milhões de MT que o país colectou no ano transacto, apenas 3,63% deste valor é que provém da aplicação do regime preferencial no âmbito da implementação da zona do comércio livre da SADC.

**Tabela 32** Impacto Fiscal de 2015

Unidades 10<sup>6</sup>MT

Mês	Direitos Aduaneiros		ICE na Importação		IVA na Importação		Imposto Total (g) = a+c+e	Despesa Fiscal (h) = b+d+f	(i) = h/g	Receita Total (j)	(k) = h/j
	Cobrança (a)	Preferencial (b)	Cobrança (c)	Preferencial (d)	Cobrança (e)	Preferencial (f)					
Janeiro	894,30	30,93	253,48	67,31	2.053,56	293,54	3.201,35	391,78	12,24%	11.048,20	3,55%
Fevereiro	929,49	8,01	234,58	78,25	2.218,98	358,93	3.383,04	445,20	13,16%	9.772,07	4,56%
Março	933,69	0,02	284,44	74,27	1.648,68	396,85	2.866,81	471,14	16,43%	10.272,82	4,59%
Abril	908,09	0,00	287,46	65,94	2.033,19	334,53	3.228,73	400,47	12,40%	10.701,10	3,74%
Mai	939,15	0,00	240,68	64,76	2.145,39	358,75	3.325,22	423,51	12,74%	18.286,63	2,32%
Junho	1.045,68	0,00	269,53	57,39	2.378,15	382,13	3.693,35	439,52	11,90%	11.955,94	3,68%
Julho	1.101,97	0,00	315,92	99,28	2.710,89	435,43	4.128,77	534,70	12,95%	14.619,18	3,66%
Agosto	1.020,38	0,00	290,95	84,70	2.495,32	417,61	3.806,66	502,32	13,20%	12.487,03	4,02%
Setembro	1.067,01	0,00	330,24	68,28	2.638,87	408,23	4.036,12	476,51	11,81%	14.354,57	3,32%
Outubro	1.032,72	0,01	409,46	140,37	2.799,15	498,03	4.241,32	638,40	15,05%	13.359,72	4,78%
Novembro	983,45	0,01	316,30	95,35	2.677,40	515,69	3.977,15	611,05	15,36%	14.877,36	4,11%
Dezembro	1.091,67	0,00	372,34	61,17	2.632,22	411,31	4.096,23	472,48	11,53%	18.070,41	2,61%
<b>Total</b>	<b>11.947,58</b>	<b>38,98</b>	<b>3.605,38</b>	<b>957,07</b>	<b>28.431,79</b>	<b>4.811,04</b>	<b>43.984,75</b>	<b>5.807,08</b>	<b>13,20%</b>	<b>159.805,02</b>	<b>3,63%</b>

Fonte: GPECI

## 2.5. Implementação e Expansão de Postos de Fronteira de Paragem Única

### Grupo Legal e de Procedimentos

Os grupos de trabalhos foram reactivados com a indicação de novos membros inter-ministeriais em Março de 2015, visando o alinhamento conjunto das actividades programadas para garantir a produção de procedimentos operacionais uniformizados, para o uso conjunto no canal pedestre e no terminal rodoviário e a realização de encontros para a uniformização de procedimentos, particularmente no que se refere a comunicação electrónica entre os sistemas em uso nas partes moçambicana e sul-africana. Referir que o processo de partilha de informação, aguarda pela harmonização e formalização dos aspectos de

natureza técnica, como a partilha de informação relevante com recurso ao código UCR, campos mandatários para a partilha, a gestão do manifesto, e harmonia com os desígnios orientadores do PFPU.

## **Área Comercial**

### **Edifício onde funciona a Fronteira Comercial**

A Fronteira Comercial comportava, até ao final do período, seis infraestruturas nomeadamente, quatro módulos de conjuntos de escritórios, um alpendre e um bloco de sanitários públicos. Este espaço, durante a Páscoa e fim de ano, serviu de palco para os serviços de atendimento do movimento de regresso de mineiros, turistas e viajantes, por forma a garantir maior comodidade e acolhimento dos viajantes, tendo sido executados trabalhos de manutenção de rotina, substituição, reparação e montagem de sistemas de frio e revisão da componente eléctrica dos edifícios.

### **Terminal Internacional Rodoviário de Ressano Garcia Km 4**

Durante o exercício em análise, foram concluídas todas as facilidades para o uso pleno do Terminal, devendo ser ajustado o formato de paragem única, com vista a acomodar a contraparte sul-africana. O Terminal contava com um parque para 143 camiões articulados, um site de inspecção não intrusiva, um bloco para escritórios onde funcionam as entidades e instituições do Estado que operam nesta parcela, um armazém para mercadorias e outros serviços conexos ao funcionamento do Terminal.

### **Bairro de Reassentamento**

No período em análise foram realizadas as seguintes actividades:

Transformação de uma residência em Posto de Cobrança, que consistiu em: Requalificação do edifício principal; construção de sanitários públicos; construção de uma sala de reuniões; construção de tenda de contribuinte; apetrechamento do edifício principal; e arranjos exteriores e espaços verdes; conclusão da construção de 3muros de vedação para igual número de famílias identificadas como prioritárias no processo de reassentamento; e reabilitação e manutenção de residências dos funcionários e colocação de mobília na residência do chefe do Posto de Cobrança.

### **Fronteira Turística**

No período em análise, foram realizadas as seguintes actividades:

Manutenção do Balcão de Atendimento ao Mineiro e sala VIP que consistiram em: Construção de alpendre na entrada do Balcão de Atendimento ao Mineiro; aposição de azulejos, pintura da sala VIP; aposição de um novo piso e substituição do mobiliário; e manutenção rotineira do canal pedestre incluindo os trabalhos de corte de capim e recolha de resíduos sólidos.

### **Complexos Residenciais e Processos Administrativos**

No período em análise, foram assistidas e monitoradas diversas actividades a destacar, o acompanhamento de processos administrativos que visavam o lançamento de concursos para a contratação de empreitadas de obras públicas, nomeadamente: Construção de 3 alpendres na Fronteira Turística; construção do monumento em homenagem ao mineiro moçambicano; preparação dos termos de referência para contratação de consultorias de elaboração do projecto executivo de construção do novo complexo residencial para 250 funcionários; requalificação da fronteira turística e elaboração dos projectos executivos de reabilitação do “Bypass”; e



manutenção da estrutura metálica e suporte dos modulares da fronteira turística, parque de estacionamento de viaturas dos funcionários e abertura de acessos alternativos aos escritórios da fronteira comercial-Km4.

## 2.6. Gestão e desenvolvimento dos Recursos Humanos

### 2.6.1. Situação Geral dos Recursos Humanos

Em termos efectivo, até 31 de Dezembro de 2015, a AT possuía um total de 4.229 funcionários, o que corresponde a uma redução de 1,46% em relação aos funcionários registados no final de 2014, (4.292 funcionários). Este decréscimo resulta do registo de 41 óbitos, 19 aposentações e 3 situações disciplinares que culminaram com a expulsão destes.

Dos 4.229 funcionários, maior número é constituído pela faixa dos 31 a 35 anos de idade, correspondente a 23,72%, seguida faixa dos 36 a 40 anos de idade, correspondente a 17,99% e o menor número de funcionários situa-se na faixa etária dos 18 aos 20 anos, com 0,45%, conforme ilustra a tabela 33.

**Tabela 33** Distribuição de Funcionários por Faixa Etária

Ordem	Faixa Etária	Carreira Aduaneira			Carreira Tributária			Total Geral	Peso
		Nº de Funcionários			Nº de Funcionários				
		Masc.	Femin.	Total	Masc.	Femin.	Total		
1	De 18 a 20 anos	8	5	13	4	2	6	19	0,45%
2	De 21 a 25 anos	87	13	100	88	33	121	221	5,23%
3	De 26 a 30 anos	228	42	270	240	123	363	633	14,97%
4	De 31 a 35 anos	472	126	598	260	145	405	1.003	23,72%
5	De 36 a 40 anos	387	24	411	246	104	350	761	17,99%
6	De 41 a 45 anos	404	19	423	134	86	220	643	15,20%
7	De 46 a 50 anos	220	25	245	119	75	194	439	10,38%
8	De 51 a 55 anos	100	22	122	84	71	155	277	6,55%
9	De 56 a 60 anos	36	5	41	56	37	93	134	3,17%
10	De 61 a 65 anos	33	4	37	9	10	19	56	1,32%
11	Mais de 65 anos	9	5	14	15	14	29	43	1,02%
<b>Total de Funcionários</b>		<b>1.984</b>	<b>290</b>	<b>2.274</b>	<b>1.255</b>	<b>700</b>	<b>1.955</b>	<b>4.229</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: DGSC

Do total de funcionários, 53,66% são da área aduaneira, 44,71% da área tributária, 0,96% funcionários na situação de pré-reforma cujos processos de aposentação estão em curso, conforme a tabela 34. Ocupam cargos de direcção, chefia e confiança, 13,00% do total de funcionários, dos quais 68,00% são do sexo masculino e 32,00% são do sexo feminino e, quanto ao género 76,59% são homens e 23,41% mulheres.

**Tabela 34** Distribuição dos Funcionários por Carreiras

Ord.	Carreiras	Masculino	Feminino	Total	Peso
1	Aduaneira	1.981	288	2.269	53,66%
2	Tributária	1.226	693	1.919	44,71%
3	Pré-reforma	32	9	41	0,96%
<b>Total Geral</b>		<b>3.239</b>	<b>990</b>	<b>4.229</b>	<b>100,00%</b>
<b>Percentagem</b>		<b>76,59%</b>	<b>23,41%</b>		

Fonte: DGSC

### Distribuição dos Funcionários por Região

A distribuição dos funcionários obedece às quatro áreas de actuação da instituição, concretamente Serviços Centrais, Direcção Regional Sul, Direcção Regional Centro e Direcção Regional Norte, sendo a Direcção Regional Sul a que concentra maior número, cerca de 1.581 funcionários, correspondente a 37,00%, seguida pelos Serviços Centrais com uma representação de cerca de 25,71% do total de funcionários, conforme a tabela 35.

**Tabela 35** Distribuição dos Funcionários por Regiões e Órgãos Centrais em 2015

<b>Ord.</b>	<b>Órgãos</b>	<b>Masc.</b>	<b>Fem.</b>	<b>Total</b>	<b>Peso</b>
1	DSC	811	276	1.087	25,70%
2	DRN	532	144	676	15,98%
3	DRC	689	196	885	20,93%
4	DRS	1.207	374	1.581	37,38%
<b>Total</b>		<b>3.239</b>	<b>990</b>	<b>4.229</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: DGSC

### **Distribuição dos Funcionários por Nível Académico e por Região**

No que se refere aos níveis académicos, dos 4.229 funcionários, 1.444, correspondente a 34,15% têm formação superior, 2.126, o equivalente a 50,27% têm ensino médio, 487, o que representa 11,51%, têm ensino básico e 172 que corresponde a 4,07% possuem o nível primário.

#### **2.6.2. Assuntos Sociais**

##### **Aposentação de Funcionários**

Relativamente ao processo de aposentações, foram identificados 226 funcionários que atingiram os requisitos determinante para aposentação e destes 185 já têm as pensões fixadas e os restantes 41 têm os processos em tramitação.

##### **Registo de Óbitos**

A instituição registou de 41 óbitos de funcionários, dos quais 35 do sexo masculino e 6 do sexo feminino sendo, 5 dos Serviços Centrais, 20 da DRS, 8 da DRC e 8 da DRN, registando-se um aumento em relação a 2014, com um registo de 22 óbitos.

##### **Pensões de sobrevivência e Subsídio por Morte**

No que respeita à previdência social dos funcionários, foram fixadas 15 pensões de sobrevivência, pagos 31 processos de subsídio por morte e tramitados 37 processos de subsídio de funeral. De 2013 a 2015, foram identificados 226 funcionários que atingiram a idade de aposentação, dos quais 185 já possuem as pensões de aposentação fixadas e para os restantes 41 os processos estão em tramitação.

No que diz respeito a saúde dos funcionários, a área prestou acompanhamento a 105 funcionários doentes, dos quais 64 encontram-se ainda em estado de doença. Paralelamente, foram emitidos 113 cartões de Assistência Médica, perfazendo um total de 2.954 cartões emitidos desde 2011 a esta parte. Com vista à sensibilizar os funcionários a pautarem por uma atitude preventiva perante várias doenças, realizou-se no primeiro semestre de 2015, campanhas de rastreios de doenças como cancro do colo do útero e da próstata, diabetes e tensão arterial.

##### **Fundo Social da AT**

Desde Janeiro a esta data, procedeu-se à disseminação do Fundo Social nas Regiões Sul e Norte do país, sendo que estão actualmente inscritos 331 membros (funcionários). O saldo da conta bancária do Fundo Social era de 661.163,18MT, a 31 de Dezembro de 2015.

## **Formação e Especialização de Quadros da AT**

### **Implementação e Avaliação do Plano de Formação**

No período de Janeiro a Dezembro de 2015, das 50 acções de formação planificadas foram executadas 40 correspondentes a 80% das acções planificadas. Contudo, importa referir que as motivações relacionadas com a não realização das 10 acções de formação prendem-se com a escassez de recursos financeiros durante o último período do ano e para o caso das acções de formação sobre Auditoria à Indústria extractiva continua a ser originada pela dificuldade de se identificar uma entidade especializada para o efeito.

Em relação ao número de beneficiários, foram abrangidos com a capacitação 3.480, contra os 3.171 inicialmente previstos, correspondente a 109%, dos quais 2.303 são do sexo masculino e 1.177 do sexo feminino. Deste número, 2.731 foram formados nas Áreas Técnica Aduaneira, Fiscal, Administrativa e de Gestão; 577 formados *on Job training* sobre a Legislação da Livre Circulação de Arte e Artesanato em Moçambique, 172 na área das Tecnologia de Informação e Comunicação, correspondendo a 125%; 65% e 224%, respectivamente. Em termos comparativos, o grau de realização em 2015, foi elevado se considerarmos os níveis alcançados em igual período de 2014, visto que das 50 acções programadas foram realizadas 40 e em relação ao ano de 2014, das 43 planificadas foram realizadas 29 acções, representando 80% e 67,44% respectivamente.

### **Pedidos de Continuação de Estudos e de Realização de Estágios**

Quanto aos pedidos de continuação de estudos dos funcionários, foram recebidos 31 pedidos, dos quais 21 do curso de licenciatura em Gestão Empresarial, Contabilidade e Auditoria, Direito, Economia e Desenvolvimento, Administração Pública, Finanças, 01 para Pós-Graduação em Direito de Petróleo, 01 para Comunicação Empresarial e Marketing, 01 para pós graduação em Gestão Estratégica de Recursos Humanos e Gás e 07 para o Curso de Mestrado em Ciências Jurídicas; Gestão de Recursos Humanos e Economia, Gestão de Negócio de Petróleo e Gás Natural, Gestão Ambiental e Desenvolvimento Comunitário. Deste número, foram autorizados cinco pedidos e os restantes aguardam despacho superior. Relativamente a estágios académicos de estudantes de diversos cursos de ensino público e privado do país, deram entrada 456 pedidos, tendo sido concluídos 225 e transitados 231 prevendo a sua finalização até o primeiro trimestre de 2016.

### **Processo de Criação da Instituição de Ensino Superior (IES) para a AT**

No âmbito do processo de Instrução da Criação da Instituição de Ensino Superior para a AT foi extinta, em 09 de Janeiro de 2015, a Comissão Instaladora da Instituição de Ensino Superior, criada por Despacho de 13 de Novembro de 2013 do Exmo. Senhor Presidente da Autoridade Tributária de Moçambique (PAT). É de referir que o órgão ora extinto era composto por funcionários da Autoridade Tributária de Moçambique (AT) e membros externos a esta, tendo sido designada, em seu lugar, uma Comissão de Gestão Interina composta apenas por funcionários da AT. De referir que foram pagos os honorários devidos aos membros da Comissão Instaladora da IES externos à AT, com base no projecto aprovado pelo GPECI, com recurso ao Fundo Comum.

Durante o ano de 2015, deu-se continuidade ao processo de criação do Instituto Superior de Finanças Públicas e Estudos Tributários (ISFET), num trabalho conjunto com a empresa de consultoria HighScore Moçambique, para responder às constatações sobre: a natureza da instituição; a estrutura curricular; o sistema de avaliação; os cursos; e a Comissão Instaladora e o Pessoal docente, contidas no Ofício nº 107/GM/MCTESTP/2015, de 24 de Março, proveniente do Gabinete de Sua Excia. o Ministro da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional. Assim, foram desenvolvidas as seguintes actividades:

- Envio de questionários a 105 funcionários da AT e de outras instituições, a partir dos quais foi feita uma análise quantitativa e qualitativa que permitiu a elaboração do Plano de Formação para o Corpo Docente do ISFET, um dos requisitos solicitados para a aprovação da Instituição de Ensino Superior (IES), por parte das entidades que supervisionam o Ensino Superior;
- Constituição duma equipa de peritos da AT para proceder à apreciação das fichas das disciplinas dos planos curriculares dos cursos de Licenciatura e Mestrado do ISFET; e,
- Sessão de trabalho interactivo da Comissão Instaladora (CI) com um representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional, convidado para esclarecer a CI sobre algumas dúvidas suscitadas durante a apreciação das respostas elaboradas relativas aos aspectos levantados através do Ofício nº 107/GM/MCTESTP/2015, de 24 de Março. Dos esclarecimentos destacam-se:
  - Não ser recomendável que a IES inicie a sua actividade com muitos cursos;
  - A IES deverá começar com faculdades e não com escolas superiores, pois estas últimas constituem unidades independentes que se desenvolvem a partir da consolidação de faculdades;
  - Os mestrados não devem ser leccionados logo no primeiro ano de funcionamento da IES, pois primeiro dever-se-ão consolidar as licenciaturas;
  - Os doutoramentos só poderão ter lugar depois da consolidação da própria IES, devendo esta recorrer a outras instituições, dentro ou fora do país, para suprir esta necessidade;
  - Para que a IES possa conferir doutoramentos deverá passar da Classe B para a A (a das universidades), através do processo de consolidação retro mencionado, monitorizado pela entidade que rege o Ensino Superior.

Na sequência do processo de criação do ISFET, tiveram lugar as actividades que se seguem: Harmonizados créditos das disciplinas de tronco comum pela equipa de peritos; e encontro da CI com a Exma. Sra. Presidente da Autoridade Tributária de Moçambique (P-AT), a 9 de Novembro de 2015, no qual fez uma abordagem sobre o trabalho desenvolvido desde a sua criação até à altura, tendo aproveitado o ensejo para apresentar o organograma do ISFET em criação e referir que o Dossier do Processo de Criação da IES já se encontrava na recta final, com vista à sua apresentação à Sua. Excia. Ministro da Economia e Finanças para sua submissão ao Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional para os passos subsequentes que levam à sua aprovação pelo Conselho de Ministros.

Do encontro surgiu a recomendação para a necessidade de se ter que afunilar o leque de cursos oferecidos pelo ISFET, orientando-os para o vazio profissional existente na área de actuação da própria Autoridade Tributária de Moçambique, bem como estabelecer o cronograma de entrada em funcionamento dos cursos, com início em 2016. Durante o mês de Dezembro de 2015 procedeu-se à reformulação do Dossier do Processo de Criação do ISFET para adequá-lo à nova realidade, o que implicou refazer toda a estrutura curricular bem como o plano económico e financeiro para os seis primeiros anos de actividade da IES.

## **2.7. Fortalecimento dos Mecanismos de Planificação e de Prestação de Contas**

### **Actividades Desenvolvidas**

Foram elaborados os relatórios de desempenho das actividades desenvolvidas pela AT em 2014 e perspectivas de acções para 2015 e os relatórios trimestrais e semestral do desempenho da AT em 2015; fez-se o

acompanhamento do ponto de situação dos principais indicadores de desempenho – 2014, aliados ao Plano Estratégico (PE) 2011-2014.

De 9 a 24 de Março de 2015, teve lugar uma missão do FMI, no âmbito da avaliação do Sistema de Administração Tributária de Moçambique, utilizando a ferramenta diagnóstica de avaliação da Administração Tributária (TADAT), com diversos sectores da AT, onde foram levantadas várias questões nas diversas áreas de desempenho, que foram respondidas durante o decurso da avaliação.

Foi ainda elaborada a proposta do PE da AT para o período 2015-2019, que seguiu a orientação da Exma. Presidente da AT e apreciado em CST, que inclui ainda as questões levantadas na avaliação do TADAT, tendo ficado por se aprimorar os principais indicadores aliados ao PE 2015-2019. No contexto da Reunião Nacional de Planificação realizada em Dezembro do ano em análise, foi iniciada a elaboração do Plano de Actividades e Orçamento Anual (PAOA) 2016, cuja conclusão ficou prevista para meados de Janeiro de 2016, altura em que será aprovado pelo CST, de acordo com as decisões saídas da referida Reunião.

Procedeu-se também à coordenação da sistematização de informação para a elaboração de diversos documentos e relatórios de avaliação de desempenho do Governo, em resposta às solicitações efectuadas pelo Ministério da Economia e Finanças, nomeadamente:

- Acções para o PQG 2015-2019;
- Acções para o PES 2015 e balanço do PES de 2014, trimestral e semestral das acções da AT contidas no PES 2015;
- Proposta de Indicadores do QAD (Quadro de Avaliação de Desempenho) 2016-2018;
- Matriz das principais realizações da AT em 2015
- Grandes eventos a serem realizados na AT de dimensão nacional e internacional em 2016.

Foram sistematizadas as respostas às questões levantadas pela Comissão do Plano e Orçamento da Assembleia da República que, durante o mês de Julho, visitou a AT para se inteirar dos progressos e desafios da instituição no quadro da implementação do PQG 2015-2019.

Com vista à materialização das actividades constantes do PQA 2015, foram submetidos ao GPECI, pelos diferentes sectores da AT, 123 projectos, tendo sido analisados e autorizado o financiamento de 101 projectos, indeferido 1, devolvido 1 para reapreciação e reavaliação de custos e devolvidos 20 por insuficiência de recursos financeiros. Do número dos autorizados 5 correspondem aos projectos aprovados em 2014, e a sua implementação ocorreu no ano de 2015.

No âmbito da divulgação dos instrumentos de gestão da AT, foi elaborado e aprovado o projecto para a disseminação em todas as Regiões e Delegações Provinciais, para o alinhamento dos planos operacionais em relação ao PE 2015-2019 e PQA-2015, tendo sido realizados seminários na Região Centro, e como medida de racionalização de custos, foi recomendado a nível do Colectivo de Direcção, o uso de outros meios de divulgação disponíveis na Instituição.

## **Constrangimentos**

O grande constrangimento é a insuficiência de recursos humanos no sector para dar vazão às inúmeras solicitações que recaem neste sector e a prevalência, por parte de alguns sectores, do não cumprimento da solicitação efectuada nas comunicações de despacho, referente a submissão de relatórios de prestação de contas dos projectos autorizados e o envio tardio da informação para a elaboração dos relatórios periódicos de desempenho das actividades da AT.

## 2.8. Gestão do Orçamento

Para a realização das actividades em 2015, foi alocada uma dotação orçamental disponível e actualizada de 5.262,35 milhões de MT, dos quais 4.772,71 milhões de MT correspondente ao total de recursos internos e 489,64 milhões de MT recursos externos - Fundo Comum, tendo sido executado até ao final de Dezembro o montante de 4.782,90 milhões de MT, correspondendo a uma execução de 90,89% face a dotação disponível actualizada, sendo 3.935,45 milhões de MT em despesas de funcionamento e 847,45 milhões de MT em despesas de investimento distribuídos em 596,53 milhões de MT provenientes de fundos internos e 251,92 milhões de MT com recurso a fundos externos, conforme a tabela 36 e gráfico 8.

Comparativamente a igual período de 2014, esta execução teve um decréscimo de 6,72%, tendo em conta a redução verificada nos recursos alocados à maior parte das rubricas, com destaque para os “Bens e Serviços e às “Despesas de Investimento”, conforme os dados da tabela 36.

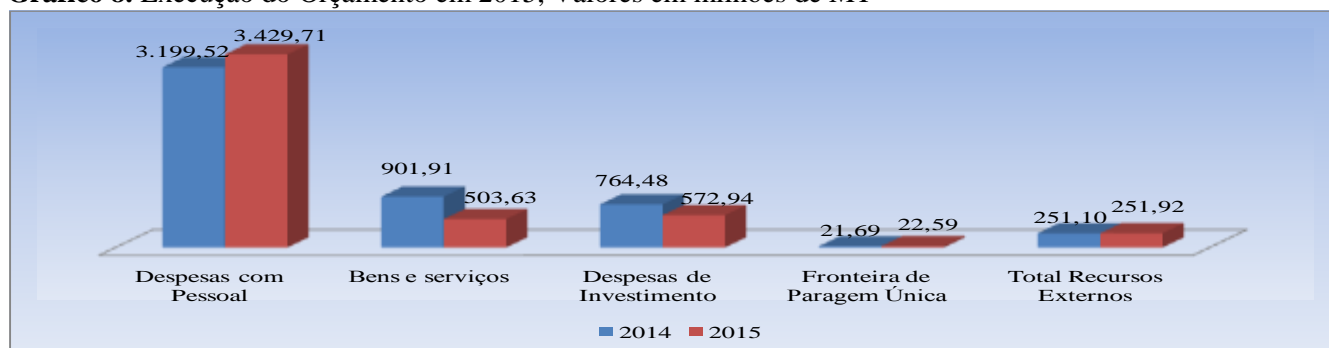
**Tabela 36-** Balancete de Execução do Orçamento em 2015

*Unidades em 10<sup>6</sup>MT*

Class.	Descrição	Execução Anual 2014	Dotação Orçamental	Dotação Disponível	Dotação Actualizada	Execução Anual 2015	Saldo	Despesa em %	Cresc. Nominal	Estrutura
110000	Despesas com Pessoal	3.199,52	3.249,80	2.763,46	3.444,28	3.429,71	14,57	99,58%	7,19%	76,44%
120	Bens e Serviços	901,91	477,06	445,82	507,88	503,63	4,26	99,16%	-44,16%	11,22%
14	Transferência	2,29	2,43	2,33	2,27	2,11	0,15	93,20%	-7,77%	0,05%
21	Disp. Investimento	764,48	677,49	640,57	789,25	572,94	216,31	72,59%	-25,06%	12,77%
	Fronteira de Paragem Única	21,69	80,09	72,08	29,03	22,59	6,44	77,82%	4,17%	0,50%
	<b>Total de Recursos Internos</b>	<b>4.889,89</b>	<b>4.486,87</b>	<b>3.924,26</b>	<b>4.772,71</b>	<b>4.530,98</b>	<b>241,72</b>	<b>94,94%</b>	<b>-7,34%</b>	<b>100,98%</b>
	Total de Recursos Externos	251,10	489,64	489,64	489,64	251,92	237,72	51,45%	0,33%	
	<b>Total Geral</b>	<b>5.140,99</b>	<b>4.976,51</b>	<b>4.413,90</b>	<b>5.262,35</b>	<b>4.782,90</b>	<b>479,44</b>	<b>90,89%</b>	<b>-6,97%</b>	

Fonte: DGSC-DF

**Gráfico 8.** Execução do Orçamento em 2015, Valores em milhões de MT



### Salários e Remunerações

A despesa com salários e remunerações no período em causa foi de 3.411,78 milhões MT, equivalente a 99,64% em relação a dotação disponível. Tendo em conta que a execução média linear seria exactamente de 100,00%, conclui-se que este nível de execução é aceitável. De referir que durante o ano houve o pagamento do 13º vencimento no mês de Janeiro, cuja execução foi de 356,90 milhões de MT, registando-se o pico em termos de execução na rubrica. O mês de Julho foi o segundo mês com um nível de execução alto no montante de 305,61 milhões MT devido a inclusão do ajustamento salarial de 5% decretado pelo Governo.

### Demais despesas com o pessoal

A execução desta rubrica esteve na ordem de 17,94 milhões de MT correspondentes a 88,42%, sendo o saldo de 2,35 milhões de MT. Este montante inclui o pagamento de (parte) subsídio de assentamento aos gestores das diversas áreas que foram ao longo do ano movimentados de um ponto para o outro.

## **Bens e serviços**

Em termos acumulados, a execução nesta rubrica no ano de 2015, foi de 503,63 milhões de MT, equivalente a 99,16% da dotação disponível, sendo o saldo de 4,26 milhões de MT. No final do exercício concluiu-se que a execução nesta rubrica é aceitável. É necessário referir que a dotação orçamental atribuída nesta rubrica esteve aquém do desejado, o que resultou em despesas por pagar no exercício económico a seguir.

## **Despesas de Investimento**

No que respeita ao investimento interno sem incluir o PFPU, a execução atingiu, durante o exercício em análise o montante de 572,94 milhões de MT, o equivalente a 72,59% da dotação disponível, permanecendo em saldo o valor de 216,31 milhões de MT. Do montante executado, 361,71 milhões de MT foi em construções, 195,10 milhões de MT em outra maquinaria e equipamento e 16,14 milhões de MT em meios de transportes. O montante executado mostra-se abaixo do desejado, tendo em conta que o ideal seria de 100,00%, o que é justificado pela aprovação tardia do Orçamento o que comprometeu o lançamento dos concursos públicos e, conseqüentemente, o início tardio das obras.

## **Receitas próprias e consignadas**

### **Valores recebidos**

Para o exercício económico de 2015 transitou o montante total de 116,97 milhões MT. Durante o período em causa, foi recebido o montante total de 235,01 milhões de MT, referente a cobrança de receitas próprias e consignadas que adicionado ao saldo transitado totaliza 351,97 milhões de MT.

### **Execução**

Foi executado um valor total de 296,51 milhões de MT, dos quais 250,96 milhões de MT referem-se as receitas consignadas e os restantes 45,55 milhões MT a receitas próprias.

## **Projecto de Fronteira de Paragem Única (PFPU)**

No que diz respeito ao PFPU importa referir que a execução neste período foi de 22,60 milhões MT equivalente a 77,82% da dotação disponível, sendo o saldo de 6,44 milhões de MT. O montante executado está abaixo do desejado, tendo em conta que o ideal seria de 100,00%, o que é justificado também pela aprovação tardia do Orçamento que comprometeu o lançamento dos concursos públicos, e conseqüentemente o início tardio das obras.

## **Suporte à Reforma Tributária (Fundos externos-Fundo Comum)**

O Plano de Actividades e Orçamento (PAOA) 2015, apresentou-se com recursos externos num total de 489,64 milhões de MT, composto pelo saldo transitado do exercício de 2014 (229,91 milhões de MT) e por promessas dos Parceiros de Cooperação (259,74 milhões de MT), referentes ao ano em curso. Foi executado o montante de 251,72 milhões de MT, o equivalente a 51,38% da dotação orçamental e 94,06% da dotação disponível, sendo o saldo de 237,72 milhões de MT. O montante em causa foi gasto em despesas com a promoção da educação fiscal e popularização do imposto a nível nacional com vista ao alargamento da base tributária, na formação e/ou capacitação de funcionários da AT, na aquisição de material informático, spots publicitários entre outras.

## **Evolução da execução orçamental dos últimos três anos (2013 a 2015).**

Tendo em conta que o Orçamento aprovado nunca é suficiente, nota-se anualmente um acréscimo na dotação que provém de reforços orçamentais, como forma de garantir a execução de despesas previstas. Comparando a execução global dos três últimos anos pode-se notar que de 2013 para 2014, registou-se uma subida de cerca de 22,74% e de 2014 para 2015, um acréscimo de apenas 2,54% devido a exiguidade de fundos orçamentais, verificado em 2015. Esta tendência deveu-se ao ajustamento de salários e a abertura de novos postos de cobrança de receita atendendo a necessidade de aquisição de mais bens e serviços.

### **2.9. Gestão do Património da AT**

#### **2.9.1. Concursos e Contratos**

Durante o exercício económico findo, foram celebrados a nível nacional 512 contratos (227 para fornecimento de bens, 155 de prestação de serviços, 55 arrendamento, 22 de empreitada de obras e inclui os 53 contratos de adesão, efectuadas 154 contratações por ajuste directo e lançados e 351 Concursos.

#### **2.9.2. Parque Imobiliário e Mobiliário da AT**

##### **Imóveis**

Até 31 de Dezembro de 2015 a AT possuía 484 imóveis, sendo 89 arrendados e 395 edifícios próprios, assim discriminados: 11 complexos residenciais, 205 residências, 31 postos fronteiriços, 18 terminais, 147 escritórios, 47 postos de cobrança, 25 DAF. Registou-se uma redução em relação ao ano transacto que situava-se em 506 imóveis, motivada pela construção de instalações próprias e conseqüente redução do número de arrendamentos.

##### **Construções e Reabilitações**

Até ao final de 2015, foram concluídas 32 obras sendo, 16 DAF's/Postos Fiscais e de Cobrança (1 Maputo-Cidade, 2 em Sofala, 3 em Tete, 7 em Zambézia, 1 em Nampula e 2 em Cabo Delgado), 6 Residências (1 em Maputo-Província e 5 na Zambézia) e 10 Escritórios (1 em Maputo – Cidade, 2 em Inhambane, 2 em Sofala, 2 em Manica, 2 em Tete e em 1 Cabo- Delgado). Importa referir que transitaram para o ano 2016, 16 obras, sendo 14 postos fiscais e de cobrança (1 em Maputo-Província, 3 em Sofala, 1 em Manica, 1 em Tete, 1 na Zambézia, 5 em Nampula, 1 em Niassa e 2 em Cabo Delgado) e 2 UGC's (Sofala e Tete).

Ainda no período em análise foram inaugurados 5 Postos Fiscais e de Cobrança e 7 Escritórios (1 em Inhambane, 2 em Sofala, 2 em Manica, 1 em Tete e 1 em Cabo Delgado).

Deu-se continuidade da obra do ISFET que iniciou em 2014 prevendo-se a sua conclusão em 2016. A obra é composta por: (i) 1 Bloco Administrativo; (ii) 4 Blocos de Sala de Aulas; (iii) 6 Blocos de Dormitórios; (iv) 1 Pavilhão Desportivo; (v) Residências; e, (vi) Parque de estacionamento.

##### **Transportes**

Até ao final do mês de Dezembro de 2015, a AT contava com 668 viaturas, das quais: 215 na sede, 143 na Região Sul, 185 na Região Centro, 125 na Região Norte. Destas viaturas 95 são turismos, 87 são motorizadas, 292 de cabine dupla, 156 de cabine simples, 18 station Wagon e 20 viaturas pesadas diversas. Deste número, foram arroladas para o abate 121 viaturas e 36 motorizadas.



## 2.10. Gestão documental na AT

Durante o período de Janeiro a Dezembro, a Secretaria Geral como unidade de gestão do expediente na AT, tramitou um total de 2.014 processos, que foram devidamente encaminhados para os respectivos destinatários. Contudo, salienta-se que algumas unidades orgânicas, não têm encaminhado o expediente a Secretaria Geral e dos que encaminham não se tem verificado o respectivo retorno do expediente para efeitos de baixa.

### Área de Arquivos

No período em análise foram realizadas acções diversas com destaque para as seguintes:

- A finalização do processo de transferência de documentos no Arquivo Especializado do 8º andar para o rés- do- chão, no edifício novo da AT, ora em funcionamento;
- Implantação do Arquivo Especializado da AT no novo edifício, albergando documentos classificados dos órgãos central e,
- Transferência do arquivo da Terminal Internacional Rodoviário (TIRO), devido ao seu encerramento para as instalações dos Correios de Moçambique.

Relativamente a implementação do Projecto de monitoria da organização dos arquivos correntes e intermediários e divulgação do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade das Actividades da AT, o mesmo está em curso prevendo-se a sua conclusão, em meados do 1º trimestre. Nesse contexto, foram visitadas as seguintes unidades orgânicas: Delegação da AT de Maputo Província, os Serviços Provinciais de Alfândega de Maputo, DAF da Matola, Delegação Aduaneira de Namaacha, Posto de Cobrança da Namaacha, Delegação Aduaneira de Ressano Garcia-Fronteira de Paragem Única e Terminal Internacional de Carga e Turística.

No âmbito de parcerias/intercâmbios com outras instituições e para o aprimoramento das capacidades técnicas dos funcionários e em representação da AT, a Secretaria Geral, participou:

- No Iº, IIº e IIIº Fórum de Chefes de Secretaria e Coordenadores das Comissões de Avaliação de Documentos, organizados pelo Centro Nacional de Documentação e Informação de Moçambique (CEDIMO), tutelado pelo Ministério de Administração Estatal e Função Pública;
- No diálogo Africano sobre Impostos que decorreu em Maputo entre os dias 16 e 17/11/2015, tendo sido organizada uma exposição constituída por diversos materiais produzidos na AT que ilustram as actividades e o desempenho da instituição;
- Na exposição na Conferência Nacional Sobre Inovações e Boas Prática na Administração Pública que decorreu no Centro Internacional de Conferências Joaquim Alberto Chissano entre os dias 29 e 30 de Novembro e que serviu como plataforma para a troca de experiência entre as várias instituições Públicas que participaram do evento,
- Apresentação da experiência da AT na Gestão de documentação e arquivos, no Ministério da Administração Estatal e Função Pública, no dia 17/12/2015, para partilha de experiências.

Na esfera internacional, a AT, através da Secretaria Geral, participou em 2015 na XXIII Conferência Bi-Anual do Conselho Internacional de Arquivos para a África Austral e Oriental (ESARBICA), realizada em Vitória Falls – Zimbabue.

### Área de Bibliotecas

Na Autoridade Tributária de Moçambique existiam, até ao final do período, 08 bibliotecas e um total de 14.841 obras e 280 discos compactos contendo legislação moçambicana, sendo que, 909 livros e petrechos foram encaminhados para as bibliotecas de Cabo Delgado e Niassa, que até ao final do período aguardavam pela inauguração prevista para

o I trimestre de 2016 o remanescente foi distribuído pelas 08 bibliotecas existentes em todas as Delegações Provinciais da AT.

**Tabela 37: Livros existentes por Bibliotecas**

Descrição	Bibliotecas										Total
	Central	IFPFT Sede	Inhambane	Beira	Manica	Tete	Quelimane	Nacala	Lichinga	Pemba	
Livros Existentes	3.330	1.890	1.197	1.789	962	1.538	1.220	2.006	455	454	<b>14.841</b>
CD's com BR 1975 a 2012	35	35	35	35	35	35	35	35			<b>280</b>
<b>Total Geral de Obras</b>											<b>15.121</b>

Fonte: DIDOT

Relativamente ao processo de empréstimo de livros é de referir que durante o ano de 2015 foram registados 5.729 empréstimos, conforme a tabela 38, onde se verificou um nível elevado de consulta das obras no domicílio, com destaque para a biblioteca central.

**Tabela 38: Empréstimos de Livros em 2014**

Descrição	Central	IFPFT Sede	Inhambane	Beira	Manica	Tete	Quelimane	Nacala	Lichinga	Pemba	Total
Empréstimo 2014	1.987	320	258	615	379	270	295	315	0	0	4.439
<b>Empréstimo 2015</b>	<b>2.125</b>	<b>450</b>	<b>360</b>	<b>784</b>	<b>579</b>	<b>420</b>	<b>521</b>	<b>490</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5.729</b>
<b>Crescimento Nominal</b>	<b>6,95%</b>	<b>40,63%</b>	<b>39,53%</b>	<b>27,48%</b>	<b>52,77%</b>	<b>55,56%</b>	<b>76,61%</b>	<b>55,56%</b>			<b>29,06%</b>

Fonte: DIDOT

### 3. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA PROMOÇÃO DA ÉTICA E INTEGRIDADE INSTITUCIONAIS

#### 3.1. Implementação da estratégia da ética e integridade institucionais

##### Inspecções Administrativas

Foram realizadas inspecções em 37 das 50 unidades orgânicas planificadas a nível dos órgãos centrais e regionais, das quais 3 dos órgãos centrais e 34 dos órgãos regionais, tendo tido um grau de realização na ordem de 74%. A nível central as inspecções tiveram lugar na Direcção Geral dos Serviços Comuns (DGSC) nomeadamente, Direcção de Logística e Infra-estruturas, Direcção dos Recursos Humanos e Direcção de Formação.

Foram inspeccionadas 3 unidades da DGSC com excepção da Direcção de Finanças devido à presença de outras equipas de auditorias do Tribunal Administrativo (TA) e Inspecção Geral de Finanças (IGF) e as da DGI. Estes trabalhos, transitaram para o ano 2016. As inspecções visavam a verificação do cumprimento das normas de funcionamento dos Serviços da Administração Pública, aprovado pelo Decreto n° 30/2001, de 15 de Outubro, e outros dispositivos legais relacionados. Do trabalho feito, foram constatados alguns aspectos de incumprimento das normas atrás referidas podendo se destacar a falta de cumprimento dos prazos na tramitação do expediente por excederem os prazos preconizados no artigo 58, do supracitado Decreto.

A nível dos órgãos regionais, foram inspeccionadas 34 unidades orgânicas das regiões Sul, Centro e Norte, tendo sido 10 da Delegação da Cidade de Maputo, 5 da Província de Maputo, 4 de Gaza, 2 de Inhambane, 3 de Manica, 7 da Zambézia e 3 de Cabo Delgado representando um grau de realização de 100%. Do trabalho realizado, foram várias as constatações identificadas, podendo se destacar a falta de pessoal técnico formado em Contabilidade nas diversas DAF's, o que tem dificultado a análise de processos de contas e consequentemente, fraca capacidade de recuperação de receita na posse dos sujeitos passivos e a existência de dívidas avultadas nas Delegações Provinciais da AT, facto que tem dificultado a realização de algumas acções. Parte dessas dívidas resultaram da implementação dos Projectos Financiados pelo Fundo Comum controlados a nível central, pela Direcção de Finanças.

## **Acções de Inspeções Técnicas, Auditorias Internas e monitorias**

No período em análise, das 50 acções programadas, foram realizadas 36 sendo que 10 realizadas pela Direcção de Controlo, Inspeção e Auditoria, 13 pela Divisão do Controlo Interno da Região Sul, 8 pela Divisão do Controlo Interno da Região Centro e 5 pela Divisão do Controlo Interno da Região Norte, o que corresponde a um grau de realização de 72,00%.

As 14 acções remanescentes correspondentes a 28% não foram realizadas, devido ao envolvimento dos técnicos na formação em sistemas (PHC de gestão de Recursos Humanos e de contratos) e em modelos de gestão de orçamento. No entanto, foram realizadas 16 acções de inspeções/auditorias fora do plano, que adicionadas às trinta e 36 programadas, perfazem 52 o que corresponde a um grau de realização de 104,00%.

No âmbito da monitoria de procedimentos de recolha, contabilização, controlo e transferência da receita para CUT tinham sido programadas 43 acções e realizadas 32, sendo 5 pela Direcção de Controlo, Inspeção e Auditoria; 2 pela Divisão do Controlo Interno da Região Sul; 3 pela Divisão do Controlo Interno da Região Centro e 22 pela Divisão do Controlo Interno da Região Norte, o que corresponde a um grau de realização de 74,42%.

## **Controlo das Auditorias e Fiscalizações Tributárias**

Foram realizadas várias actividades, no que concerne ao controlo das Auditorias e Fiscalizações Tributárias, sendo de destacar a visita às unidades operacionais de Maputo, 1º e 2º Bairros, Maputo Província - DAF da Matola; Cabo Delgado - DAF de Pemba, Província de Nampula - DAF de Nacala, DAF de Nampula e UGC de Nampula onde foi apurado o imposto em IRPC não notificado de 7,66 milhões de MT na DAF do 1º Bairro de Maputo; 29,74 milhões de MT, na DAF da Matola, 9,76 milhões de MT, na DAF do 2º Bairro e 280,25 milhões de MT na DAF de Pemba.

## **Controlo do Contencioso Fiscal**

Foram analisados alguns relatórios de Auditoria e Fiscalização de algumas unidades seleccionadas, cruzados com a informação fornecida pelo sistema SICR, tendo sido constatada a deficiente fiscalização tributária externa que resulta no fraco levantamento de autos de notícias e respectivos processos e notificação aos transgressores; deficiente análise e tratamento das declarações periódicas em sede de IVA, IRPC e IRPS; deficiente análise e tratamento de processos de contas - Informação contabilística e fiscal e a existência de notificações de transgressões cujos autos de notícias não foram levantados. Foi recomendada a criação de núcleos de fiscalização tributária, análise das declarações periódicas em sede de IVA, IRPC e IRPS e o levantamento de autos de notícias, bem fundamentados, e que se enviem ao contencioso tributário para o devido registo no livro apropriado.

## **Tratamento de DCAT's**

Foram analisados os DCAT's recebidos das unidades orgânicas e produzidas informações sobre as constatações neles contidos das quais se destacam: falta de notificações de alguns processos ou notificações aos contribuintes, da prestação tributária, sem que, se notifique da respectiva multa; existência de dívidas tributárias no sector do contencioso fiscal, cujo prazo de cobrança, tenha caducado e não foram relaxadas para o Juízo de Execução Fiscal; egradação de multas que excedem o limite da pena máxima, prevista nos nºs 1,2,3 e 4, do artigo 13º do Regime Geral das Infracções Tributárias - RGIT, aprovado pelo Decreto nº 46/2002 de 26 de Dezembro. Face a estas constatações apuradas recomendou-se às DAF's para notificarem os contribuintes sobre todos os processos instaurados da prestação tributária e respectiva multa; relaxar para o Juízo das Execuções Fiscais, todos os processos cuja cobrança excedeu o prazo de vigência; e observância dos limites máximos da gradação de multa, conforme o previsto no RGIT.

## **Controlo dos Benefícios Fiscais**

Com vista ao controlo de benefícios fiscais foi recebida da Direcção de Controlo da Cobrança, Cadastro e Benefícios Fiscais, 511 projectos de investimento aprovados, em 2014, distribuídos pelas Direcções de Áreas Fiscais. Da análise feita, constatou-se que 22 titulares dos projectos de investimento não entregaram a declaração M/22 e M/10 de IRPC/IRPS e 51 não entregaram o M/1 Benefícios Fiscais.

Neste âmbito foram recomendadas as DAF's respectivas para solicitar à entidade competente a suspensão automática dos benefícios fiscais e pagamento integral dos impostos devidos no exercício fiscal subsequente, nos termos do nº 2 do artigo 14º, do Regulamento do Código de Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto nº 56/2009, de 7 de Outubro; e a notificação dos faltosos da entrega das declarações, para pagamento da multa, nos termos do nº 1, do artigo 26º, do RGIT.

A Inspeção Geral de Finanças efectuou uma inspecção às DAF's de Gurué e Mocuba no segundo semestre de 2015 e coube ao GCI a verificação do cumprimento das recomendações dadas.

Das constatações feitas, a DAF de Gurué tem a recuperar cerca de 4.326,81 milhões de MT resultante de impostos, multas e juros de mora, enquanto a DAF de Mocuba deverá recuperar 1.008,17 milhões de MT. As duas unidades em referência foram concedidas prazo até 31 de Dezembro de 2015 para regularizar todas as situações que ainda prevaleciam.

## **Controlo de Auditorias Pós-Desembaraço**

### **Controlo da Execução do Plano de Auditorias Pós-Desembaraço**

Foram recebidos da Divisão de Auditoria Pós-Desembaraço os relatórios de actividades de 2014 e do plano de auditorias para 2015, tendo-se constatado, o incremento no número de auditorias, de 280 em 2014 para 500 em 2015, tendo sido realizadas 461 auditorias equivalentes a uma grau de realização de 60,70%, sendo que, as 37 remanescentes não foram realizadas devido a não localização das empresas.

### **Controlo da Legalidade e dos Procedimentos nas Auditorias**

De um total de 89 relatórios de auditorias pós-desembaraço recebidos, referentes aos anos de 2013, 2014 e 2015, foram analisados 40 o equivalente a 45,00%. Destas auditorias foi recuperada receita no valor de 11.152,69 milhões de MT, como resultado de irregularidades de subfacturação, classificação pautal das mercadorias incorrecta, não declaração de algumas despesas no valor aduaneiro, declaração de fretes abaixo dos estipulados, entre outras.

O grau de realização em 45,00% deveu-se à exiguidade de pessoal, pois a Divisão funcionou, de Janeiro a Junho, sem nenhum técnico, tendo sido afecto um em Julho. Este facto inviabilizou igualmente as visitas a algumas estâncias aduaneiras.

### **Promoção da Ética e Integridade**

Foram realizadas acções de monitoria, avaliação e sensibilização dos funcionários em matérias de Ética e Integridade, nas delegações provinciais de Cabo Delgado, Nampula, Manica e Zambézia. Foi igualmente lançado um inquérito em todas as unidades orgânicas destas delegações, o qual foi respondido por 469 funcionários, incluindo gestores e chefes das respectivas unidades orgânicas, sendo que, uma das questões colocadas foi a avaliação da adequacidade do código de conduta em vigor, tendo em conta os desafios de integridade. Do total dos inquiridos, 96,00% mostraram-se satisfeitos com o instrumento por considerá-lo

adequado e oportuno, 93,60% dos inqueridos consideram que o código de conduta foi escrito de forma clara e perceptível.

No concernente ao papel dos gestores na promoção da integridade dos funcionários, os inquiridos na sua maior parte, consideraram que os gestores têm feito a réplica necessária nos seus sectores e tem havido alertas constantes sobre os perigos e consequências da prática da corrupção.

No que tange à redução de casos de corrupção, importa referir que nos últimos 5 anos notou-se uma relativa redução, de acordo com os inquéritos realizados e, considera-se que a sensibilização deve continuar a ser a melhor forma de combate às manifestações do flagelo na AT. Em termos gerais, os funcionários inquiridos são unânimes em concluir que:

- O Código de Conduta foi bem elaborado, devendo apenas alinhar em alguns aspectos com a Lei de Probidade Pública;
- Há necessidades dar continuidade às sessões de sensibilização por forma a imprimir outra dinâmica na performance dos técnicos;
- A falta de rotação do pessoal na AT e falta de apoio logístico nas zonas recônditas, podem perigar o funcionamento da instituição comprometendo os princípios ético-deontológicos,

### **Workshops sobre os Procedimentos Disciplinares**

Foram realizados a nível nacional 10 palestras sobre os procedimentos disciplinares em todas as delegações provinciais da AT, nomeadamente Pemba, Lichinga, Nampula, Quelimane, Tete, Chimoio, Beira, Inhambane, Xai-Xai e Maputo (IFPFT), cujo objectivo era dotar os funcionários em matérias de instrução de processos disciplinar. Participaram nas palestras 359 funcionários, sendo 16 em Pemba, 19 em Lichinga, 49 em Nampula, 40 em Quelimane, 66 em Tete, 40 em Chimoio, 25 na Beira, 20 em Inhambane, 24 em Xai-Xai e 60 em Maputo.

### **3.2. Implementação e operacionalização do Modelo de Análise e Gestão sistemática de Risco na AT**

Durante o ano em referência, foram desenvolvidas várias actividades ligadas a sua área de acção, com o objectivo de analisar e interpretar informações diversas recolhidas sobre fraudes fiscais e aduaneiras, com vista a desenvolver perfis/padrões de risco que auxiliem os gestores por forma a garantir uma análise e gestão sistemática do risco em todos os sectores da AT. Neste trabalho destaca-se:

- Produção de 28 pacotes de inteligência, correspondentes a 77,70% do desempenho, dos quais 13 foram enviados à diferentes áreas operacionais para o devido tratamento, tendo em conta as situações reportadas. Os pacotes tratados apresentaram um potencial de 482.740,28 milhões de MT, de receita por recuperar para os cofres do Estado, cifra que representa o montante global desviado através de esquemas de sonegação de Impostos Internos, com destaque para as inexactidões nas declarações apresentadas por Despachantes Aduaneiros (cerca de 175.000,00 milhões de MT, em dívida);
- Constatação de irregularidades relativas à subfacturações ou desvio total de valores destinados ao pagamento das imposições aduaneiras nas importações de mercadorias, desvio de cheques para pagamento de imposto na Unidade de Grandes Contribuintes cujos valores ascendem a 190.000,00 milhões de MT.
- Tratamento e finalização do caso MX (referente ao pagamento de serviços não realizados de fornecimento de computadores a AT- simulação de transacção). Este processo foi enviado a PGR-GCCC para os devidos efeitos.

## **Irregularidades do Pessoal e Controlo de Processos**

Foi feita análise e controlo de diferentes processos disciplinares, de inquérito e outras petições e reclamações, como a seguir se demonstra:

### **Processos disciplinares e de Inquérito**

Do levantamento feito dos PD's e PInqs instruídos em vários sectores da AT, foram registados a nível nacional 15 Processos Disciplinares (PD's). Dos 38 transitados de 2014 foram concluídos 34. Em relação aos processos de Inquéritos (Pinq), foram registados a nível nacional 30, transitados 20 e concluídos 33. Das irregularidades cometidas, as que mais se destacam são a de falta de seguimento dos procedimentos de desembaraço de mercadorias e viaturas, falsificação de documentos, incumprimento de Ordens de Serviço, negligência no trabalho, mau atendimento ao público, faltas injustificadas, embriaguez, entre outras.

No que diz respeito às penas propostas nos processos supra, a pena mais grave proposta, foi a de demissão embora o destaque em termos numéricos incida sobre a pena de despromoção.

### **Processos enviados à PGR/GCCC**

Do total dos Processos de Inquéritos instaurados, foi igualmente enviado à PGR, 1 processo para efeitos de procedimento criminal, que culminou com a detenção de um cidadão indiciado no caso.

### **Recursos hierárquicos/pareceres/denúncias e outras petições**

Foram reverificados 19 Processos disciplinares, incluindo recursos hierárquicos, produzidos 23 pareceres relativos à recursos hierárquicos e processos disciplinares já concluídos.

Em contrapartida, foram recebidas 5 denúncias através da Central de Atendimento ou Linha do Cliente 1266, com o destaque para o reporte de desvio de fundos no Distrito de Macossa em Manica por um funcionário da DAF de Chimoio, no valor de 391.250,00MT referente a guia de pagamento emitida pelos serviços distritais de actividades económicas daquele posto.

Relativamente a esta denúncia, a mesma foi objecto de processo de inquérito, estando em curso o respectivo processo disciplinar contra o funcionário visado. Refira-se ainda que duas das denúncias acima mencionadas ainda não foram esclarecidas.

Durante o período em análise o GCI recebeu 3 Processos Disciplinares para produzir parecer e recurso hierárquico, atinentes aos processos disciplinares.

### **Monitoria e supervisão das actividades dos Agentes e dos Supervisores do Controlo Interno (ACI e SCI)**

Efectuou-se a análise dos relatórios dos Supervisores do Controlo Interno (SCI) a nível de todas as regiões que culminou com a sistematização das diversas constatações e respectivas recomendações, com vista a facilitar a acção de supervisão durante as visitas de controlo.

Para garantir o melhor cumprimento das recomendações, foram feitas notas para as unidades orgânicas acompanhadas das respectivas constatações, recomendações e prazos para a sua correcção.

### **Capacitação sobre elaboração de perfil de gestão e de controlo do risco**

Com o objectivo de dotar os funcionários da AT em conhecimentos sobre a elaboração de perfil de gestão e de controlo do risco, a nível das regiões foram levadas a cabo acções de formação, abrangendo um total de 27 unidades orgânicas.

## 4. ÓRGÃOS COLEGIAIS

### Conselho da Fiscalidade

De Janeiro a Dezembro de 2015, foram realizadas as acções de seguimento e actualização das acções iniciadas em 2014, tendo sido igualmente desenvolvidas diversas actividades, destacando-se:

- 1- Acompanhamento e participação nas actividades realizadas pelas Comissões das Áreas Especializadas do Conselho da Fiscalidade (CAE-CF's);
- 2- Monitoria do progresso e balanço das recomendações da XI Sessão do Conselho da Fiscalidade;
- 3- Visita de aproximação aos Peritos de Reconhecido Mérito, como membros permanentes do Conselho de Fiscalidade e interacção documental com os mesmos para assegurar comunicação constante;
- 4- Actualização da base de dados do SECF;
- 5- Elaboração e submissão do Projecto para a divulgação do Conselho da Fiscalidade e do Secretariado Executivo do Conselho da Fiscalidade a nível nacional, incluindo a respectiva estratégia de divulgação, bem como para a realização de um Fórum Nacional;
- 6- Publicação no Suplemento do Conselho da Fiscalidade no Boletim Tributário da AT, de matérias como entrevistas aos Peritos de reconhecido mérito, artigos de opinião sobre assuntos fiscais, e artigos sobre actividades desenvolvidas pelo SECF;
- 7- Realização de 14 sessões de divulgação do CF e SECF a nível nacional, sendo:
  - 4 sessões de divulgações na Região Centro (Províncias de Manica, Zambézia, Sofala e Tete);
  - 3 sessões de divulgações na Região Norte (Províncias de Niassa, Nampula e Cabo Delgado)
  - 7 sessões de divulgação em Maputo, em coordenação com o Gabinete de Comunicação e Imagem.

### 5. Perspectivas para 2016:

Constituem perspectivas para 2016 as seguintes:

- Realizar a XII e XIII Sessões do Conselho da Fiscalidade;
- Arrecadar receitas em tributos internos e externos o montante de 184.239,66 milhões de MT, dos quais 117,285,98 milhões de MT de impostos internos;
- Aumentar o número de trabalhos de auditoria e fiscalização tributária, incluindo a fiscalização de mercadorias em circulação;
- Incrementar a receita dos grandes contribuintes;
- Expandir o pagamento via banco, incluindo a integração de outros bancos que assinaram o acordo de adesão;
- Intensificar as acções conjuntas do Secretariado Executivo com as Comissões das Áreas Especializadas do Conselho da Fiscalidade (CAEF's);e
- Propor e implementar uma nova modalidade para selecção dos peritos de reconhecido mérito, passando a ser por via de concurso público anual.

## 6. ANEXOS

## Anexo I. - Desempenho periódico da AT no âmbito da cobrança de receitas, por área operativa

Descrição	IMPOSTOS INTERNOS				ALFÂNDEGAS				TOTAL AT			
	Meta	Cobrança	Grau de Realiz.	% PIB	Meta	Cobrança	Grau de Realiz.	% PIB	Meta	Cobrança	Grau de Realiz.	% PIB
<b>Cidade de Maputo</b>	<b>83.772,19</b>	<b>82.525,63</b>	<b>98,51%</b>	<b>13,88%</b>	<b>34.834,40</b>	<b>34.259,86</b>	<b>98,35%</b>	<b>5,76%</b>	<b>118.606,58</b>	<b>116.785,50</b>	<b>98,46%</b>	<b>19,64%</b>
UGC Maputo	54.260,71	54.331,63	100,13%	9,14%					54.260,71	54.331,63	100,13%	9,14%
Maputo - 1	26.809,11	25.189,35	93,96%	4,24%	34.834,40	34.259,86	98,35%	5,76%	61.643,50	59.449,22	96,44%	10,00%
Maputo - 2	2.623,46	2.920,90	111,34%	0,49%					2.623,46	2.920,90	111,34%	0,49%
Juizo Maputo	78,91	83,75	106,14%	0,01%					78,91	83,75	106,14%	0,01%
<b>Provincia de Maputo</b>	<b>5.650,85</b>	<b>5.273,49</b>	<b>93,32%</b>	<b>0,89%</b>					<b>5.650,85</b>	<b>5.273,49</b>	<b>93,32%</b>	<b>0,89%</b>
UGC Matola	3.517,18	3.144,06	89,39%	0,53%					3.517,18	3.144,06	89,39%	0,53%
Matola	1.975,23	1.985,60	100,53%	0,33%					1.975,23	1.985,60	100,53%	0,33%
Manhiça	158,44	143,83	90,77%	0,02%					158,44	143,83	90,77%	0,02%
<b>Provincia de Gaza</b>	<b>759,13</b>	<b>733,37</b>	<b>96,61%</b>	<b>0,12%</b>	<b>29,95</b>	<b>14,89</b>	<b>49,72%</b>	<b>0,00%</b>	<b>789,08</b>	<b>748,25</b>	<b>94,83%</b>	<b>0,13%</b>
Xai - Xai	623,11	592,89	95,15%	0,10%	29,95	14,89	49,72%	0,00%	653,05	607,78	93,07%	0,10%
Chibuto	36,47	37,35	102,39%	0,01%					36,47	37,35	102,39%	0,01%
Chokwe	99,55	103,13	103,59%	0,02%					99,55	103,13	103,59%	0,02%
<b>Provincia de Inhambane</b>	<b>757,92</b>	<b>783,81</b>	<b>103,42%</b>	<b>0,13%</b>	<b>12,57</b>	<b>9,99</b>	<b>79,49%</b>	<b>0,00%</b>	<b>770,49</b>	<b>793,81</b>	<b>103,03%</b>	<b>0,13%</b>
Inhambane	592,12	571,73	96,56%	0,10%	7,99	5,30	66,31%	0,00%	600,11	577,03	96,15%	0,10%
Vilanculos	145,29	192,86	132,74%	0,03%	4,58	4,69	102,52%	0,00%	149,86	197,55	131,82%	0,03%
Quissico	20,51	19,22	93,72%	0,00%					20,51	19,22	93,72%	0,00%
Região Sul	90.940,08	89.316,30	98,21%	15,02%	34.876,91	34.284,75	98,30%	5,77%	125.817,00	123.601,05	98,24%	20,79%
<b>Provincia de Sofala</b>	<b>4.067,37</b>	<b>4.302,59</b>	<b>105,78%</b>	<b>0,72%</b>	<b>7.396,00</b>	<b>6.868,34</b>	<b>92,87%</b>	<b>1,16%</b>	<b>11.463,37</b>	<b>11.170,93</b>	<b>97,45%</b>	<b>1,88%</b>
UGC Beira	1.921,17	2.034,45	105,90%	0,34%					1.921,17	2.034,45	105,90%	0,34%
Beira	1.849,76	1.947,18	105,27%	0,33%	7.396,00	6.868,34	92,87%	1,16%	9.245,76	8.815,52	95,35%	1,48%
Manga	285,36	309,24	108,37%	0,05%					285,36	309,24	108,37%	0,05%
Juizo Beira	11,07	11,73	105,92%	0,00%					11,07	11,73	105,92%	0,00%
<b>Provincia de Manica</b>	<b>995,56</b>	<b>1.040,48</b>	<b>104,51%</b>	<b>0,17%</b>	<b>894,72</b>	<b>583,86</b>	<b>65,26%</b>	<b>0,10%</b>	<b>1.890,28</b>	<b>1.624,34</b>	<b>85,93%</b>	<b>0,27%</b>
DAF Chimioio	995,56	1.040,48	104,51%	0,17%	894,72	583,86	65,26%	0,10%	1.890,28	1.624,34	85,93%	0,27%
<b>Provincia de Tete</b>	<b>4.770,20</b>	<b>4.872,02</b>	<b>102,13%</b>	<b>0,82%</b>	<b>1.955,27</b>	<b>1.689,09</b>	<b>86,39%</b>	<b>0,28%</b>	<b>6.725,47</b>	<b>6.561,11</b>	<b>97,56%</b>	<b>1,10%</b>
DAF Tete	4.770,20	4.872,02	102,13%	0,82%	1.955,27	1.689,09	86,39%	0,28%	6.725,47	6.561,11	97,56%	1,10%
<b>Provincia da Zambézia</b>	<b>1.032,79</b>	<b>1.138,62</b>	<b>110,25%</b>	<b>0,19%</b>	<b>388,27</b>	<b>430,48</b>	<b>110,87%</b>	<b>0,07%</b>	<b>1.421,06</b>	<b>1.569,10</b>	<b>110,42%</b>	<b>0,26%</b>
Quelimane	883,53	999,50	113,12%	0,17%	388,27	430,48	110,87%	0,07%	1.271,81	1.429,98	112,44%	0,24%
Mocuba	81,07	81,77	100,86%	0,01%					81,07	81,77	100,86%	0,01%
Gurue	68,19	57,36	84,12%	0,01%					68,19	57,36	84,12%	0,01%
Região Centro	10.865,91	11.353,71	104,49%	1,91%	10.634,26	9.571,77	90,01%	1,61%	21.500,18	20.925,48	97,33%	3,52%
<b>Provincia de Nampula</b>	<b>4.241,23</b>	<b>4.090,35</b>	<b>96,44%</b>	<b>0,69%</b>	<b>6.501,95</b>	<b>5.736,31</b>	<b>88,22%</b>	<b>0,96%</b>	<b>10.743,17</b>	<b>9.826,66</b>	<b>91,47%</b>	<b>1,65%</b>
UGC Nampula	1.225,19	1.159,40	94,63%	0,19%					1.225,19	1.159,40	94,63%	0,19%
Nampula	1.089,13	1.375,50	126,29%	0,23%	704,97	520,92	73,89%	0,09%	1.794,10	1.896,42	105,70%	0,32%
Nacala	1.900,59	1.534,22	80,72%	0,26%	5.796,98	5.215,40	89,97%	0,88%	7.697,56	6.749,62	87,69%	1,14%
Angoche	26,33	21,22	80,62%	0,00%					26,33	21,22	80,62%	0,00%
<b>Provincia de Cabo Delgado</b>	<b>1.380,63</b>	<b>1.569,86</b>	<b>113,71%</b>	<b>0,26%</b>	<b>633,73</b>	<b>684,66</b>	<b>108,04%</b>	<b>0,12%</b>	<b>2.014,37</b>	<b>2.254,53</b>	<b>111,92%</b>	<b>0,38%</b>
UGC Pemba	760,42	855,83	112,55%	0,14%					760,42	855,83	112,55%	0,14%
Pemba	514,96	555,55	107,88%	0,09%	617,07	668,34	108,31%	0,11%	1.132,03	1.223,89	108,11%	0,21%
Montepuez	83,30	133,80	160,62%	0,02%					83,30	133,80	160,62%	0,02%
Moc. Praia	21,96	24,68	112,41%	0,00%	16,67	16,33	97,95%	0,00%	38,63	41,01	106,17%	0,01%
<b>Provincia de Niassa</b>	<b>535,76</b>	<b>514,90</b>	<b>96,11%</b>	<b>0,09%</b>	<b>97,35</b>	<b>132,16</b>	<b>135,75%</b>	<b>0,02%</b>	<b>633,11</b>	<b>647,06</b>	<b>102,20%</b>	<b>0,11%</b>
Lichinga	495,39	479,36	96,76%	0,08%	61,32	50,01	81,55%	0,01%	556,71	529,36	95,09%	0,09%
Cuamba	40,37	35,55	88,06%	0,01%	36,03	82,15	228,00%	0,01%	76,40	117,70	154,06%	0,02%
Região Norte	6.157,61	6.175,11	100,28%	1,04%	7.233,03	6.553,13	90,60%	1,10%	13.390,65	12.728,25	95,05%	2,14%
<b>TOTAL</b>	<b>107.963,61</b>	<b>109.395,37</b>	<b>101,33%</b>	<b>18,40%</b>	<b>52.744,21</b>	<b>50.409,65</b>	<b>95,57%</b>	<b>8,48%</b>	<b>160.707,82</b>	<b>159.805,02</b>	<b>99,44%</b>	<b>26,87%</b>



## Anexo II - Registo periódico de NUITs por área operativa e acumulado desde 1999

DAF's	Registos de 2014			Prog. de Janero à Dezembro de 2015			Registos até 31 de Dezembro de 2015			Grau de Realização %			Acumulado de 1999 a 31 de Dezembro de 2015		
	Singul.	Colect.	Total	Singul.	Colect.	Total	Singul.	Colect.	Total	Singul.	Colect.	Total	Singul.	Colect.	Total
Lichinga	20.479	172	20.651	18.143	370	18.513	23.955	125	24.080	132,04%	33,76%	130,07%	117.275	892	118.167
Cuamba	9.944	37	9.981	6.707	137	6.844	11.037	30	11.067	164,55%	21,92%	161,70%	43.754	207	43.961
<b>Provincia de Niassa</b>	<b>30.423</b>	<b>209</b>	<b>30.632</b>	<b>24.850</b>	<b>507</b>	<b>25.357</b>	<b>34.992</b>	<b>155</b>	<b>35.147</b>	<b>140,81%</b>	<b>30,56%</b>	<b>138,61%</b>	<b>161.029</b>	<b>1.099</b>	<b>162.128</b>
Pemba	32.557	429	32.986	24.740	505	25.245	46.574	376	46.950	188,25%	74,47%	185,98%	166.815	2.383	169.198
Montepuez	6.760	129	6.889	7.477	153	7.630	6.119	42	6.161	81,84%	27,52%	80,75%	34.059	344	34.403
Mocímboa da Praia	14.734	124	14.858	10.721	219	10.940	28.257	80	28.337	263,57%	36,56%	259,03%	95.667	343	96.010
<b>Provincia C. Delgado</b>	<b>54.051</b>	<b>682</b>	<b>54.733</b>	<b>42.938</b>	<b>876</b>	<b>43.814</b>	<b>80.950</b>	<b>498</b>	<b>81.448</b>	<b>188,53%</b>	<b>56,83%</b>	<b>185,89%</b>	<b>296.541</b>	<b>3.070</b>	<b>299.611</b>
Nampula	36.709	424	37.133	44.312	904	45.217	88.258	560	88.818	199,17%	61,92%	196,43%	293.567	3.267	296.834
Angoche	5.616	131	5.747	2.698	55	2.753	6.401	150	6.551	237,22%	272,39%	237,93%	30.596	438	31.034
UGC Nampula	3	0	3	0	0	0	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%	102.793	1.319	104.112
Nacala	21.071	259	21.330	28.039	572	28.611	20.934	388	21.322	74,66%	67,81%	74,52%	21.009	517	21.526
<b>Provincia Nampula</b>	<b>63.399</b>	<b>814</b>	<b>64.213</b>	<b>75.049</b>	<b>1.532</b>	<b>76.581</b>	<b>115.593</b>	<b>1.098</b>	<b>116.691</b>	<b>154,02%</b>	<b>71,69%</b>	<b>152,38%</b>	<b>447.965</b>	<b>5.541</b>	<b>453.506</b>
<b>Total Regional Norte</b>	<b>147.873</b>	<b>1.705</b>	<b>149.578</b>	<b>142.837</b>	<b>2.915</b>	<b>145.752</b>	<b>231.535</b>	<b>1.751</b>	<b>233.286</b>	<b>162,10%</b>	<b>60,07%</b>	<b>160,06%</b>	<b>905.535</b>	<b>9.710</b>	<b>915.245</b>
Quelimane	19.042	468	19.510	36.880	753	37.633	28.667	351	29.018	77,73%	46,63%	77,11%	173.414	3.199	176.613
Gurué	6.491	93	6.584	5.777	118	5.895	7.832	193	8.025	135,57%	163,70%	136,13%	38.337	594	38.931
Mocuba	10.037	235	10.272	10.226	209	10.435	14.170	417	14.587	138,57%	199,82%	139,79%	64.683	1.034	65.717
<b>Provincia da Zambezia</b>	<b>35.570</b>	<b>796</b>	<b>36.366</b>	<b>52.883</b>	<b>1.079</b>	<b>53.963</b>	<b>50.669</b>	<b>961</b>	<b>51.630</b>	<b>95,81%</b>	<b>89,04%</b>	<b>95,30%</b>	<b>276.434</b>	<b>4.827</b>	<b>281.261</b>
<b>Prov. de Tete (DAF Tete)</b>	<b>35.115</b>	<b>453</b>	<b>35.568</b>	<b>43.740</b>	<b>893</b>	<b>44.633</b>	<b>36.558</b>	<b>440</b>	<b>36.998</b>	<b>83,58%</b>	<b>49,29%</b>	<b>82,89%</b>	<b>234.852</b>	<b>4.199</b>	<b>239.051</b>
<b>Prov. Manica (DAF Chimoio)</b>	<b>31.813</b>	<b>503</b>	<b>32.316</b>	<b>36.544</b>	<b>746</b>	<b>37.290</b>	<b>36.248</b>	<b>407</b>	<b>36.655</b>	<b>99,19%</b>	<b>54,57%</b>	<b>98,30%</b>	<b>211.510</b>	<b>3.099</b>	<b>214.609</b>
1º Bairro da Beira	35.261	739	36.000	27.381	559	27.940	35.434	495	35.929	129,41%	88,58%	128,59%	219.095	3.761	222.856
Manga	14.149	319	14.468	39.364	803	40.168	29.971	120	30.091	76,14%	14,94%	74,91%	164.167	1.543	165.710
UGC Beira	1	3	4	0	0	0	1	0	1	0,00%	0,00%	0,00%	36	187	223
<b>Provincia de Sofala</b>	<b>49.411</b>	<b>1.061</b>	<b>50.472</b>	<b>66.745</b>	<b>1.362</b>	<b>68.108</b>	<b>65.406</b>	<b>615</b>	<b>66.021</b>	<b>97,99%</b>	<b>45,15%</b>	<b>96,94%</b>	<b>383.298</b>	<b>5.491</b>	<b>388.789</b>
<b>Total Regional Centro</b>	<b>151.909</b>	<b>2.813</b>	<b>154.722</b>	<b>199.913</b>	<b>4.080</b>	<b>203.993</b>	<b>188.881</b>	<b>2.423</b>	<b>191.304</b>	<b>94,48%</b>	<b>59,39%</b>	<b>93,78%</b>	<b>1.106.094</b>	<b>17.616</b>	<b>1.123.710</b>
Inhambane	9.315	211	9.526	10.116	206	10.322	34.427	181	34.608	340,32%	87,67%	335,27%	94.667	1.793	96.460
Quissico	4.156	173	4.329	4.179	85	4.265	38.200	25	38.225	914,00%	29,31%	896,31%	57.819	398	58.217
Vilanculos	6.902	212	7.114	4.483	91	4.574	7.568	84	7.652	168,82%	91,82%	167,28%	41.406	1.152	42.558
Maxixe	8.450	152	8.602	9.346	191	9.537	25.687	68	25.755	274,84%	35,65%	270,05%	69.565	632	70.197
<b>Provincia de Inhambane</b>	<b>28.823</b>	<b>748</b>	<b>29.571</b>	<b>28.125</b>	<b>574</b>	<b>28.699</b>	<b>105.882</b>	<b>358</b>	<b>106.240</b>	<b>376,48%</b>	<b>62,37%</b>	<b>370,19%</b>	<b>263.457</b>	<b>3.975</b>	<b>267.432</b>
Xai-xai	30.770	120	30.890	14.514	296	14.810	23.327	101	23.428	160,72%	34,10%	158,19%	131.589	1.365	132.954
Chibuto	4.273	21	4.294	2.969	61	3.029	5.519	57	5.576	185,90%	94,08%	184,06%	21.642	198	21.840
Chokwé	8.703	83	8.786	8.247	168	8.415	9.408	95	9.503	114,08%	56,45%	112,93%	53.328	691	54.019
<b>Provincia de Gaza</b>	<b>43.746</b>	<b>224</b>	<b>43.970</b>	<b>25.730</b>	<b>525</b>	<b>26.255</b>	<b>38.254</b>	<b>253</b>	<b>38.507</b>	<b>148,68%</b>	<b>48,18%</b>	<b>146,67%</b>	<b>206.559</b>	<b>2.254</b>	<b>208.813</b>
Matola	48.172	814	48.986	63.958	1.305	65.263	95.131	901	96.032	148,74%	69,03%	147,15%	376.046	6.169	382.215
Magude	1.431	14	1.445	3.602	74	3.676	2.122	8	2.130	58,91%	10,88%	57,95%	13.871	89	13.960
Manhiça	7.157	38	7.195	10.116	206	10.322	9.637	36	9.673	95,27%	17,44%	93,71%	54.202	359	54.561
Machava	24.863	231	25.094	25.563	522	26.084	35.130	285	35.415	137,43%	54,63%	135,77%	171.264	1.437	172.701
<b>Provincia de Maputo</b>	<b>81.623</b>	<b>1.097</b>	<b>82.720</b>	<b>103.239</b>	<b>2.107</b>	<b>105.346</b>	<b>142.020</b>	<b>1.230</b>	<b>143.250</b>	<b>137,56%</b>	<b>58,38%</b>	<b>135,98%</b>	<b>615.383</b>	<b>8.054</b>	<b>623.437</b>
1º Bairro de Maputo	10.603	1.951	12.554	25.006	510	25.517	6.699	1.844	8.543	26,79%	361,33%	33,48%	117.806	18.667	136.473
2º Bairro de Maputo	80.077	1.169	81.246	70.418	1.437	71.855	71.840	1.124	72.964	102,02%	78,21%	101,54%	507.946	8.965	516.911
3º Bairro de Maputo	3.383	924	4.307	3.739	76	3.815	1.832	849	2.681	49,00%	1112,77%	70,28%	22.470	5.354	27.824
Ponta de Ouro	2.364	39	2.403	1.665	34	1.699	3.824	35	3.859	229,71%	103,02%	227,17%	16.183	317	16.500
Posto do Jardim	52.106	376	52.482	29.358	599	29.957	36.316	414	36.730	123,70%	69,10%	122,61%	206.970	1.895	208.865
Posto de Xipamanine	11.689	165	11.854	16.770	342	17.113	9.031	175	9.206	53,85%	51,13%	53,80%	52.354	743	53.097
<b>UGC de Maputo</b>	<b>115</b>	<b>7</b>	<b>122</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>52</b>	<b>2</b>	<b>54</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>228</b>	<b>643</b>	<b>871</b>
<b>Cidade de Maputo</b>	<b>160.337</b>	<b>4.631</b>	<b>164.968</b>	<b>146.957</b>	<b>2.999</b>	<b>149.956</b>	<b>129.594</b>	<b>4.443</b>	<b>134.037</b>	<b>88,19%</b>	<b>148,14%</b>	<b>89,38%</b>	<b>923.957</b>	<b>36.584</b>	<b>960.541</b>
<b>Total Regional Sul</b>	<b>314.529</b>	<b>6.700</b>	<b>321.229</b>	<b>304.050</b>	<b>6.205</b>	<b>310.255</b>	<b>415.750</b>	<b>6.284</b>	<b>422.034</b>	<b>136,74%</b>	<b>101,27%</b>	<b>136,03%</b>	<b>2.009.356</b>	<b>50.867</b>	<b>2.060.223</b>
<b>Total Geral</b>	<b>614.311</b>	<b>11.218</b>	<b>625.529</b>	<b>646.800</b>	<b>13.200</b>	<b>660.000</b>	<b>836.166</b>	<b>10.458</b>	<b>846.624</b>	<b>129,28%</b>	<b>79,23%</b>	<b>128,28%</b>	<b>4.020.985</b>	<b>78.193</b>	<b>4.099.178</b>

## Anexo III - Pontos com a JUE instalada

Módulos		Registo Anual de Formados					Total
		2011	2012	2013	2014	2015	
CMS	Desembaraço - Carga Rodoviária	0	112	125	1	171	409
	Desembaraço FI (IMP&EXP)	69	558	258	141	279	1.305
	Desembaraço de Automóveis	0	69	31	1	0	101
	Importação & Exportação Temporária - Carga	0	0	5	179	2	186
	Transito	0	1	457	22	22	502
	Armazém	0	0	282	8	17	307
	Gestão de Garantias	0	0	59	0	12	71
	Auditoria Pós-Desembaraço	0	0	90	0	18	108
	Treino Especial de Gestores	0	0	6	3	0	9
	CMS CSO	0	0	20	23	9	52
	Gestão de Risco	4	45	21	0	0	70
	Módulo de Combustíveis	0	0	0	62	0	62
	Leilão	0	0	0	110	6	116
	Isenção	0	0	0	36	31	67
	Armazém de Transito	0	0	6	24	14	44
	Gestão de Manifesto	0	90	16	0	30	136
	Controle Interno	0	0	0	0	20	20
	Investigação e Inteligência	0	0	0	0	13	13
	Despacho Simplificado-DS	0	0	0	0	50	50
	Selagem - ICE	0	0	0	0	6	6
	Direcção Regional	0	0	0	0	1	1
	Gestão de Tarifas	0	0	0	0	1	1
	Refreshment CMS	0	0	0	0	69	69
<b>Total</b>		<b>73</b>	<b>875</b>	<b>1.376</b>	<b>610</b>	<b>771</b>	<b>3.705</b>
TRADENET	Declaração - Fase I	167	783	238	168	232	1.588
	Declaração - Fase II	4	30	422	81	116	653
	PIET	0	1	3	504	115	623
	Isenção	0	4	6	423	93	526
	Transito - Armazém de Transito	0	0	1	112	17	130
	Módulo de Combustíveis	0	0	0	14	0	14
	UCR & LOC	0	0	13	0	0	13
	Manifesto Rodoviário	0	0	6	0	7	13
	Imp/Exportador (EXIM)	0	0	33	20	2	55
	Módulo de Pagamento	0	0	74	22	31	127
	Termo de Compromisso	0	0	96	8	49	153
	BI Tool	0	0	8	0	0	8
	Agentes de Navegação (VAOS)	0	0	80	115	40	235
	Transitários (FFWDER)	0	0	189	102	83	374
	Autoridade Portuária (PA)	0	0	14	2	7	23
	Operador de Terminal (CTO)	0	0	0	8	7	15
	Third Country View	0	0	3	0	4	7
Operador de Armazém Aduaneiro	0	0	6	0	0	6	
Indução a JUE	0	0	51	60	103	214	
Refreshment Tradenet	0	0	0	0	12	12	
<b>Total</b>		<b>171</b>	<b>818</b>	<b>1.243</b>	<b>1.639</b>	<b>918</b>	<b>4.789</b>
<b>Total CMS+TradeNet</b>		<b>244</b>	<b>1.693</b>	<b>2.619</b>	<b>2.249</b>	<b>1.689</b>	<b>8.494</b>

**Anexo IV** Parque de Imóveis

Nº	LOCAL	Complexo Residencial	Residências	P.Fronteiriços	Terminais	Escritórios	Postos de Cobrança Fixo	Postos de Cobrança Móvel	DAF	Total
1	Cidade de Maputo	0	1	0	4	19	5	0	2	31
2	Província de Maputo	7	46	4	2	23	8	0	2	92
3	Província de Gaza	0	6	3	1	6	3	2	3	24
4	Província de Inhambane	0	9	0	1	6	3	0	3	22
5	Província de Sofala	0	1	0	3	4	3	10	2	23
6	Província de Manica	1	16	4	2	14	6	3	1	47
7	Província de Tete	1	12	10	1	15	7	3	1	50
8	Província de Zambézia	0	29	3	1	22	6	3	3	67
9	Província de Nampula	2	46	0	2	15	1	4	3	73
10	Província de C.Delgado	0	23	4	1	13	2	4	3	50
11	Província de Niassa	0	17	3	0	10	3	0	2	35
<b>Sub Total</b>		<b>11</b>	<b>206</b>	<b>31</b>	<b>18</b>	<b>147</b>	<b>47</b>	<b>29</b>	<b>25</b>	<b>514</b>

**Anexo V - Parque de viaturas**

Classes	Direcções				
	Sede	DRS	DRC	DRN	Total por classes
Motorizadas	0	24	42	21	87
Turismos	64	9	21	1	95
Station Wagon	10	1	4	3	18
Cabine Simples	25	44	49	38	156
Cabine Dupla	109	61	63	59	292
Mini Bus 15 Lugares	3	0	2	1	6
Mini Bus 30 Lugares	1	0	1	1	3
Autocarro	1	0	0	0	1
Camionetas	1	1	2	0	4
Camião	1	3	1	1	6
<b>Total</b>	<b>215</b>	<b>143</b>	<b>185</b>	<b>125</b>	<b>668</b>
Viaturas arroladas para o bate			<b>121</b>		
Motorizadas arroladas para o abate			<b>36</b>		
<b>Total</b>			<b>157</b>		

**Anexo VI - Matriz resumo das actividades desenvolvidas no âmbito da comunicação e imagem**

Ord.	Assunto	Descrição
1.	Publicações	Foram produzidos e publicados pelos Órgãos de Comunicação Social 210 Comunicados de Imprensa, sobre os acontecimentos da instituição para cobertura, avisos, anúncios necrológicos, anúncios publicitários entre outros.
2.	Coberturas	Foram efectuadas 80 coberturas de eventos, dentro e fora da AT, que contribuíram para a divulgação e popularização do imposto
3.	Comunicações internas	Foram enviados 15 comunicados internos a nível nacional Enviados e publicados cerca de 50 textos noticiosos na pagina Web da AT Foram efectuados 192 recortes de jornais sobre diversos assuntos da AT
4.	Atendimento ao contribuinte	O serviço de atendimento ao contribuinte esta em processo de modernização, estando a ser substituído pela linha do contribuinte.
5.	Campanha de educação fiscal, aduaneira e popularização do imposto	Formados 18.012 disseminadores, dos quais 2.131 da DRN, 10.029 da DRC e 6.131 da DRS numa realização de 45%, 158% e 125%, respectivamente. Realizadas 161 Palestras, a nível nacional, para membros do Governo, estudantes, professores, comerciantes, jovens empreendedores e fazedores de arte, chefes de quarteirão, líderes comunitários e religiosos, associações juvenis, vereadores, chefes dos mercados e aglomerados populacionais, para a sensibilização e capacitação em matérias fiscais e aduaneiras, no que se refere as boas práticas do pagamento voluntário do imposto, o desencorajamento de práticas da corrupção, apresentar e explicar o funcionamento dos projectos de modernização da AT que encurtam a distância entre a AT e o cidadão Realizados e houve participação em 22 Torneios desportivos 35 Eventos culturais no âmbito das actividades de educação fiscal, aduaneira e popularização do imposto e animação de alguns eventos da instituição como palestras, encerramento de cursos, visitas, etc. Implantados painéis publicitários nas seguintes províncias: 2 em Inhambane ( Maxixe e Município de Inhambane), 2 em Sofála ( Rotunda de Xipangara e Praça da Independência) e 2 na Província de Maputo ( Município da Matola – Machava, Infulene), 2 em Manica (Cidade de Chimoio e Distrito de Manica), 2 na Zambézia ( Mocuba e Cidade de Quelimane), 2 em Tete (Av. Eduardo Mondlane e 24 de Julho, Cruzamento de Matema).

**Índice de Tabelas**

<b>Tabela 1.</b> Evolução da Realização de Receitas em 2014/2015 .....	2
<b>Tabela 2.</b> Execução Global da Receita do Estado em 2014/2015 .....	2
<b>Tabela 3.</b> Distribuição dos Grandes Contribuintes .....	3
<b>Tabela 4.</b> Contribuição dos Grandes e Pequenos Contribuintes, 2014/2015 .....	4
<b>Tabela 5.</b> Contribuição Fiscal dos Megaprojectos .....	4
<b>Tabela 6.</b> Contribuição Fiscal das Instituições Financeiras .....	5
<b>Tabela 7.</b> Declarações Processadas por Regime em 2015 .....	9
<b>Tabela 8.</b> Resumo de Processos de Contencioso Fiscal .....	11
<b>Tabela 9.</b> Processos de Contencioso Fiscal nos Tribunais Fiscais .....	11
<b>Tabela 10.</b> Processos de Contencioso Fiscal nos Tribunais Administrativos .....	12
<b>Tabela 11.</b> Resumo de Processos Executivos .....	12
<b>Tabela 12.</b> Idade dos Processos Executivos por Faixa Etária - 2015 .....	13
<b>Tabela 13.</b> Processos de Contencioso Aduaneiro .....	14
<b>Tabela 14.</b> Pedidos de Reembolso de IVA em 2015 .....	14
<b>Tabela 15.</b> Reembolso do Regime Normal 2015 .....	15
<b>Tabela 16.</b> Reembolso de Diplomatas 2015 .....	15
<b>Tabela 17.</b> Pedidos de Reembolso de IR recebidos no ano de 2015 e acumulado desde 2005 .....	16
<b>Tabela 18.</b> Análise Comparativa 2014/2015 .....	16
<b>Tabela 19.</b> Reembolso do IRPS no ano de 2015 .....	17
<b>Tabela 20.</b> Reembolso de IRPC .....	17
<b>Tabela 21.</b> Relação dos Gestores de Contribuintes nas UGC's .....	18
<b>Tabela 22.</b> Evolução do Registo de Contribuintes .....	29
<b>Tabela 23.</b> Matérias Colectáveis e Impostos Apurados .....	31
<b>Tabela 24.</b> Impostos Apurados pelas DAFs/UGC's .....	32
<b>Tabela 25.</b> Resumo global dos impostos apurados nas auditorias .....	32
<b>Tabela 26.</b> Cobranças resultantes das Auditorias em 2015 .....	32
<b>Tabela 27.</b> Processos analisados e impostos apurados .....	33
<b>Tabela 28.</b> Análise Comparativa da Receita da DAI – 2014/2015 .....	33
<b>Tabela 29.</b> Total das Importações Realizadas em 2015 .....	37
<b>Tabela 30.</b> Importações Provenientes da SADC, Janeiro a Dezembro de 2015 .....	38
<b>Tabela 31.</b> Total das Exportações de Moçambique, de Janeiro a Dezembro de 2015 .....	39
<b>Tabela 32.</b> Impacto Fiscal de 2015 .....	39
<b>Tabela 33.</b> Distribuição de Funcionários por Faixa Etária .....	41
<b>Tabela 34.</b> Distribuição dos Funcionários por Carreiras .....	41
<b>Tabela 35.</b> Distribuição dos Funcionários por Regiões e Órgãos Centrais em 2015 .....	42
<b>Tabela 36 -</b> Balancete de Execução do Orçamento em 2015 .....	46
<b>Tabela 37:</b> Livros existentes por Bibliotecas .....	50
<b>Tabela 38:</b> Empréstimos de Livros em 2014 .....	50

## Indice de Gráficos

<b>Gráfico 1.</b> Evolução da Receita Total Cobrada em 2014/2015, em milhões de MT .....	2
<b>Gráfico 2.</b> Estrutura da Receita Total Cobrada em 2015.....	3
<b>Gráfico 3.</b> Contribuição dos Megaprojectos por Imposto em milhões de MT .....	5
<b>Gráfico 4.</b> Contribuição Fiscal das Instituições Financeiras, por Imposto em milhões de MT .....	5
<b>Gráfico 5.</b> Processos de Contencioso Fiscal em milhões de MT .....	11
<b>Gráfico 6.</b> Processos de Execuções Fiscais em milhões de MT.....	12
<b>Gráfico 7.</b> Matéria Colectável e Imposto Apurado, 2014/2015, em milhões de MT .....	31
<b>Gráfico 8.</b> Execução do Orçamento em 2015, Valores em milhões de MT .....	46